

República Federativa do Brasil

DIÁRIO DOS TRABALHOS REVISIONAIS

ANO II - Nº 70

SEXTA-FEIRA, 27 DE MAIO DE 1994

BRASÍLIA - DF

CONGRESSO NACIONAL

Revisão da Constituição Federal

PARECER Nº 47-A, DE 1994

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL DE REVISÃO Nº 7-A, DE 1994

Tendo em vista a aprovação, em primeiro turno, de Emenda Aglutinativa nº 1, apresentada ao substitutivo oferecido às proposições revisionais referentes aos arts. 207 e 213 da Constituição Federal, esta Relatoria, em cumprimento ao art. 13 e seu § 1º, da Resolução nº 1, de 1993-RCF, apresenta, em anexo, o texto para o segundo turno de apreciação.

Sala das Sessões, 25 de maio de 1994. - Deputado Nelson Jobim, Relator.

(PARECER Nº 47-A/94-RCF)

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL DE REVISÃO Nº 7-A, DE 1994

A Mesa do Congresso Nacional, nos termos do art. 60 da

Constituição Federal, combinado com o art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, promulga a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º São acrescentados ao art. 207 da Constituição Federal dois parágrafos, com a seguinte redação:

"Art. 207....."

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica."

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de maio de 1994. - Deputado Nelson Jobim, Relator.

SUMÁRIO

1 - ATA DA 63ª SESSÃO, EM 26 DE MAIO DE 1994

1.1 - ABERTURA

1.2 - EXPEDIENTE

1.2.1 - Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de 48 horas para apresentação de emendas à PRE nº 7-A, de 1994-RCF (contratação de estrangeiros).

1.2.2 - Discursos do Expediente

DEPUTADO ANTÔNIO MORIMOTO - Malversação das verbas públicas e impunidade no atual Governo de Rondônia.

DEPUTADO EXPEDITO RAFAEL - Êxito da colonização oficial no Estado de Rondônia.

DEPUTADO NILSON GIBSON - Reestudo da Petrobrás no litoral pernambucano. Programa de exploração mais ampla no Estado de Pernambuco.

DEPUTADO ELIAS MURAD - Resultados do perfil dos tabagistas no Congresso Nacional. Denúncia de aumento do teor de nicotina nos cigarros.

DEPUTADO LUIZ GIRÃO - Preocupação com a aprovação no Senado do Projeto de Lei do Senado nº 80, de 1993 (nº

4.473/94, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a obrigatoriedade da adição de micronutrientes aos produtos de alimentação que específica, e dá outras providências.

DEPUTADO OSVALDO BENDER - Lamentando o término da Revisão Constitucional. A não-apreciação da proposta revisional que propunha a isenção de tributos aos gêneros de primeira necessidade. Elogios à atuação do programa "A Hora do Brasil" durante os trabalhos revisionais.

DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Reposição salarial dos servidores civis e militares.

DEPUTADO UBIRATAN AGUIAR - Regozijo pela rejeição da Emenda Aglutinativa nº 2 (art. 213 da Constituição), dispondo sobre bolsas de estudo no 3º grau.

DEPUTADA MARIA LUÍZA FONTENELE - Presença de esportistas do voleibol cearense no plenário.

DEPUTADO HÉLIO BICUDO - Considerações sobre a tese da chamada Constituinte exclusiva.

DEPUTADO VICTOR FACCIONI - Lamentando a rejeição da Emenda Aglutinativa nº 2, que trata da destinação dos recursos

EXPEDIENTE
Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral _____ 23,53 URV

Tiragem: 1.200 exemplares

públicos à Educação. A derrota dos estudantes pobres que perderam a garantia do direito à escola superior.

DEPUTADO **ARMANDO PINHEIRO** – Convenção do PPR realizada em Brasília, com a indicação do Senador Esperidião Amin e Gardênia Gonçalves, candidatos às próximas eleições presidenciais. Apelo à Mesa para que coloque mais funcionários na recepção de emendas ao Orçamento, cujo prazo se extingue hoje.

SR. PRESIDENTE – Providências a serem tomadas para atendimento da solicitação do Sr. Armando Pinheiro, quanto ao recebimento das emendas ao Orçamento.

DEPUTADA **MARIA LAURA** – Manchetes do Correio Braziliense de hoje, intituladas **Policia Federal investigará Roriz e Juiz ameaça mandar prender Lula**.

DEPUTADO **CARLOS LUPI** – Críticas à pregação dos neoliberais, elegendo a Constituição Federal como a responsável pela crise brasileira, que no seu entendimento é causada pela falta de vontade política dos Governantes.

DEPUTADO **PAULO DUARTE** – Irritação de Lula com as denúncias de uso de caminhão da CUT em seus comícios. Resposta do Sr. Esperidião Amin a ofensas de Lula, em entrevista concedida ontem à imprensa.

DEPUTADO **CHICO VIGILANTE**, como Líder – Resposta ao Sr. Paulo Duarte.

DEPUTADO **MAURÍLIO FERREIRA LIMA** – Observações ao pronunciamento do Sr. Chico Vigilante.

DEPUTADO **MUNHOZ DA ROCHA** – Notícia equivocada de possível desconto nos salários dos ferroviários, de importâncias pagas indevidamente em meses anteriores.

DEPUTADA **SOCORRO GOMES** – Questão do uso de caminhões da CUT por Lula, considerando despropositada a classificação desse ato como crime.

DEPUTADO **ARMANDO PINHEIRO**, como Líder – Comentários sobre o discurso do Sr. Chico Vigilante.

DEPUTADO **LUCIANO CASTRO** – Enaltecimento da Universidade Federal de Roraima, particularmente no que concerne à elaboração de um programa de erradicação do analfabetismo.

DEPUTADO **PAULO DELGADO** – Temas que, no entender de S. Ex^a, devem ser tratados na atual campanha eleitoral.

DEPUTADO **ELÍSIO CURVO** – Condenação de crime bárbaro ocorrido em Mato Grosso do Sul e já denunciado pelo Deputado Hélio Bicudo: Homenagem ao Dr. Danilo Montenegro, Deputado de Mato Grosso do Sul.

DEPUTADO **VALDIR COLATTO** – Distanciamento do Governo na questão da Revisão Constitucional. Problemas ocorridos na condução dos trabalhos revisionais e a pálida participação das Lideranças partidárias no plenário.

DEPUTADO **JOSÉ CARLOS SABÓIA** – Impunidades de crimes no Maranhão, denunciados pela CPI da Pistolagem. Demora da Mesa da Câmara dos Deputados no envio do Relatório final daquela CPI ao Procurador-Geral da República e à Polícia Federal.

DEPUTADO **ARNALDO FARIA DE SÁ** – Falha técnica da assessoria da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, posicionando-se contra a apreciação de substitutivo do Senado a projeto de lei que beneficia os atendentes de enfermagem.

DEPUTADO **CARDOSO ALVES** – Falecimento do Prefeito de Mogi-Mirim – SP, Sr. Francisco Nogueira.

DEPUTADO **PAULO PAIM** – Aprovação pela Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, de projeto de lei que revoga dispositivos da CLT prejudiciais aos trabalhadores e funcionários públicos. Debates a serem travados quando do envio pelo Senhor Presidente da República, de projeto de lei dispendo sobre o valor do salário mínimo. Debates de Lula às portas das fábricas com os trabalhadores.

DEPUTADO **LIBERATO CABOCLLO** – Episódio do uso de caminhão da CUT nos comícios de Lula. Estranheza quanto à obscuridade que envolve a pseudoprivatização da Fundação das Pioneiras Sociais.

DEPUTADO **OSVALDO STECCA** – Morte de jovens em acidente de trânsito em Rio Claro – SP. Iniciativa de CPI para estudar as causas dos alarmantes índices de acidentes de trânsito em nosso País.

DEPUTADO **AMAURY MÜLLER** – Recomendando ao Governo a aplicação da Lei Delegada nº 4, contra os empresários que remarcam preventivamente e abusivamente seus preços.

DEPUTADO **EDUARDO JORGE** – Posição contrária a propostas revisionais visando o adiamento da Revisão Constitucional para o próximo ano ou garantindo a sua periodicidade nos próximos anos.

DEPUTADO **SIDNEY DE MIGUEL** – Próxima convenção do PV, objetivando a escolha dos candidatos do partido às próximas eleições.

DEPUTADO **PAULO ROCHA** – Agravamento da crise na Saúde brasileira após a aprovação do Fundo Social de Emergência.

DEPUTADO **OSVALDO MELO** – Exaltando exemplo de sucesso do Centro Educacional da Fundação Ibifam (CEFT), em Belém do Pará.

DEPUTADO **SIMÃO SESSIM** – Relatório da Administração da Telerj, ano 1993.

DEPUTADO **NELSON MARQUEZELLI** – Artigo do Dr. Pedro de Camargo Neto, Presidente da Sociedade Rural Brasileira, publicado na Folha de S. Paulo sob o título "O desacordo rural", sobre a problemática do crédito rural no Brasil, a partir do Plano Collor I.

DEPUTADO **JONAS PINHEIRO** – Preocupações com a possível conversão dos preços da borracha natural em URV pela média mensal, quando os produtores esperam a correção pelo pico.

DEPUTADO **MAURÍLIO FERREIRA LIMA** – Denúncia do Grupo Moura – PE de práticas comerciais ilegais da General Motors do Brasil na comercialização de baterias Delco.

DEPUTADO **LÉZIO SATHLER** – Nomeação do Dr. Kasuo Sakamoto para Secretário de Trânsito.

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 64ª SESSÃO, EM 26 DE MAIO DE 1994

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Discursos do Expediente

DEPUTADO **EDUARDO JORGE** – Inconsistência das críticas da área econômica do Governo quanto aos gastos da área de Saúde.

DEPUTADO **NILSON GIBSON** – Indagando da Mesa sobre a questão do prazo regimental para apreciação, em segundo turno, das propostas aprovadas até o dia 31 de maio.

SR. PRESIDENTE – Resposta ao Sr. Nilson Gibson.

DEPUTADO **VICTOR FACCIANI** – Gravidade do desdobramento do endividamento da agricultura brasileira.

DEPUTADO **EXPEDITO RAFAEL** – Análise das diferenças entre Brasília e Porto Velho – RO.

DEPUTADO **CHICO VIGILANTE** – Refutando palavras do Sr. Expedito Rafael sobre a situação privilegiada de Brasília, sem necessidade dos atuais recursos. Parabenizando o Sr. Adylson Motta na condução dos trabalhos revisionais. Defesa da suspensão da Revisão Constitucional até 1995.

SR. PRESIDENTE – Agradecendo elogios feitos pelo Sr. Chico Vigilante.

DEPUTADO **ANTÔNIO MORIMOTO** – Responsabilidade do Congresso Nacional na falta de resultados da Revisão Constitucional.

DEPUTADO **JAIR BOLSONARO** – A integridade do Sr. Adylson Motta na condução dos trabalhos revisionais. A não-apreciação da proposta de desvinculação dos servidores civis e militares da União. A participação de militares na disputa das próximas eleições gerais.

DEPUTADA **JANDIRA FEGHALI** – Regozijo pelo fim da Revisão Constitucional.

DEPUTADO **JOSÉ ABRÃO** – Posição de S.Exª quanto ao preestabelecimento de data para revisar a Constituição.

DEPUTADO **ARNALDO FARIA DE SÁ** – Defesa da suspensão da Revisão Constitucional até 1995. Contrário ao prosseguimento da "Fórmula 95", de cálculo da aposentadoria.

DEPUTADO **PAULO DUARTE** – Definição das responsabilidades pelo fracasso da Revisão Constitucional. Consequências

da não-realização da Revisão sobre a parcela mais pobre da sociedade.

DEPUTADO **JOSÉ GENOÍNO** – Considerações sobre o momento final da Revisão Constitucional. Defesa de um fim honroso para a Revisão com a apreciação de uma pauta mínima.

DEPUTADO **ADYLSON MOTTA** – Sentimento de derrota no último pronunciamento de S.Exª na Revisão Constitucional. Necessidade de eliminar o detalhismo da Constituição de 1988.

SR. PRESIDENTE – Homenagem da Mesa ao Sr. Adylson Motta, 1º Vice-Presidente, por sua atuação nos trabalhos revisionais. Presença do arquiteto Oscar Niemeyer no Congresso Nacional.

DEPUTADO **HAROLDO LIMA** – Presença do arquiteto Oscar Niemeyer no plenário.

SR. PRESIDENTE – Definição da pauta mínima para encerramento da Revisão em reunião das Lideranças com o Relator Nelson Jobim.

DEPUTADO **JOSÉ LOURENÇO**, como Líder – Lamentando a derrota da Revisão Constitucional.

DEPUTADO **HAROLDO LIMA**, como Líder – Regozijo pelo sucesso da obstrução dos contra na Revisão Constitucional.

DEPUTADO **JOÃO PAULO** – Críticas a falhas do plano econômico do Governo.

DEPUTADO **ELIAS MURAD** – Apoio de Hélio Garcia, Governador de Minas Gerais, à candidatura ao Governo do Estado do Sr. Eduardo Azeredo, ex-Prefeito de Belo Horizonte. "Dia Nacional do Combate às Doenças Reumáticas", no próximo dia 31, definido pelo Ministério da Saúde.

DEPUTADO **RENILDO CALHEIROS** – Contrário às propostas de prorrogação ou periodicidade da Revisão Constitucional.

DEPUTADO **LUIZ PIAUHYLINO** – Transcurso do "Dia do Trabalhador Rural".

DEPUTADO **VIRMONDES CRUVINEL** – Inauguração do Terminal de Embarque Ferroviário de Anápolis – GO.

DEPUTADA **MARIA VALADÃO** – Apoio à Emenda Aglutinativa apresentada pelo Deputado Victor Faccioni, rejeitada ontem pelo Congresso Revisor, dispondo sobre bolsas de estudo no 3º grau. Explicação sobre a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

DEPUTADO **LUCIANO CASTRO**, pela ordem – Inexistência do quorum mínimo regimental para o prosseguimento da sessão.

SR. PRESIDENTE – Acolhimento da questão de ordem suscitada pelo Sr. Luciano Castro.

2.2.2 – Comunicação da Presidência

– Convocação de sessão do Congresso Revisor a realizar-se na próxima terça-feira, dia 31, às 10 horas, e cancelamento da sessão ordinária que se realizaria amanhã, às 9 horas.

2.3 – ENCERRAMENTO

Ata da 63ª Sessão, em 26 de maio de 1994

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Adylson Motta e Wilson Campos

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. CONGRESSISTAS:

Roraima

João França – PP; Luciano Castro – PPR.

Amapá

Aroldo Góes – PDT; Gilvam Borges – PMDB; Henrique

Almeida – PFL; Sérgio Barcellos – Bloco (PFL).

Pará

Alacid Nunes – Bloco (PFL); Gerson Peres – PPR; Hermínio Calvino – PMDB; Hilário Coimbra – (PTB); José Diogo – PPR; Manoel Ribeiro – PMDB; Mário Chermont – PP; Osvaldo Melo – PPR; Paulo Rocha – PT; Paulo Titan – PMDB.

Amazonas

Carlos De'Carli - PPR; Gilberto Miranda - PMDB.

Rondônia

Antônio Morimoto - PPR; Expedito Rafael - PPR; Odacir Soares - PFL; Pascoal Novaes - PSD; Reditário Cassol - PP.

Acre

João Tota - PPR; Zila Bezerra - PMDB.

Tocantins

Darci Coelho - Bloco (PFL); Leomar Quintanilha - PPR; Merval Pimenta - PMDB; Moisés Abrão - PPR; Osvaldo Reis - PP.

Maranhão

Epitácio Cafeteira - PPR; João Rodolfo - PPR; Pedro Novais - PSD; Ricardo Murad - PSD.

Ceará

Ariosto Holanda - PSDB; Edson Silva - PDT; Jackson Pereira - PSDB; Luiz Girão - PDT; Reginaldo Duarte - PSDB; Ubiratan Aguiar - PMDB.

Piauí

B. Sá - PP; Chagas Rodrigues - PSDB; Hugo Napoleão - PFL; João Henrique - PMDB; José Luiz Maia - PPR; Mussa Dennes - Bloco (PFL); Paulo Silva - PSDB.

Rio Grande do Norte

Laíre Rosado - PMDB; Ney Lopes - Bloco (PFL).

Paraíba

Antonio Mariz - PMDB; Francisco Evangelista - PPR; Humberto Lucena - PMDB; José Maranhão - PMDB.

Pernambuco

Inocência Oliveira - Bloco (PFL); Miguel Arraes - PSB; Nilson Gibson - PMN Roberto Freire - PPS; Wilson Campos - PSDB.

Sergipe

Francisco Rollemberg - PMN.

Bahia

Eraldo Tinoco - Bloco (PFL); Haroldo Lima - PCdoB; Manoel Castro - Bloco (PFL); Prisco Viana - PPR.

Minas Gerais

Aracely de Paula - Bloco (PFL); Elias Murad - PSDB; Fernando Diniz - PMDB; Israel Pinheiro - (PTB); José Rezende - PTB; José Santana de Vasconcelos - Bloco (PFL); Marcos Lima - PMDB; Romel Anísio - PP; Ronan Tito - PMDB; Tilden Santiago - PT; Vittorio Mediolli - PSDB; Wilson Cunha - Bloco (PTB).

Espírito Santo

Armando Viola - PMDB; Helvécio Castello - PT; João Calmon - PMDB; Jônice Trisão - PFL; Lézio Sathler - PSDB; Nilton Baiano - PMDB; Rita Camata - PMDB.

Rio de Janeiro

Aldir Cabral - Bloco (PFL); Carlos Alberto Campista -

PDT; Francisco Silva - PP; Jair Bolsonaro - PPR; Marino Clingef - PDT; Paulo Ramos - PDT; Sérgio Arouca - PPS.

São Paulo

Alberto Goldman - PMDB; Aldo Rebelo - PCdoB; Armando Pinheiro - PPR; Cardoso Alves - (PTB); Eduardo Suplicy - PT; Fausto Rocha - PL; Geraldo Alckmin Filho - PSDB; Heitor Franco - PPR; Hélio Bicudo - PT; Luiz Máximo - PSDB; Maluly Netto - Bloco (PFL); Maurício Najar - Bloco (PFL); Nelson Marquezelli - (PTB); Osvaldo Stecca - PMDB; Pedro Pavão - PPR; Tadashi Kuriki - PPR; Walter Nory - PMDB.

Mato Grosso

Augustinho Freitas - PP; Joaquim Sucena; Jonas Pinheiro Bloco (PFL); Louremberg N. Rocha - PPR.

Distrito Federal

Jofram Frejat - PP; Sigmaringá Seixas - PSDB.

Goiás

João Natal - PMDB; Maria Valadão - PPR; Mauro Borges - PP.

Mato Grosso do Sul

Nelson Trad - (PTB).

Paraná

Abelardo Lupion - Bloco (PFL); Affonso Camargo - PPR; Basílio Villani - PPR; Carlos Roberto Massa - PTB; Carlos Scarpelini - PP; Élio Dalla-Vecchia - PDT; Ivânio Guerra - Bloco (PFL); José Eduardo - PTB; Luciano Pizzatto - Bloco (PFL); Moacir Micheletto - PMDB; Otto Cunha - PPR; Reinhold Stephanes - Bloco (PFL); Renato Johnsson - PP; Werner Wanderer - Bloco (PFL); Wilson Moreira - PSDB.

Santa Catarina

Dejandir Dalpasquale - PMDB; Hugo Biehl - PPR; Neuto de Conto - PMDB; Orlando Pacheco - (PSD); Valdir Colatto - PMDB; Vasco Furlan - PPR.

Rio Grande do Sul

Adylson Motta - PPR; Arno Magarinos - PPR; Fetter Júnior - PPR; Ivo Mainardi - PMDB; José Fortunati - PT; Luís Roberto Ponte - PMDB; Nelson Jobim - PMDB; Osvaldo Bender - PPR; Paulo Paim - PT; Pedro Simon - PMDB; Victor Faccioni - PPR.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) - As listas próprias registram o comparecimento de 147 Srs. Congressistas.

Declaro aberta a sessão.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 13, § 3º, da Resolução nº 1, de 1994, fica aberto o prazo de 48h para a apresentação de emendas à Proposta Revisional nº 7 a, de 1994, contratação de estrangeiros.

A Presidência esclarece que o prazo acima mencionado se encerra às 10h30min, sábado, dia 28 de maio.

Passando-se ao período de Breves Comunicações, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o nobre Congressista Antônio Morimoto.

O SR. ANTÔNIO MORIMOTO (PPR - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{tes} e

Srs. Congressistas, o Estado de Rondônia, possuidor de grande potencialidade econômica e de uma população altamente honrada e dinâmica, nasceu, infelizmente, sob o signo da malversação de dinheiros públicos e da impunidade, tendo em vista a irresponsabilidade dos que estiveram à frente daquela unidade federativa.

Hoje essa situação está agravada em virtude do atual inquilino do Palácio Presidente Vargas, Oswaldo Pianna Filho, que se intitula filho da terra, minhoca.

Darei como exemplo dois casos clamorosos, que atestam a malversação e a impunidade, sob cujo império está, infelizmente, o Estado de Rondônia, que tenho a honra de aqui representar.

Primeiro, a malversação de bens e recursos públicos, representada por gastos exorbitantes, como, por exemplo, a contratação de Jorge Benjor, que cobra o cachê mais alto do Brasil, para fazer um show em comemoração aos três anos do Governo de S. Ex.^a Sr. Presidente, o Governo do Estado de Rondônia pagou 500 mil dólares a esse artista, sendo que este mesmo Governo está em atraso com o pagamento dos vencimentos do funcionalismo público, que se encontra, em grande parte, paralisado.

O outro caso clamoroso foi o do rombo, já comprovado, aos cofres das Centrais Elétricas de Rondônia S. A. – CERON, cuja diretoria anterior – esta estatal energética está sob intervenção – foi deposta por uma ação pública cível do Ministério Público, declaratória de malversação e de improbidade. Sr. Presidente, esses diretores tiveram seus bens bloqueados pela Justiça para ressarcimento de futuros prejuízos causados aos cofres da Ceron, que tem a obrigação e o dever de manter o sistema energético do Estado. Rondônia está em crise e em estado de calamidade pública, a tal ponto que o Governo Federal, através do Presidente Itamar Franco e do Ministro de Minas e Energia, Alexis Stepanenko, teve que acudir meu Estado com uma verba de emergência de quase 20 bilhões de cruzeiros reais, assinada anteontem no Ministério de Minas e Energia.

Essa situação é lamentável, Sr. Presidente. Precisamos, realmente, fazer a reversão desse quadro caótico tanto do ponto de vista administrativo, quanto do da moralidade administrativa. Esse Governador, que está no Palácio Presidente Vargas, está lá graças à impunidade naquele Estado, representada pelo assassinato do então Senador Olavo Pires nas eleições de 1990. S. Ex.^a ganhara as eleições no primeiro turno e, na antevéspera da realização do segundo turno, foi assassinado.

Sr. Presidente, a CPI da Pistolagem comprovou que o homicídio teve origem naqueles que hoje ocupam o Palácio Presidente Vargas.

Faço, Sr. Presidente, esta denúncia à Nação para que todos saibam que Rondônia é um Estado importante, que foi criado inclusive com a minha participação decisiva na Câmara dos Deputados, quando, à época, era representante do Estado de São Paulo. Por isso lá estou, consciente de minha parcela de responsabilidade por aquele Estado, para dar condições de dignidade e de desenvolvimento àquela população que tanto clama por Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Expedito Rafael.

O SR. EXPEDITO RAFAEL (PPR – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão orador.) – Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Congressistas, o nosso pronunciamento hoje terá como tema o êxito da colonização oficial no Estado de Rondônia, que deu certo naquele Estado e que dificilmente daria certo em qualquer outro lugar do mundo.

Hoje, dia 26 de maio, comemoramos o Dia Nacional da Colonização, quando homens de todo o Brasil se dirigiam para Ron-

dônia para receberem suas terras. Atualmente, temos mais de 100 mil famílias assentadas em terras férteis e produtivas, temos acesso fácil através de estradas alimentadoras e coletoras, temos escolas de quatro em quatro quilômetros, temos postos de saúde, temos armazéns, temos famílias utilizando-se até da própria mão-de-obra familiar na agricultura; enfim, em Rondônia temos uma infraestrutura inigualável de projeto de colonização no Brasil.

Atualmente está sendo criada uma área de desapropriação com a finalidade de assentar três mil famílias de agricultores. Entra aí o Deputado Federal que luta por aquelas famílias.

Colonizar, Sr. Presidente, não é colocar as famílias no meio do mato; colonizar é dar a terra, é dar o capital para o trabalho, é dar condições de sobrevivência. Colonizar não é deixar o ser humano entregue, por exemplo, à hostilidade da mata amazônica.

Agora, Sr. Presidente, vou tentar sensibilizar o Presidente Itamar Franco, eleito pelo voto direto, para os problemas do nosso Estado. É preciso que Sua Excelência não se esqueça de Rondônia e que destine ao Estado verbas públicas, para lá construirmos estrada, escola, posto de saúde e para criarmos também condições de armazenamento e transporte dessa produção que será gerada pelas famílias que conseguiram essas terras.

Ressalto ainda que um Presidente da República visitou quatro vezes o Estado de Rondônia. Gostaria que o Presidente Itamar tomasse conhecimento do êxito da colonização oficial no nosso Estado, pois dificilmente alguma coisa feita pelo Poder Público dá certo; todavia, em Rondônia, deu certo. Por isso, convidamos o Presidente Itamar, o Ministro da Agricultura, empossado recentemente, e o Presidente do Inbra para irem a Rondônia, não para visitarem o Estado, mas para aprenderem como é que se trabalha; para tomarem conhecimento da fibra, da resistência e, principalmente, da vontade que temos de levar para a terra o que recebemos de geração em geração: produzir.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, na Nova República o Executivo tem que caminhar, conhecer o Brasil e resolver o problema no local, definindo-o e atribuindo responsabilidades ao Governador, aos Prefeitos e aos chefes dos órgãos públicos, evitando que, de outra forma, o nosso Presidente da República, daqui de Brasília, seja responsável até pelo preço dos remédios.

Em Rondônia, Sr. Presidente, queremos apoio, porque trabalhar sabemos.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Nilson Gibson.

O SR. NILSON GIBSON (PMN – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Congressistas, ocupo esta tribuna da Revisão Constitucional para fazer um registro muito importante para Pernambuco: o litoral pernambucano será reestudado pela Petrobrás. A possibilidade de encontrar petróleo na bacia sedimentar Pernambuco-Paraíba aumentou o interesse da Petrobrás em implantar um programa de exploração mais amplo no Estado de Pernambuco. Embora possua uma faixa sedimentar estreita, a bacia apresentou, na altura do Porto de Suape, em Pernambuco, uma profundidade de mais de três mil metros, o que aumenta as chances de existência de petróleo naquela área.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a descoberta surpreendeu os técnicos da Petrobrás que, após a perfuração de um poço na Praia do Cupe, em Pernambuco, decidiram retomar as pesquisas na bacia. Com a continuidade dos estudos e a utilização de equipamentos mais adequados, a perspectiva é que novos campos de petróleo possam ser descobertos no Nordeste.

Ocupando todo o litoral dos dois Estados, a bacia Pernam-

bucos Paraíba também está sendo estudada pelo Departamento de Geologia da Universidade Federal de Pernambuco. Inclusive, a professora, geóloga Margareth Alheiros quer que o Projeto de Exploração seja discutido no próximo Congresso de Sedimentologia, em agosto, a mais importante reunião na área da geologia.

Sr. Presidente, a realização do 14º Congresso Internacional de Sedimentologia trará para o País cerca de 600 geólogos do mundo inteiro, a fim de discutir as principais formações sedimentares do planeta e questões ambientais.

Segundo a Professora Margareth Alheiros, pelo nível de participantes, essa será uma oportunidade rara de aprofundarmos os estudos sobre problemas que o Recife e a Região Metropolitana vêm enfrentando, principalmente destaca o problema dos deslizamentos nos morros, que tende a se agravar, sobretudo na época das chuvas; o entupimento dos canais é outro ponto que também deve ser discutido.

Sr. Presidente, no 14º Congresso Internacional de Sedimentologia, além das sessões técnicas, simpósios e conferências, está prevista ainda uma série de excursões para quase todas as bacias sedimentares do Brasil e a algumas da Argentina, Chile, Peru e Venezuela. Entre as bacias brasileiras, serão visitadas a Lagoa do Sul (RS), o Recôncavo Baiano e a bacia Potiguar, no Rio Grande do Norte.

Sr. Presidente, é importante destacar que mesmo utilizando equipamentos geofísicos de limitado alcance, o que permite apenas uma análise de superfície da bacia Pernambuco-Paraíba, os professores da Universidade Federal de Pernambuco conseguiram informações mais atualizadas sobre a idade das camadas sedimentares e sobre as estruturas tectônicas, responsáveis pelo controle na acumulação de petróleo nos sedimentos. Esses dados estão sendo estudados pela equipe da Petrobrás no reestudo da bacia.

Sr. Presidente, a decisão da Petrobrás de retomar a exploração da Bacia Pernambuco-Paraíba poderá funcionar como incentivo para a construção de uma refinaria em Pernambuco, embora dependa de negociações políticas. Entretanto, acredito na retomada das pesquisas, dependendo dos resultados obtidos, e a Petrobrás pode ampliar o interesse em construir uma plataforma no litoral sul do Recife - praia do Cupe -, em Pernambuco.

Sr. Presidente, a refinaria não precisa estar próxima da plataforma de prospecção, mas é interessante destacar que a localização do porto de Suape é excelente para uma possível comercialização do petróleo com o mercado europeu.

Trazido pela primeira vez para a América Latina, graças à intervenção do professor Jannes Markus Mabeoone, Presidente da Comissão Organizadora, o "14º Congresso Internacional de Sedimentologia" vai reunir em Pernambuco as maiores expressões da sedimentologia mundial. Essa é, efetivamente, uma excelente oportunidade para o Brasil discutir com mais profundidade a retomada das pesquisas na bacia Pernambuco-Paraíba, principalmente para definir a importância da Universidade nessa nova fase. E, como a Petrobrás é uma das principais patrocinadoras do encontro, os resultados das discussões terão uma aplicação direta pelos seus técnicos. Registro minha confiança na decisão da Petrobrás.

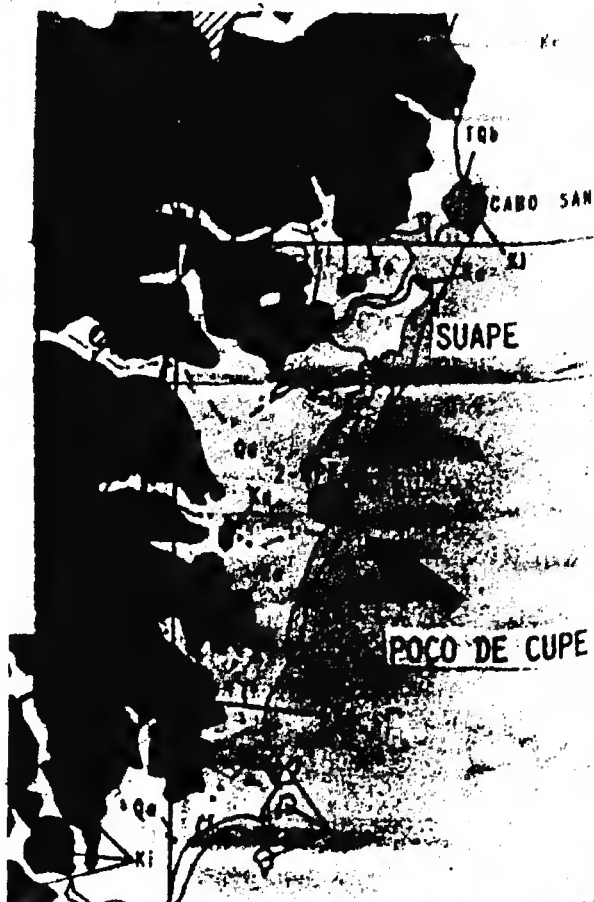
Sr. Presidente, registro, com a maior satisfação, que a Petrobrás está reestudando o litoral pernambucano e a possibilidade de encontrar petróleo na bacia sedimentar Pernambuco-Paraíba.

Oportunamente voltaremos ao assunto.

Obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. NILSON GIBSON EM SEU DISCURSO:

DIÁRIO DE PERNAMBUCO



Bacia sedimentar Pernambuco/Paraíba, na altura de Suape, onde foi perfurado um poço com mais de 3 mil metros (praia do Cupe)

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Elias Murad.

O SR. ELIAS MURAD (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, no dia 26 de janeiro deste ano, com a ajuda de um especialista dos Laboratórios Biossintética, realizamos uma **enquête** no Congresso Nacional, com o fim de traçar o perfil dos tabagistas nesta Casa. Tenho aqui em mãos os resultados, numa publicação que elaboramos e que estamos enviando a todos os Parlamentares e às autoridades do País, principalmente as autoridades sanitárias.

Essa **enquête** foi feita utilizando-se de respostas a um questionário transmitido na tela de um computador. Esse programa especial foi desenvolvido pelo Serviço de Informática Médica da UNICAMP – Universidade de Campinas, e testado no Centro de Cardiologia não invasiva do Departamento de Cardiologia da referida Universidade, uma das mais famosas e conceituadas do País.

Sr. Presidente, gostaria de ler algumas conclusões desta pesquisa, realizada com 89 indivíduos, entre parlamentares, funcionários e jornalistas que trabalham nesta Casa.

1 – O hábito de fumar é mais intenso e mais antigo entre os Deputados do que nos dois outros grupos.

2 – Praticamente todos os entrevistados já tentaram parar de fumar sem o conseguir.

3 – A maioria dos Deputados fuma de 30 a 40 cigarros por dia, enquanto que a maioria dos jornalistas e funcionários fuma de 20 a 30.

Os dois próximos pontos são extremamente importantes:

4 – O risco de contrair câncer do pulmão e dos brônquios é cerca de 7 vezes maior nos Deputados e jornalistas e 6 vezes maior nos funcionários do que nos não-fumantes.

5 – O risco de ter infarto do miocárdio e outras doenças cardiovasculares é, 3 vezes maior nos Deputados e jornalistas e 2,5 vezes maior nos funcionários do que nos não-fumantes.

6 – A maioria, em todos os três grupos, tem uma intensa dependência psicológica pelo tabaco. Por outro lado, constatou-se que, na maioria dos casos, o tabagismo é uma espécie de fator para combater o estresse ou a tensão emocional, principalmente no grupo dos Deputados e dos jornalistas, mais sujeitos a esse fenômeno.

Portanto, Sr. Presidente, eis aqui o resultado de um trabalho elaborado cientificamente, utilizando-se métodos de uma instituição do mais alto conceito científico no País.

Gostaria de dar ênfase especial aos resultados deste trabalho, porque, segundo notícias recentes da mídia brasileira, duas coisas graves estão ocorrendo:

Primeiro, as multinacionais do tabaco, segundo denúncias de pesquisadores americanos, estão aumentando o teor de nicotina nos seus produtos, para assim tornar os seus usuários mais intensamente dependentes, ficando cada vez mais difícil deixarem o hábito, como se viu aqui neste trabalho.

Na pesquisa realizada, constatamos que 97% dos entrevistados tentaram abandonar o fumo, sem o conseguir, e 100% – 100%, Sr. Presidente! – reafirmaram as suas intenções de deixar o tabagismo. Portanto, é uma situação grave. E agora há denúncia de que as companhias tabaqueiras estão aumentando o teor de nicotina de seus produtos, para assim tornar os seus usuários ainda mais dependentes.

A segunda denúncia é de extrema gravidade. Ninguém sabe, a não ser a indústria tabaqueira ou seus dirigentes, a verdadeira composição do tabaco que está sendo colocado nos cigarros fabricados no mundo inteiro. Sabe-se, evidentemente, que contém nicotina, hidrocarbonetos cancerígenos do tipo do benzopireno, monóxido de carbono, acroleínas, substâncias irritantes do grupo dos aldeídos, tudo isso é conhecido; mas ninguém mais sabe a composição exata do tabaco, a não ser as indústrias tabaqueiras, seus dirigentes e pesquisadores.

Sabemos da completa composição dos medicamentos à venda nas farmácias, inclusive por dispositivos legais.

É uma situação grave, porque têm havido também denúncias de que substâncias radioativas, elementos radioativos, estariam na composição de alguns tipos de tabaco. E, ainda mais, inseticidas que teriam sido usados nas plantações podem estar como restos de subprodutos no tabaco usado, principalmente, para fabricação de cigarros.

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, na pesquisa por nós realizada no Congresso Nacional, não conseguimos medir os efeitos do chamado tabagismo passivo ou tabagismo indireto, que ocorre principalmente aqui, neste plenário; ou seja, aqueles que não fumam recebem os restos dos produtos lançados no ambiente pelos parlamentares que insistem em contrariar o inciso XIV do art. 73 do Regimento Interno desta Casa, que diz que a qualquer pessoa é vedado fumar neste recinto; contrariando tal dispositivo, violando nosso Regimento Interno, continuam a fazê-lo alguns. É verdade que diminuiu bastante o uso do cigarro no plenário, mas alguns continuam a fumar aqui dentro, lançando; portanto, esses subprodutos tóxicos e contaminando os seus colegas que não fumam.

Hoje sabemos que, em uma casa onde o casal fuma, a criança corre 29 vezes maior risco de doença do aparelho respiratório do que em outra casa onde o casal não fuma.

Outros exemplos nós teríamos a mancheias para dar aos prezados amigos e colegas parlamentares que freqüentam este plenário:

Portanto, Sr. Presidente, mais uma vez lançamos o nosso apelo àqueles Congressistas que queiram prejudicar a sua saúde, que queiram, como comprova essa pesquisa, ser 7 vezes mais propensos ao câncer do pulmão e dos brônquios, 6 vezes mais às doenças cardiovasculares, usando o tabaco. É a saúde de vocês que está em risco, mas não coloquem os nossos colegas, que freqüentam este plenário e que não fumam, na mesma situação de risco: Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ELIAS MURAD EM SEU DISCURSO:

JOSE ELIAS MURAD

PARCIO FALCI



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**ESTUDO SOBRE O HÁBITO DE FUMAR EM UMA POPULAÇÃO
DE FUMANTES DO CONGRESSO NACIONAL**

J. ELIAS MURAD (*)

MARCIO FALCI (**)

RESUMO

O presente trabalho diz respeito à enquete realizada dentre parlamentares, jornalistas e funcionários do Congresso Nacional, através de questionários transmitidos em tela de computador sobre o hábito de fumar e suas consequências à saúde de seus usuários.

Os resultados mostraram a profunda dependência psicológica, mais intensa no grupo constituído por parlamentares, bem como a maior possibilidade de incidência de câncer do pulmão e doenças cardiovasculares, proporcionalmente maior em parlamentares, jornalistas e por fim funcionários.

O estudo enfatiza ainda o número de cigarros consumidos por dia, que se situa em torno de 30 a 40 cigarros para parlamentares e de 20 a 30 para jornalistas e funcionários.

Finalizando, a enquete registra a propensão de se abandonar, sem sucesso, o uso do tabaco dentre os três grupos que constituem o estudo, apesar de todos eles continuarem afirmando que desejam largá-lo.

(*) Deputado ELIAS MURAD, PSDB/RC. Médico, Farmacêutico e Odontólogo.

(**) Fellow of Royal College of Physicians of the United Kingdom. Diretor-Médico dos Laboratórios Biotécnicos LTDA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

RESUMO

Realizou-se no dia 26 de janeiro de 1994, enquete no Congresso Nacional entre os fumantes que espontaneamente submeteram-se à avaliação de risco e perfil comportamental com relação ao hábito de fumar.

A enquete foi realizada através de reguladores e questionário transmitido na tela de computador. Através do interrelacionamento direto com o computador, o usuário responde a perguntas específicas que foram construídas baseadas em testes psicológicos sobre o hábito de fumar. Ao final do teste, o usuário recebe um relatório impresso com o resultado individual.

O programa foi desenvolvido pelo Serviço de Informática Médica do UNICAMP e testado no Centro de Cardiologia não invasivo para também servir como método de avaliação de risco coronária e de desevolvimento de outras moléstias como exemplo o câncer do pulmão.

A identidade do usuário é sigilosa e cada um é identificado apenas por um número. Os dados coletados na memória do computador, torna possível a análise dos resultados individuais e do grupo de participantes da enquete.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

3.

RESULTADOS

Submeteram-se a auto-entrevista pelo computador, 89 pessoas.

Destas, pôde-se destacar três grupos funcionais, diversos quais sejam: o formado por deputados, o formado por jornalistas que dão cobertura aos trabalhos do Congresso e os funcionários da Câmara e Senado.

Do total 9 eram deputados, 11 jornalistas e 69 funcionários. Pertencem ao sexo masculino 68,53% e ao feminino 31,46%. No grupo de deputados apenas 11,11% eram do sexo feminino (Figura 1).

FIGURA 1
SEXO: DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS

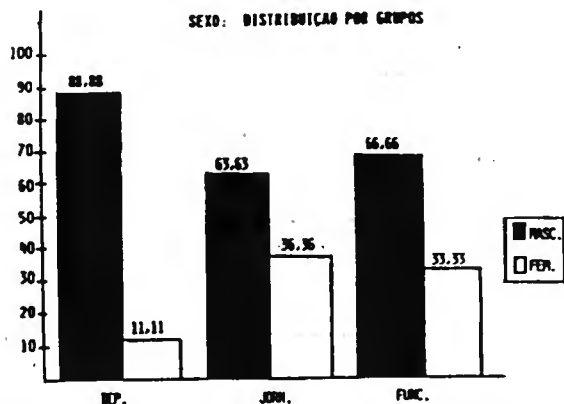


Figura 1 - Distribuição dos fumantes por sexo. No total 68,53% são do sexo masculino e 31,46% do sexo feminino.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

4.

O grupo deputado apresentou a maior média de idade de 42,33 anos, situando-se todos estes na faixa entre 30 e 60 anos de idade e jornalista a menor, 32 anos de idade (FIGURA 2).

FIGURA 2

DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA ETÁRIA E GRUPOS
IDADE

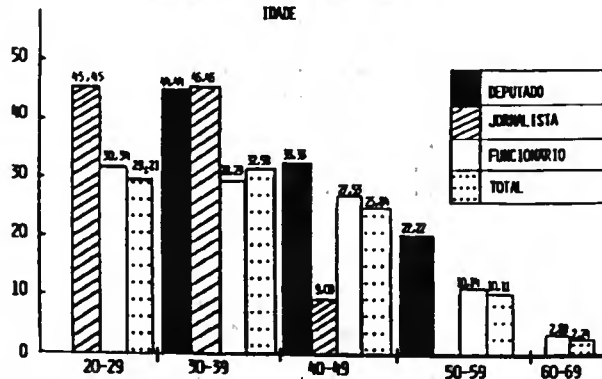


Figura 2: Faixa etária dos fumantes: A média de idade dos deputados é de 42,33 anos e dos jornalistas 32.

Não há deputados entre 20-29, enquanto que não há jornalistas na faixa entre 50-59 anos de idade.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Os deputados são fumantes há mais tempo, em média, há 24 anos com a totalidade deles, compreendidos entre 10 e 40 anos de uso do tabaco, contra 16,72 dos jornalistas. Também, no grupo de deputados a quantidade diária de cigarros consumidos foi significativamente maior que nos demais grupos e em média 31 cigarros / dia (Figuras 3 e 4)

FIGURA 3

DISTRIBUIÇÃO POR PERÍODO DE TEMPO E GRUPO NA QUANTOS ANOS É FUMANTE?

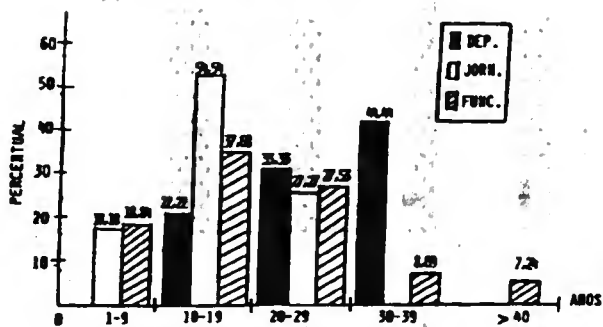


FIGURA 3: Os deputados são fumantes há mais tempo, em média, há 24 anos com a totalidade deles, compreendidos entre 10 e 40 anos de uso do tabaco contra 16,72 dos jornalistas, em média (1 a 29 anos de uso).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

FIGURA 4

DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA DE CONSUMO E GRUPO QUANTO CIGARROS FUMA POR DIA?

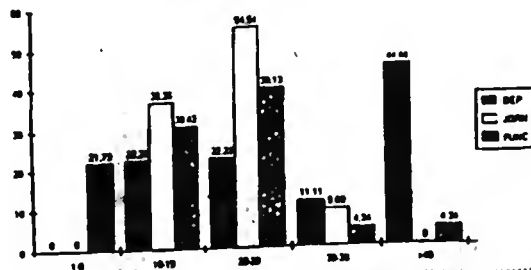


FIGURA 4: No grupo de deputados a quantidade média de cigarros consumidos por dia é significativamente maior que nos demais grupos e em média 31 cigarros/dia, 54,5% de jornalistas fumam 20-29 cigarros/dia. Os funcionários, 39,13% fumam 20-29 cigarros/dia.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

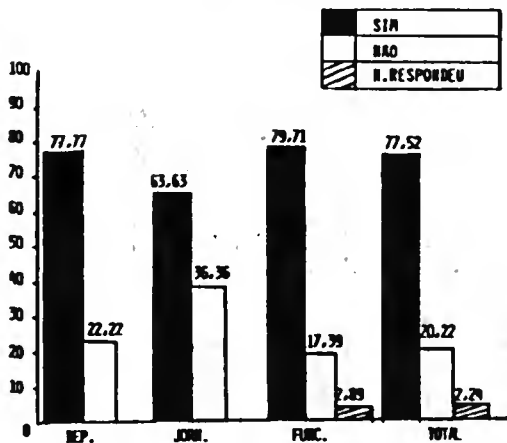
.7.

Ou seja, os 9 deputados consumiram até a data de en-
quete 122.202 maços de cigarros.

Nas tabelas 5 e 6, pode-se verificar que 77% dos en-
trevistados, tentaram parar de fumar anteriormente sem sucesso e
praticamente todos tem intenção de abandonar o hábito. (FIGURAS 5
e 6).

FIGURA 5

JÁ TENTOU PARAR DE FUMAR? RESPOSTAS POR GRUPO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

.8.

FIGURA 6

INTENÇÃO DE PARAR DE FUMAR? RESPOSTAS POR GRUPO

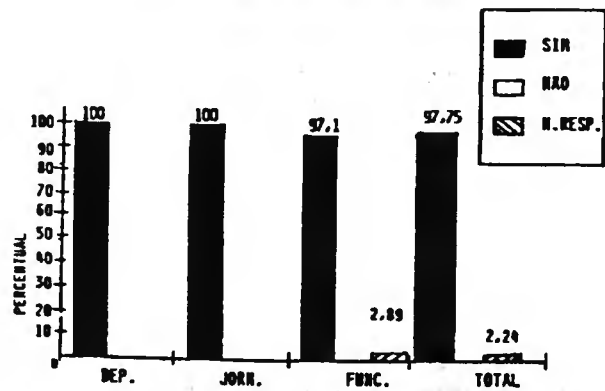


FIGURA 6:

97,52 dos entrevistados têm a intenção de parar de
fumar.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

.9.

Como corolário de um maior consumo de cigarros por um maior período, cobra-se que o percentual risco de vir a sofrer um infarto nos próximos 10 anos é maior no grupo de deputados que nos demais. O mesmo se diga com relação ao risco de contrair câncer de pulmão (TABELAS 1 e 2)

TABELA 1

TABELA 1 - PERCENTUAL DE RISCO DE INFARTO NOS PRÓXIMOS 10 ANOS POR GRUPOS			
GRUPO	\bar{x}	\pm	σ
DEPUTADOS	288,44	\pm	117,92
JORNALISTAS	274,00	\pm	91,22
FUNCIÓARIOS	221,00	\pm	120,27

TABELA 2

TABELA 2 - PERCENTUAL DE RISCO DE CONTRAIR CÂNCER NOS PULMÕES POR GRUPOS, JORNADA E DESYTO PADRÃO			
GRUPO	\bar{x}	\pm	σ
DEPUTADOS	739,55	\pm	213,06
JORNALISTAS	737,45	\pm	275,47
FUNCIÓARIOS	643,86	\pm	307,01



CÂMARA DOS DEPUTADOS

.10.

Com relação ao comportamento induzido pelo hábito de fumar, deve-se destacar como preponderante a fato de que os participantes da enquete, em sua maioria, usam o fumo como auto-medicação, no sentido de obterem com ele uma sensação de relaxamento, redução da tensão bem como para combater os sintomas de abstinência. Esse tipo de comportamento é muito mais acentuado no grupo de deputados, o que é consistente com os dados já anteriormente analisados quanto à quantidade de cigarros diários consumidos e tempo em anos que fumam.

Quanto ao grau de dependência psicológica, 55,55% dos deputados apresentam intensa dependência contra 27,27% do grupo de jornalistas e 21,73% do grupo funcionário (FIGURA 7).

GRAU DE DEPENDENCIA PSICOLOGICA

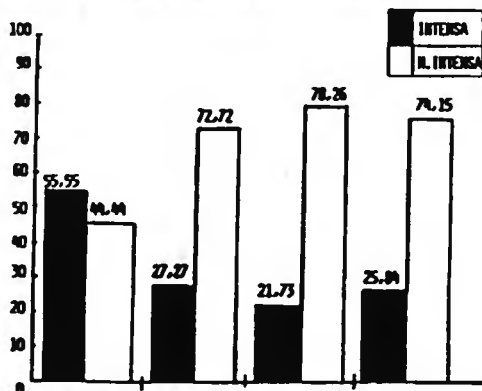


FIGURA 7: Grau de dependência ao tabaco: 55,55% de deputados apresentam uma intensa dependência psicológica, contra 27,27% de jornalistas e 21,73% dos funcionários.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

.21.

A conclusão final quanto ao grau de dependência psicológica é o resumo de tudo já exposto, ou seja, o grupo de deputados é que apresenta maior percentual de um intenso grau de dependência psicológica.

CONCLUSÕES

Através de questionário próprio transmitido na tela de computador, com 89 indivíduos (deputados, jornalistas e funcionários do Congresso Nacional) respondendo perguntas específicas sobre o hábito de fumar, os autores chegaram às seguintes conclusões:

- 1- O hábito de fumar é mais intenso e mais antigo entre os deputados, do que os dois outros grupos.
- 2- Praticamente todos os entrevistados já tentaram parar de fumar sem o conseguir.
- 3- A maioria dos deputados fuma de 30 a 40 cigarros por dia, enquanto que a maioria dos jornalistas e funcionários fumam de 20 a 30.
- 4- O risco de contrair câncer de pulmão é cerca de 7 vezes maior nos deputados e jornalistas e 6 vezes maior nos funcionários do que os não fumantes.
- 5- O risco de ter infarto do miocárdio por sua vez é de 3 vezes maior nos deputados e jornalistas e 2,5 maior nos funcionários do que nos não fumantes.
- 6- A maioria, em todos os três grupos, tem uma intensa dependência psicológica pelo tabaco. Por outro lado, constatou-se que na maioria dos casos, o tabagismo é uma espécie fator para combater o estresse ou a tensão emocional, principalmente no grupo dos deputados e dos jornalistas mais sujeitos a esse fenômeno.

Durante o discurso do Sr. Elias Murad, o Sr. Adylson Motta, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Campos, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Luiz Girão.

O SR. LUIZ GIRÃO (PDT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, recebi, ontem, a informação de que o Senado Federal havia aprovado o Projeto de Lei PSL nº 80/93, nº 4.473 na Câmara. Este projeto dispõe sobre a obrigatoriedade da adição de micronutrientes nos produtos de alimentação que especifica, no caso: farinha de trigo, leite em pó, leite em pó desnatado, leite pasteurizado. Ao projeto, aprovado no Senado Federal, deverá pensar-se o projeto do Congressista Genésio Bernardino.

Nossa preocupação é no sentido de que esse projeto, ao invés de ajudar os carentes brasileiros, venha prejudicar toda a população brasileira. É uma grande hipocrisia alguém dizer que neste País existem subnutridos porque falta vitamina, por exemplo, no leite, na farinha de trigo, em alimentos que as crianças, por acaso, tenham condições de ingerir.

Ora, Sr. Presidente, é público e notório que a desnutrição se dá por falta do alimento: do leite, do pão, da mandioca, do feijão. Esse é realmente o problema da subnutrição. Querer dizer que o problema da subnutrição neste País ocorre, simplesmente, pela falta de vitamina A, vitamina B, vitamina C nos alimentos não é mais do que uma hipocrisia.

Espero que os companheiros da Comissão de Seguridade Social, para onde foi dirigido o produto, não se deixem enganar por essas premissas falsas, uma vez que os interesses maiores que esse projeto defende são aqueles das empresas fabricantes dos micronutrientes. Esta Casa não pode, de forma nenhuma, concordar com essa legislação que apenas beneficiaria meia dúzia de empresas, que têm interesses específicos de vender esses produtos adicionados aos micronutrientes, e deixar de lado a população brasileira, que pagará caríssimo pela adição dessas substâncias.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu queria me congratular com o Presidente da Comissão de Agricultura da Casa que acaba de nomear uma Subcomissão de Agricultura para a política leiteira deste País, composta dos seguintes Congressistas: Pedro Tonelli, este que vos fala, Romel Anísio, Dejandir Dalpasquale, Aldo Pinto e outros.

Também quero registrar, aqui, o nome das entidades de classe que irão compor essa Subcomissão para que possamos, no fim do meu mandato, traçar uma política leiteira para o setor, deixando esta Casa, realmente, com o conhecimento do que seja a produção, comercialização e industrialização de leite em nosso País. A CNA terá dois representantes: Sr. Paulo Roberto Bernardes e Sr. Vicente Nogueira; a CNI, Sr. Carlos Humberto Mendes de Carvalho e Sr. Eurípedes do Prado Junqueira; a OCB, Sr. Waldir Ferreira Bastos e Sr. Jacques Gontijo Alvares; a CBCL, Sr. Paulo Washington Bittencourt Porto e Sr. Wilson Massote Primo; a ABIQ, Sr. Fabio Squacelli e Sr. Flavio Burri; a AILANE, Sr. Jorge Parente Frota e Sr. Cesario Pompeu Magalhães; a ABPLB, o Sr. Jorge Rubez e Sr. Edson Rosolen; a CONTAG, com o Sr. Itálico Cielo e o Sr. Luiz Vicente Facco; a ABIA, com o Sr. Almir José Meirelles e o Sr. Jorge Kendi Komagai, e a APCB com o Sr. Nélcio Ribas Centa.

Essa é uma informação importante que deve ser registrada nos Anais desta Casa. É importante que esta Comissão de Agricultura crie Subcomissões capazes de entrar fundo no problema específico, seja ele o problema da laranja, da cana-de-açúcar, do cacau, do leite, da pecuária de corte, para que possamos, cada vez mais,

ouvindo os setores envolvidos, ter mais condição de legislar sobre assuntos dessa natureza.

Sr. Presidente, também é importante registrar nesta Casa o que aconteceu em Fortaleza, na semana passada, com relação ao depoimento do Dr. José Carneiro Girão. A imprensa alardeou, por exemplo, movimentos existentes na conta daquele parlamentar que não são verdadeiros. Essas informações não são verdadeiras. A Comissão, que hoje estuda a prostituição infantil, deve examinar e fiscalizar profundamente as atividades desse juiz para que não se cometam injustiças com pessoas que não têm condição de aqui estar. Tenho certeza que os membros da Comissão, principalmente a Presidente Marilu Guimarães, irão examinar o assunto e, com certeza, a imprensa do meu Estado se retratará com S. Ex^a, o Dr. José Carneiro Girão, cujo caráter ilibado conhecemos, assim como a honestidade e a forma de se conduzir como magistrado.

Tenho certeza que serei atendido em meu requerimento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Paulo Ramos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Congressista Osvaldo Bender.

O SR. OSVALDO BENDER (PPR – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, pelo que notamos, a revisão está chegando a seu triste fim. Lamento, porque se tivesse sido feita a revisão, muitas coisas, sem dúvida, poderiam ter sido melhoradas para a população. Apresentei uma proposta no sentido de que os produtos, os gêneros de primeira necessidade, não pagassem tributos; que fossem isentos dos impostos o arroz, o feijão, a carne, os ovos, o leite, as verduras, enfim, tudo que se consome, o que se produz. Aliás, já fiz várias críticas quanto ao fato de se isentar ou diminuir impostos dos automóveis, mas manter-se os impostos nos gêneros de primeira necessidade. Critiquei isso e a minha opinião não mudou.

Lamento que esta revisão esteja terminando sem que tenhamos conseguido votar projetos como o da isenção dos tributos. Muitos parlamentares, que apresentaram projetos nesse sentido, vêm-se atonando de idéias através das grandes redes de televisão; agora, lamentavelmente, tais projetos não poderão mais ser votados. Por isso, eu sinto muito. Enquanto alguns parlamentares conseguem manchetes na grande imprensa, aqueles que são humildes, dedicados, simples, não têm essa oportunidade. É preciso ser estrela para aparecer em televisão, para poder ter essa cobertura e, evidentemente, com isso, fazer campanha para a eleição.

Se conseguíssemos aprovar essa isenção, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, ela viria ao encontro do Plano econômico do Governo e, sem dúvida, logo de início, teríamos uma deflação nos gêneros de primeira necessidade, ao invés de inflação. Sabemos que os supermercados anunciaram que seus preços teriam que ser reajustados em aproximadamente 12%. É uma vergonha que eles ainda venham anunciar isso, porque, com este percentual de inflação, nada pode subir além da correção permitida pela URV. No entanto, eles querem, no mínimo, este reajuste, quando os salários foram congelados e pela média dos últimos quatro meses. Se caíssem os impostos, os tributos sobre os produtos de primeira necessidade, os da cesta básica, por exemplo, o trabalhador viria a adquirir os produtos a preços menores. Com isso, ele teria um ganho maior e, principalmente, uma vida melhor.

Minha manifestação é no sentido de lamentar, porque não acredito mais que se vote qualquer coisa, principalmente quanto à reforma tributária. Quis deixar claro que apresentamos um projeto, uma proposta, na Constituinte, retirando os impostos de todos os produtos de primeira necessidade e de tudo que é produzido na agricultura e consumido por todos nós.

Como não temos a grande imprensa, que só dá cobertura às estrelas, quero que o povo brasileiro tome conhecimento, através de A Voz do Brasil, de que nossa intenção é essa, e que este é o único veículo informativo de que dispomos aqui. Agradeço aos seus organizadores por fazerem justiça aos Srs. Parlamentares e por difundirem todos os pronunciamentos feitos na Casa, pois, só através deles é que chegamos àqueles a quem representamos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra à nobre Congressista Maria Valadão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Congressista Jair Bolsonaro.

O SR. JAIR BOLSONARO (PPR – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, causou-me surpresa, mais uma vez, a declaração do Ministro Chefe da SAF, Gen. Romildo Canhim, que qualquer reposição salarial para os servidores públicos civis e militares da União só poderá ser estudada a partir de 1º de julho deste ano. Ainda mais, comenta-se que assim mesmo poderia ser através de projeto de lei. Sabemos, logicamente, que nesta data o Congresso estará em recesso e, nos meses de agosto e setembro, possivelmente estaremos em recesso branco, já que são os meses que antecedem as eleições deste ano. Agora, para congelar salários, decide-se através de medida provisória.

O mais preocupante desse "pacotão" é o fato de que existe a possibilidade, quase concreta, de – embutida nesse projeto de conceder um reajuste entre 28 e 30% aos servidores – ser incorporada à GAE aos vencimentos dos civis e a GAM ao soldo dos militares. Por que a preocupação? Há dois aspectos.

O primeiro é que temos a garantia de que o menor soldo não poderá ser abaixo do salário mínimo, garantia essa que nos é dada através da Lei nº 8.448, de 1992. Na área militar, Sr. Presidente, o menor soldo hoje é de 67 URV e o salário mínimo está em 64 URV. Isso não quer dizer que seja dólar, porque o próprio plano do Governo não atrelou a URV ao dólar e nem atrelará o real ao dólar. E a inflação está aí fora. Assim sendo, o salário mínimo subirá, mais cedo ou mais tarde, por questões logicamente de economia, não só para repor um mínimo a esse mísero poder aquisitivo que tem o salário mínimo, mas também por uma questão política eleitoral, que faz parte da campanha do Governo que apóia explicitamente o Sr. Fernando Henrique Cardoso. Assim, o valor mínimo, caso a GAM seja incorporada ao soldo, ultrapassará as 64 URV, ou seja, será de 67 URV e poderá chegar até 175 URV, que é o valor do soldo do soldado engajado agora e incorporado à GAM de hoje, que é de 107 URV.

Sr. Presidente, hoje temos a garantia de que o menor soldo não será inferior a 2,6 salários mínimos. Num futuro muito próximo, caso essa incorporação se torne concreta, esse soldado agora engajado passará a ganhar um salário mínimo. O mesmo ocorrerá com os mais humildes servidores civis da União.

Outro fato importante – politicamente até não deveria tocar nele, mas tenho a obrigação de o revelar – é que ontem levei ao conhecimento do Ex^o Sr. Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, já que não tenho qualquer acesso ao Gen. Romildo Canhim, nem me interessa isso, a questão da pensão judiciária. Noventa por cento das pensões judiciárias militares – e civis, com certeza – não recaem sobre a GAM ou sobre a GAE. A incorporação da GAM ao soldo e da GAE aos vencimentos fará com que a pensão judiciária suba assustadoramente, ultrapassando aquilo que o militar recebe hoje; ou seja, o militar vai deixar, a título de pensão judiciária, importância superior à metade dos seus vencimentos, de sua remuneração ou de seus proventos. O efetivo, no meio militar, dos profissionais da ativa de carreira que têm pensão judiciária, ultrapassa os 10%. Esse fator é preocupante. Logicamente,

é muito bom para as pensionistas, mas é preocupante para os militares, para os homens e para os servidores civis do Executivo. Essa preocupação deve ser levada em conta e não devemos resolver isso simplesmente através de um projeto de lei ou até mesmo de uma medida provisória. Não se pode discutir o futuro dessas pensões judiciárias à revelia do titular das mesmas, no caso, o militar ou o servidor civil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Ubiratan Aguiar.

O SR. UBIRATAN AGUIAR (Bloco (PFL) – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, ontem à noite, graças à obstinação do Deputado Adylson Motta, que presidia os trabalhos da revisão, em esperar até 21h para que o quorum fosse atingido, foi possível votar e não permitir a aprovação de uma emenda que propunha uma nova abertura, uma sangria nos recursos públicos, canalizando-os para a escola particular.

A tentativa de 1988 repete-se na Revisão Constitucional. A tentativa da degradação da escola pública, já ocorrida no ensino fundamental e médio, era tentada sua extensão ao ensino superior, o que nos causou perplexidade, não surpresa, porque nos acostumamos, durante nossa presença na Câmara Federal, com a ausência das maiores lideranças desta Casa na discussão dos problemas da Educação.

A Educação nunca foi prioridade do Colégio de Líderes. Não é tema que empolga tanto quanto os temas econômicos. Entretanto, eu não conheço economia que se fortaleça sem que antes a nação trafegue, passe pela escola e dê ao povo a politização, o discernimento, a escolha do caminho, a preparação necessária para o exercício da cidadania.

A História mundial está aí a comprovar. As grandes potências do mundo contemporâneo são exatamente aquelas que destinaram recursos para a Educação, não escrevendo na Constituição, mas colocando na consciência do administrador essa necessidade.

O filho do trabalhador, do assalariado, os milhões de brasileiros excluídos desse processo de desenvolvimento recebem um ensino de qualidade inferior, em decorrência da política salarial aviltante a que são submetidos aqueles que se dedicam ao magistério. Não se capacita nem se dá atenção ao treinamento de professores, porque se despreza totalmente aquilo que é fundamental e sagrado: a igualdade de direito dos cidadãos, que permitiria um ensino de qualidade a todos. No entanto, a preocupação maior é promover cada vez mais a sangria dos recursos públicos para direcioná-los em favor dos empresários da Educação.

Não posso dizer que fiquei feliz com o resultado em si, porque esta Casa, por maioria de votos, pronunciou-se favoravelmente à emenda. Nós ganhamos, sim, porque não foi atingido o que o Regimento da Revisão preconiza, ou seja, os 293 votos necessários para alterar as normas da Constituição vigente. Ontem, uma meia dúzia de abnegados da causa da Educação se fez presente no plenário, se perfilou neste microfone, evitando que se perpetrasse mais um crime contra a Educação nacional, contra aqueles que não têm voz, que não têm condições de reclamar da modificação dos percentuais destinados à educação para manutenção e desenvolvimento do ensino.

Transfere-se o ensino fundamental para o município, a famosa municipalização, que significa transferência de encargos, porque não há transferência das receitas.

Quero, neste instante, render a minha homenagem à palavra firme, decidida, coerente com a sua história e a sua vida, de Florestan Fernandes, que veio trazer a sua posição, que aprendi a respeitar e admirar desde o momento da Assembléia Nacional

Constituinte e, no correr dos anos, na discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação; a palavra do Líder do meu partido, Artur da Távola, também coerente com o seu discurso, ele que foi o Relator-Geral da Comissão Temática nº 08; companheiros como esses, que vieram aqui impedir que mais uma vez a escola pública fosse atingida no seu cerne, fosse atingida no que há de mais sagrado, que é a oportunidade de oferecer ensino de qualidade ao filho do trabalhador.

A universidade pública, que hoje luta com dificuldades para sustentar a única perna que ainda existe, que é o ensino, já que a pesquisa e a extensão praticamente desapareceram da universidade brasileira, salvou-se à última hora de que se cometesse mais esse ataque à instituição. A Constituição lhe deu autonomia financeira, didática, científica e administrativa, que, na letra da lei, no dia-a-dia, ainda não se corporificou em matéria, ainda não se transformou em realidade, porque ainda tramita aqui projeto de nossa autoria definindo as regras que permitem à universidade dispor da sua autonomia administrativa e financeira.

Sr. Presidente, este pronunciamento é um grito de alerta no sentido de que o Colégio de Líderes desta Casa, deste Congresso Nacional, tão pressuroso com os problemas econômicos, tenha também o mesmo interesse e o mesmo empenho com os problemas sociais e, em particular, com o problema da Educação brasileira. Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

A SRA. MARIA LUÍZA FONTENELE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra à nobre Congressista.

A SRA. MARIA LUÍZA FONTENELE (PSTU – CE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, registro a presença em Brasília, hoje, de dois desportistas cearenses, Franco Neto e Roberto Lopes, que se notabilizaram no voleibol no plano internacional. Eles representam a força e a garra da juventude cearense.

Muito grata.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Hélio Bicudo.

O SR. HÉLIO BICUDO (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, não obstante deslocada da realidade institucional, ganha espaço a tese da chamada constituinte exclusiva. Uma vez que não se pôde levar à frente esta Revisão Constitucional ilegítima, que, por ser ilegítima, não conseguiu o consenso necessário da Casa para que se concretizasse, pensa-se, agora, na constituinte exclusiva como uma tábua de salvação para aqueles que querem manter a institucionalidade brasileira desinstitucionalizada.

As forças democráticas, Sr. Presidente, que foram, a pouco e pouco, minando a ditadura militar instalada no País, a partir de abril de 64, procuraram desfraldar a bandeira da constituinte exclusiva. Entretanto, retomado, em 1986, o pacto que possibilitou o golpe militar entre a burguesia e os próprios militares, resolveu-se – e os partidos que até então tinham sua existência permitida compuseram-se no mesmo propósito – pelo estabelecimento de uma constituinte congressual, mais fácil de ser controlada dentro da idéia de não se alterar o *status quo*, para que permanecesse a dominação das classes populares pelas elites, embora incapazes de desenhar um novo modelo de Estado, mas ciosas sempre em manter seus privilégios.

Esses objetivos nem sempre foram alcançados, substancialmente no que respeita aos direitos e garantias individuais que, consubstanciados no pórtico da nova Carta Magna, se derramaram ao longo do texto, em claro atendimento às demandas populares,

na construção de uma sociedade democrática e solidária.

Acrescente-se ainda que se fixaram posições claras na defesa do patrimônio nacional, mediante dispositivos que não entregavam à iniciativa privada a pesquisa, a exploração e a comercialização do petróleo, as telecomunicações e o subsolo, acautelando-se, ademais, como acontece com os países mais desenvolvidos, com a exploração que pode decorrer da atuação, sem controle do Estado, do capital estrangeiro.

Essa é, sem dúvida, a questão que se põe quando se fala em alteração do texto constitucional e agora, fracassada a revisão, em constituinte exclusiva. São os grupos econômicos internacionais e nacionais ligados aos primeiros que desejam impor modificações na ordem econômica, a fim de adequá-la à economia neoliberal dos países do hemisfério norte. Para eles não importa o desenvolvimento nacional, e tanto isso é verdade que é irrelevante, para o ingresso de capital externo, se introduzam alterações no art. 171 da Constituição, porque, nesse dispositivo, não existe qualquer proibição a respeito, mas apenas – o que se dá em qualquer país soberano – mecanismos de controle para disciplinar a entrada, a aplicação e o retorno desses capitais.

Se houvesse um mínimo de espírito público nessa linha de pensamento, dever-se-ia cogitar, isto sim, como fator importante no desenvolvimento sócio-econômico do País, as reformas fiscal e tributária a desamarrar o novelo que atravanca o nosso progresso e a divisão de renda. Mas isto, que poderia ser alcançado mediante o processo normal de emendas, segundo dispõe o art. 60 da Constituição Federal, nunca foi cogitado com seriedade, preferindo-se conturbar com uma revisão previamente condenada, porque espúria, toda a caminhada em busca da concretização de um Estado Democrático de Direito, para o qual o Texto de 88 abre as portas.

Agora, pretende-se mais uma vez prolongar o processo...

Ora, é no mínimo não se ter uma visão mais profunda do processo político, pois essa situação de insegurança, uma vez que a Constituição é a base da confiabilidade em qualquer sistema político, não pode restar na condição de ré da ingovernabilidade, porque é a instabilidade do sistema a grande responsável pelas incertezas quanto ao nosso futuro.

Não há, portanto, como cogitar-se de prolongar a agonia de uma revisão que praticamente acaba de morrer, porque inexistem condições políticas para a sua sobrevivência e muito menos porque inexistem condicionamentos jurídicos e políticos para a convocação de uma Assembléia exclusiva, porque não é o povo que a quer, mas tão-somente as mesmas elites responsáveis pelo descalabro em que nos encontramos.

As instituições, Sr. Presidente, se aperfeiçoam segundo as premências do povo e, mais uma vez, não devem ser as elites que as demarquem.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Victor Faccioni.

O SR. VICTOR FACCIONI (PPR – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, lamentavelmente, ontem à noite, algumas lideranças partidárias e, dentre essas, alguns partidos resolveram derrotar a juventude brasileira, mais especificamente os estudantes pobres, sem recursos financeiros, que, no entender desses líderes, não devem ser preocupação, pois estender a concessão de bolsas de estudo a estudantes carentes seria o mesmo que estender recurso público à escola privada.

Sr. Presidente, é lamentável essa concepção equivocada numa questão tão importante e tão grave como a educação!

Quando, na Constituinte, apresentei proposta constitucional que garantiria a todo estudante brasileiro o direito à escola, inde-

pendentemente de ser pública ou privada, pensava estar tratando de uma questão de consenso do Congresso Constituinte. Se pública, gratuitamente; se privada, paga pelo aluno possuidor de recursos financeiros; se não-possuidor de recursos financeiros, e comprovada tal situação, paga pelo Estado. Ou será que o Estado só garante educação para aqueles que conseguem vagas na escola pública? E para os outros? Estes são os discriminados, os cidadãos de segunda classe, terceira classe ou quarta classe. O mais grave é ver partidos políticos que levam na sigla, inclusive, o compromisso com o trabalhador, como o PT, assumirem posição tão equivocada.

Ora, Sr. Presidente, havíamos recolocado a questão agora na Revisão Constitucional. Recolocado em que termos? Nos seguintes termos – preciso ler a emenda:

Art. 213.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental, médio e superior – na Constituição atual, não há a inclusão da palavra "superior", apenas "fundamental" e "médio" – "na forma da lei, para os que..." – quem são "os quê?" São os alunos; não é a escola; é para o aluno, para o jovem, para o estudante, não é para a escola. Santo Deus! Será que não dá para compreender isto? – "...demonstrarem insuficiência de recursos..." – recursos de que tipo, Sr. Presidente? Financeiro, não é intelectual, não é qualificação – "...quando houver falta de vagas..." – vejam, mais uma condição – "...em cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão da sua rede na localidade".

Há poucos meses, foi realizado o Fórum da Liberdade, em Porto Alegre, tendo como um dos principais conferencistas o Prêmio Nobel de Economia Gary Becker, que, convidado para falar sobre a crise da educação em nível mundial e sobre o acesso à escola e o direito de escola, disse que o melhor instrumento para o direito de escola é o bônus-educação. O bônus-educação poderia ser chamado de vale-escola ou vale-educação, como temos o vale-transporte e o vale-refeição. A educação, a cultura, é a refeição do espírito, da mente, do intelecto, da capacitação do indivíduo; é a bolsa de estudos!

Pois bem, vem o Prêmio Nobel de Economia dizer uma coisa tão óbvia, e nem dita por ele é encarada como algo sério, conforme estou recolocando aqui.

Ora, Sr. Presidente, surpreendi-me com a posição do PT virando a mesa no acordo de Líderes ontem pela manhã. Em outro encontro de Líderes realizado anteriormente, havia sido acordado que entraria na pauta mínima o art. 213. Aliás, eu insistia não só no art. 213, como também no 208, V, onde propus emenda aglutinativa nos seguintes termos:

Art. 208.

V – acesso a todos os níveis de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um e através de programas de bolsas de estudo, compra de vagas e financiamento para estudantes de comprovada carência.

Contudo, durante a reunião de lideranças, alguns partidos entenderam que era muito sofisticado, que estávamos ampliando, abrindo demais, e, então, queriam deixar uma porta menor concordando com o acréscimo da expressão "e superior" no § 1º do art. 213.

Estava acordado que entraria na pauta. O Relator, eminente Deputado Nelson Jobim, se dispôs a dar parecer favorável e chegou a fazê-lo. Ontem, pela manhã, no novo encontro de Líderes, o PT vetou a permanência na pauta mínima. O Relator, que havia se subordinado ao acordo de Líderes, modificou o seu parecer não pelo mérito da questão, mas por uma imposição minoritária contra a maioria desta Nação; e o excluiu.

Talvez devêssemos consultar o povo, através de um plebiscito, para que ele decida a este respeito. O que é melhor para a juventude brasileira: ter bolsa de estudo ou não ter escola? Ter bolsa de estudo ou não ter educação? Ter bolsa de estudo ou ser marginalizado, como está marginalizado o jovem de hoje, que, não tendo herança, não tendo recursos financeiros, não tem o direito de estudar?

Ontem disseram alguns Parlamentares, como o Congressista Sérgio Arouca: "Não, mas a Constituição não proíbe; tanto é verdade que está aí o Programa da CAPES, do CNPq, do FINEP". Pois bem, saiba o Congressista Sérgio Arouca que esses programas são inconstitucionais; que a decisão desta Casa, negando a inclusão, no art. 213, § 1º, da emenda, da expressão "ensino superior", pode estar inclusive condenando a continuidade desses programas – programas do mais alto sentido social, do mais alto investimento em recursos humanos.

Agora, engraçado! Pode haver bolsas de estudo no exterior; no Brasil, não pode! Quer dizer, trata-se de um ranço elitista, asqueroso e discriminatório que não pode perdurar, Sr. Presidente! Quem sabe teremos de propor um plebiscito para o povo decidir, para a juventude brasileira ir às ruas e dizer se deve ou não ter direito à bolsa de estudo? Por que querem lhes negar esse direito?

O mesmo partido propõe que sejam oferecidas bolsas de estudo para cursos de pós-graduação. Esta é uma proposta ainda mais elitista ainda! Para os graduados, o Estado pode continuar a dar dinheiro, mas para os discriminados, para os esquecidos, para os marginalizados, não! Justificam que seria dar dinheiro público para empresas na área da educação. Para quais empresas, Sr. Presidente? Para a Pontifícia Universidade Católica e a ULBRA – Universidade Luterana Brasileira? Essas seriam as empresas? Ou para a da minha cidade, a Universidade de Caxias do Sul, que é eminentemente comunitária?

Ora, Sr. Presidente, a perdurar esse tipo de comportamento, não estaremos permitindo efetivamente a democracia no sentido econômico-social e, conseqüentemente, nem sequer no sentido político, porque, se não dermos condições de formação e de educação, o indivíduo não terá, por via de conseqüência, condições de lutar melhor pelos seus direitos e de se posicionar melhor em relação à luta política.

Mas o PT manteve essa posição. Surpreende-me ver partidos que disputam a Presidência da República pensando dessa forma. E o PSDB tem como candidato um professor universitário, um homem da Sorbonne, que sabe da existência de bolsas de estudo na França. Mas, no Brasil, não pode haver, porque esta Nação deve ser, no seu ponto de vista, de quinta categoria em nível mundial. Quando o Brasil chegar à primeira, poderá! Só que jamais chegará sem incorporar a juventude brasileira no processo.

Surpreende-me ver partidos como o PSDB ou o PMDB, que também tem um candidato à Presidência da República que foi Governador, o Sr. Orestes Quércia, permitirem que seu Líder encaminhe contra essa matéria.

Felizmente, nesses partidos, houve algumas Lideranças que, isoladamente, tiveram uma posição diferente e votaram a favor, mostrando que nem tudo está perdido.

E é exatamente porque nem tudo está perdido, que vamos continuar a luta, Sr. Presidente, recolocando a proposta, porque

não aceitamos essa discriminação contra a juventude brasileira, de que só o filho do rico tenha direito à escola; só o filho do rico pode chegar à universidade pública gratuita. E os demais? Bom, pelos demais, vamos continuar a lutar.

Conclamo, para isso, todos os nobres Congressistas, aqueles que votaram a favor e os que, inadvertidamente, ontem votaram contra, para que revisem o seu posicionamento, a fim de que formemos um mutirão pela juventude brasileira e pela democracia na educação.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Jackson Pereira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Congressista Paulo Rocha. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Congressista José Luiz Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra, pela Liderança do PPR, ao nobre Congressista Armando Pinheiro.

O SR. ARMANDO PINHEIRO (PPR – SP. Para uma comunicação de Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Congressistas, o nosso partido, o Partido Progressista Renovador, realizou, anteontem, uma histórica convenção na Câmara dos Deputados. Iniciou-se, após o seu processo de fusão, a primeira grande jornada do novo partido, fruto da união do PDS com o PDC.

A sua primeira missão eleitoral, em nível nacional, Sr. Presidente, reveste-se de grande importância e, temos certeza, será caracterizada por grande sucesso.

O partido lançou, como candidato à Presidência da República, essa figura magnífica que é o ilustre Senador Esperidião Amin, homem respeitado em Santa Catarina, homem respeitado em Brasília, mas que hoje já transcende o seu Estado e a Capital do País para levar o seu respeito a toda a Nação brasileira, pelas suas virtudes, pelo seu passado, pela caracterização do seu trabalho na iniciativa privada e, acima de tudo, como político e administrador, Deputado Federal, Prefeito de Florianópolis, Governador de Santa Catarina, Senador da República e como Presidente do nosso partido.

Trata-se, indiscutivelmente, da grande novidade do processo eleitoral nacional. É o homem que surge com o figurino que a Nação brasileira deseja e almeja. É a pessoa contra quem não há rejeições. Homem ímpoluto, de uma dignidade a toda prova, contra quem ninguém tem a ousadia de lançar qualquer ofensiva que possa atingir a sua integridade, a sua capacidade e o seu amor à Pátria.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estamos, nós, do PPR, muito orgulhosos e, mais do que isso, muito confiantes. Lançamos à Vice-Presidência uma candidata que representa muito bem a mulher brasileira. Além de dona-de-casa, mãe, esposa devota e virtuosa, é alguém que há muitos anos se dedica à vida pública, na área social. Como Primeira-Dama – seu marido, João Castelo, governou o Estado –, foi responsável pela política social do Maranhão. Posteriormente, eleita e guindada à condição de prefeita de São Luís, realizou obra marcante, que tornou conhecido o seu nome não apenas no Estado, mas em todo o País. Com esta chapa de candidatos, vamos desenvolver um trabalho de pregação nacional.

A nossa candidatura é a antítese de outras, que não têm candidatos com a necessária experiência política e administrativa, o necessário respaldo de ter oferecido a este País experiências de governo que os qualifiquem como homens capacitados a comandar o Brasil numa fase tão carente; é a antítese de outras, que não conhecem a ética política, cujos candidatos estão maculados em sua

honra por denúncias e processos formais de corrupção perante a Justiça. Essa é a grande vantagem do nosso candidato.

Sr. Presidente, um dos pontos prioritários do programa do PPR – além das questões da abertura da economia, do desenvolvimento econômico e conseqüentemente da criação de riquezas, de empregos e de qualificação do povo brasileiro; além da solução dos problemas ligados à área da educação, carente de política nacional efetiva e competente; além da solução das questões da saúde, hoje sucateada em todo o território nacional em virtude da falta de investimentos; além da agricultura, além da ciência, das questões do desenvolvimento urbano e das questões sociais – é o gravíssimo problema da habitação. A questão da habitação é hoje fundamental, pois cerca de 12 milhões de pessoas, oriundas das áreas mais carentes do País, precisam de um teto, de uma habitação, de um lugar digno para morar, para viver com suas famílias.

E o que estranhamos, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, é que o candidato do Governo, o Sr. Fernando Henrique Cardoso, ao apresentar à imprensa o seu slogan – uma das mãos com cinco dedos abertos, cada um indicando um dos seus objetivos: educação, saúde, segurança, agricultura e emprego –, deixou de lado o gravíssimo problema da habitação social no País.

Associo esse fato à conduta que o ex-Ministro Fernando Henrique Cardoso, pagando pelo seu noviciado na administração – assumiu o Ministério da Fazenda como seu primeiro cargo executivo, após rápida passagem pelo Ministério das Relações Exteriores –, deu, pela falta de imaginação, pela falta de competência, um golpe – não sei se fatal – na conjuntura habitacional brasileira ao retirar, mediante emenda à Constituição, regra que havia sido editada por este Congresso, inclusive com a aprovação do Governo, de destacar 20% da arrecadação do IPMF para programas de habitação social.

Isso significa que houve até um rompimento de palavra, porque o Congresso, ao aprovar a lei que dispõe sobre a criação do IPMF, impôs, como condição, que 20% fossem destinados à habitação. E já nessa época, o Senador Fernando Henrique Cardoso era Ministro da Fazenda. Posteriormente, ainda como Ministro, impôs e fez descer goela abaixo deste Congresso o rompimento daquele compromisso e a retirada dos 20% destinados aos programas de habitação social, deixando o País totalmente destituído de recursos para enfrentar até as emergências habitacionais que no dia-a-dia ocorrem nos vários pontos da nossa Nação.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, trago este fato para mostrar a total insegurança – para não dizer o total despreparo – desse candidato à Presidência da República para a administração pública, pela sua total insensibilidade e pelo seu desconhecimento dos graves problemas sociais deste País.

Para finalizar, com a permissão de V. Ex^a, faço sugestão à Mesa Diretora do Congresso Nacional. Hoje se encerra o prazo para apresentação das emendas ao Orçamento – que é mais uma demonstração da incompetência do Governo, que o retirou três vezes – e já há uma enorme fila de Parlamentares e assessores na sala da Comissão de Orçamento. Creio que, com o encerrar do prazo, às 18h30min de hoje, se medidas práticas não forem tomadas, dezenas ou centenas de Parlamentares poderão perder o prazo para oferecer suas emendas.

Não vejo razão para que a Mesa Diretora do Congresso Nacional deixe de olhar para esse aspecto e não reforce imediatamente – e o apelo que faço a V. Ex^a é para que transmita esta questão ao Presidente da Casa, Senador Humberto Lucena – o número de funcionários para a recepção de emendas, a fim de que se evitem essas filas, que são tão lamentáveis como as do INPS. Elas já ocupam uma parte dos corredores da Comissão e já estão deixando muitos funcionários sem horário de almoço, sendo que, daqui para

o final da tarde, isto tende a se agravar.

É tão fácil, Sr. Presidente, designar mais alguns funcionários. Essa medida facilitaria a recepção, evitaria o tumulto e consequentemente permitiria que o Regimento fosse cumprido e que até às 18h30min todos os Deputados e Senadores pudessem protocolar suas emendas e cumprir a missão constitucional de oferecer contribuição ao Orçamento da República.

Este é o apelo que faço a V. Ex.^a: transmita essa ponderação ao Sr. Presidente, Senador Humberto Lucena, a fim de que imediatamente S. Ex.^a tome as devidas providências para a correção dessa anomalia que envergonha o Congresso Nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Levarei ao conhecimento do Presidente do Congresso Nacional, Senador Humberto Lucena, a reclamação de V. Ex.^a no sentido de melhorar, o mais depressa possível, o atendimento na Comissão de Orçamento para recebimento das emendas.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Edi Siliprandi. (Pausa.)

Concedo a palavra à nobre Congressista Maria Laura.

O SR. GILVAM BORGES – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concederei a palavra a V. Ex.^a após o pronunciamento da nobre Congressista Maria Laura, a quem eu já havia anunciado.

O SR. GILVAM BORGES – Temos que cumprir o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Só posso cumprir-lo, nobre Congressista, se V. Ex.^a também o fizer, porque há uma oradora na tribuna.

A SRA MARIA LAURA (PT 196 DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, o *Correio Braziliense* de hoje traz duas manchetes que merecem reflexão: "Polícia Federal investigará Roriz" e "Juiz ameaça mandar prender Lula".

Gostaria de comentar primeiramente a segunda manchete. Que crime Lula cometeu, segundo esses que estão levantando a questão? Subir no carro de som do Sindicato dos Metalúrgicos. Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, acho lamentável e um absurdo que se gaste tempo neste País discutindo sobre a legalidade ou não do uso de carro de som pelo candidato à Presidência da República, seja ele de propriedade do Sindicato dos Metalúrgicos, portanto, Sindicato dos Trabalhadores, ou da FIESP, que é um sindicato patronal.

Na verdade, toda essa celeuma feita em cima do gesto do Lula de usar o carro de som tem o objetivo de acuar o candidato dos trabalhadores, impedindo-o de usar instrumentos legítimos, que têm sido usados frequentemente tanto na atuação política como na sindical, daqueles que efetivamente estão ligados ao movimento sindical.

Passo agora à primeira manchete do *Correio Braziliense* que li. Na verdade, nós, brasilienses, temos a certeza, pois os índios são muito fortes, de que o Governador Joaquim Roriz usou a coisa pública de acordo com os seus interesses. As provas já levantadas pela CPI do Orçamento mostram claramente as irregularidades cometidas pelo Governador do Distrito Federal em várias frentes.

Sr. Presidente, felizmente ontem, no começo da noite, o Subprocurador-Geral da República pediu ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal que ordenasse a instauração de seis inquéritos policiais federais para apurar as denúncias contra o Governador Joaquim Roriz. O Subprocurador-Geral da República pede à Polícia Federal que intensifique as investigações dos fatos levantados pela

CPI.

São várias as investigações que precisam ser feitas: desde o suposto superfaturamento da obra do metrô aos depósitos feitos na conta do Governador pelo administrador de sua fazenda, que também, em outro inquérito, é interrogado sobre transações bancárias, através do Banco Progresso, com o Governador Joaquim Roriz. Pede-se também a investigação sobre o possível desvio de recursos do Orçamento repassado da União para o Distrito Federal, em uma rubrica que poderá ter sido utilizada em outra rubrica. Além disso, o Procurador-Geral da República pediu ontem que fossem apuradas as denúncias apresentadas pela CPI de que o Governador Joaquim Roriz teria assinado convênios com o Ministério da Ação Social antes mesmo de ser Governador do Distrito Federal.

Além dessas, há várias outras denúncias que precisam ser apuradas não só as oriundas da CPI do Orçamento, mas também as que foram feitas pelo Subprocurador-Geral da República no Distrito Federal, denúncias de que o Governador não tem declarado, para o Imposto de Renda, um número considerável de seus bens, como carros, imóveis e fazendas que S. Ex.^a possui no entorno de Brasília e no Estado de Goiás.

Outra investigação também solicitada é a respeito dos depósitos que o Governador efetuou nas contas dos chamados "sete anões do cerrado", que são sete Deputados Distritais, que, na verdade, se comportam na Câmara Legislativa como verdadeiros capachos do Governador.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no momento em que recebemos os documentos encaminhados pelo Ministério Público ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal, realizamos, no novo acampamento da Telebrasil, aqui em Brasília, um ato de desagravo ao companheiro Eurípedes Camargo, Deputado Distrital e Líder da nossa bancada na Câmara Legislativa. É que esse Parlamentar, na semana passada, foi agredido com ovos e pedradas por funcionários do Governador Joaquim Roriz, por admitirem que pessoas que pensam diferentemente vão até lá para discutir os seus pontos de vista.

Nesse ato de desagravo ao companheiro Eurípedes Camargo, eu dizia que nada melhor para desagrar as agressões feitas a mando do Governador do que ter em mãos os documentos encaminhados pela Procuradoria-Geral da República ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal, onde S. Ex.^a será submetido às investigações necessárias. A nossa expectativa é de que a Polícia Federal dê cabo de todas as investigações. A população de Brasília precisa ser suficientemente informada sobre todas as denúncias feitas à pessoa do Governador.

Assim, ontem, quando fazíamos aquele ato de desagravo, deixamos claro que aquele que nos acusava passava a estar, a partir de ontem, no banco dos réus e que precisava explicar-se muito bem para conseguir a sua absolvição. S. Ex.^a diz claramente que somos os responsáveis pelas denúncias, mas, nessa campanha eleitoral, com certeza, as nossas ações estarão centradas na defesa das nossas posições políticas e do nosso programa. Não temos rabo preso que possa ser puxado durante a campanha.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, o encaminhamento adotado ontem pelo Ministério Público vem reforçar a vontade daqueles Parlamentares que se empenharam junto à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre o Orçamento, para que viesse à tona a verdade sobre as denúncias que foram impossibilitadas de investigar durante o andamento da CPI.

Hoje ouvi uma entrevista do Governador Joaquim Roriz, através da CBN, onde S. Ex.^a dizia que as acusações de que era vítima vinham da sua oposição nesta Casa. Penso que o Governador trabalha como se a população de Brasília fosse burra e não tivesse capacidade de interpretar os fatos e as informações. Ora, as denún-

cias basearam-se em informações retiradas de extratos bancários e de declarações de Imposto de Renda encaminhados pelo órgão competente; tiveram por base, portanto, documentos que comprovavam a sua veracidade.

Faço este registro, porque entendo que a população de Brasília, neste momento, entra num segundo momento de expectativa, ou seja, a apuração pela Polícia Federal de todas as denúncias encaminhadas pelo Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Carlos Lupi.

O SR. CARLOS LUPI (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, freqüentemente assistimos a pronunciamentos de vários Parlamentares – e bato nesta tecla mais uma vez – atribuindo à Constituição a culpa por todas as mazelas, por todos os erros e por todos os desmandos que a política nacional, sob o comando dos neoliberais, comete hoje. Querem, por sua incompetência e inaptidão para a gerência da administração pública e do dinheiro público, culpar a Constituição de 1988 pela corrupção e por sua própria falta de visão política.

A atual Constituição completará seis anos em outubro próximo – portanto, é uma Constituição recente. Mas os problemas do Brasil não têm só seis anos: são problemas seculares, agravados principalmente com o golpe de 64, quando se adotou uma política neoliberal, entreguista da nossa soberania, entreguista da nossa economia, calcada nos interesses norte-americanos e internacionais, sem visão social, sem se preocupar com o crescimento e melhoria da distribuição de renda do povo brasileiro.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a Constituição que aí está não impede, em nenhum momento, em nenhum artigo, em nenhum capítulo, que um bom administrador, um competente administrador, um eficiente Presidente da República, com uma equipe competente, proba e honesta, possa fazer um bom governo para o Brasil.

A prova da incompetência e do desmando do atual Governo brasileiro é o que se faz com a Educação e a Saúde em nível nacional. Destruuiu-se a Saúde pública, favorecendo-se, indecorosamente, de forma imoral, as redes particulares de saúde, os grupos econômicos que comandam hoje a Saúde nacional, as Golden Cross, as Amil, esses grupos que cobram os olhos da cara à custa da falência da Saúde pública. E o Governo brasileiro repassa, através das Autorizações de Internação Hospitalar, bilhões e bilhões de cruzeiros para esses hospitais, quando tais recursos deveriam ser aplicados na reforma dos hospitais públicos, no pagamento de melhores salários para os servidores da área de Saúde, na criação de prontos-socorros e de centros de atendimentos de saúde em bairros e em comunidades.

Isso não depende da Constituição: depende da visão política do administrador público. Saúde e educação são obrigações do Estado. Hoje o povo brasileiro morre, porque não tem um hospital público eficiente para atendê-lo. O próprio médico que está no hospital público tem a clínica particular e indica, induz aquele pobre cidadão brasileiro que recorre ao hospital público a ir para o serviço particular, porque ali ele, co-proprietário, ganha mais, tem lucros maiores. Esse corporativismo que se criou é profundamente nefasto à sociedade brasileira. A área da Saúde está profundamente corroída e corrompida, e não é a Constituição que impede a mudança disso: é a falta de visão política, repito, de compromisso com o povo, de lealdade a uma causa libertária, que é a saúde do povo brasileiro.

O mesmo ocorre com a Educação, não é diferente, a não ser projetos pioneiros, como o do CIEP, que não se restringe só à construção de prédios, como muitos dizem aqui, mas que foi a úni-

ca novidade que surgiu neste País após 64 na área de Educação. O Governo do Estado do Rio de Janeiro já gastou, em quatro anos, cerca de um bilhão de dólares em investimentos nos Centros Integrados de Educação Pública modelar. Não é só o prédio que é bonito, embora trabalhador e filho de pobre também mereçam um prédio bonito: é área de lazer, é área para ginástica, é área odontológica de atendimento diário, é área com médicos participando efetivamente, com merenda feita por nutricionista de primeira qualidade; é uma escola em turno único, com oito a nove horas de aula para o aluno, que dão à mãe e ao pai a garantia de que seu filho não está na rua aprendendo o que não deve.

Esse projeto é combatido pela elite, porque a elite tem medo dos filhos do CIEP, que, com certeza, serão inconformados, rebeldes contra essa política neoliberal adotada neste País. Pagamos o preço de um bilhão de dólares na educação, porque era muito mais conveniente, muito mais fácil, eleitoralmente renderia muito mais fazer asfalto, colocar bica d'água, fazer o que a política tradicional faz.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Brasil está precisando priorizar seu povo, dando saúde, educação e emprego. Esses são os principais pontos do programa do candidato do meu Partido, Leonel Brizola, do PDT; sua história e coerência lhe dão autoridade moral para garantir ao povo que, se eleito, irá realizá-lo. Para isso não precisa haver uma nova Revisão Constitucional, como estão inconstitucionalmente querendo fazer para 1995; é preciso apenas vontade política, compromisso com o povo, coragem cívica, lealdade à causa libertária do povo brasileiro, que é a sua educação, a sua saúde e o seu emprego.

Queremos deixar isso claro, Sr. Presidente, para acabar, de uma vez por todas, com a demagogia de se culpar a Constituição por erros que são da elite política dirigente, de um projeto neoliberal falido que não distribuiu renda, não fez o País crescer, não fez o Brasil independente.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no Brasil, precisamos de compromisso com a Nação e de políticos honrados e honestos. Desafiamos qualquer revisionista, qualquer membro de qualquer partido, a dizer, de livre consciência, que a Constituição pode ser responsabilizada pela corrupção, pela inaptidão dos neoliberais para o poder, pela incompetência na gerência do dinheiro público e, principalmente, pela falência desse projeto econômico neoliberal entreguista, que, em 30 anos, só tem aumentado a miséria e impedido a população brasileira de viver com dignidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Paulo Duarte.

O SR. PAULO DUARTE (PPR – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, manchetes dos jornais de hoje trazem a irritação do candidato do PT à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com as denúncias de que está usando ilegalmente, em seus comícios, os caminhões de som do Sindicato dos Metalúrgicos.

Diz o artigo:

Em um comício na FORD para quatro mil trabalhadores, ele xingou o candidato do meu partido – Senador Esperidião Amin, que prometeu pedir a impugnação da sua candidatura. O Esperidião Amin – declarou Lula – disse que eu estou fazendo um crime de apropriação indébita.

A denúncia feita à Justiça Eleitoral, por diversas entidades, baseia-se na infração de uma norma constitucional.

O candidato do PT, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, não pode se sobrepor à lei. Como candidato a presidente, tem que dar o exemplo a toda a Nação brasileira de respeito à Constituição, de

respeito à lei.

E ainda foi além, dizendo que as coisas justas são mais fortes que as legais.

Isso é de uma gravidade extrema e faz-nos pensar que se as urnas, porventura, favorecerem o Sr. Luiz Inácio, fazendo-o chegar à Presidência da República, poderão ocorrer verdadeiros absurdos, inclusive um processo de "fujimorização", com o fechamento deste Congresso, porque ele se sobrepõe à lei e está acima dela.

Não sei qual a providência que a Justiça Eleitoral vai tomar em relação a esse caso; tenho a impressão de que nada irá acontecer, o que é comum, no Brasil. Mas uma coisa é fundamental: o candidato perdeu a moral, perdeu a autoridade para denunciar prefeitos, governadores, por usarem as máquinas das suas prefeituras, dos seus estados, na campanha política deste ano, porque, se ele pôde fazê-lo, os outros também poderão agir assim; se é legal para ele, também os outros têm o mesmo direito. Isso irá depender das providências, da atitude que a Justiça Eleitoral tomará em relação a esse caso.

Continuando, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva disse, ainda, em relação ao Senador Esperidião Amin:

É um babaca, um imbecil. Uma pessoa séria não fala uma bobagem dessas.

Desejo registrar aqui a resposta do Senador Esperidião Amin a essa alegação do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. O Senador, numa entrevista coletiva, ontem, foi indagado se processaria o Lula por tais declarações. O Senador respondeu que não irá fazê-lo, declarando:

Na realidade, eu me considero um imbecil. O Lula tem razão. Eu me considero um imbecil como milhões de brasileiros que têm de trabalhar para ganhar o seu sustento. O Lula, que é um desocupado bem sucedido, que recebe mesada de empreiteiros, que mora de favor em uma porção de residências em São Paulo, inclusive numa em que passa as férias, tem toda a razão de chamar de imbecil a quem trabalha e com o suor do seu trabalho sustenta a sua família, ganha o seu dinheiro, como fazem milhões de brasileiros.

Deixo este registro nos Anais desta Casa, esperando que a campanha política que se inicia venha a ocorrer de modo diferente, que as declarações não desçam a esse nível, e que a Justiça Eleitoral tome uma providência, desde logo, para que depois prefeitos e governadores não venham a usar a máquina pública, julgando-se autorizados a fazer isso, porque o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva infringiu a legislação, por ter entendido ser direito seu usar caminho de som de sindicato em suas pregações políticas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PT.

O SR. PAULO DELGADO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Estou inscrito para falar.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Nobre Congressista Paulo Delgado, V. Ex^a está inscrito, mas conhece o Regimento tanto quanto eu. O nobre Congressista Chico Vigilante está pedindo a palavra como Líder, o que não lhe posso negar. V. Ex^a deve ter paciência, a não ser que ambos entrem em acordo.

O SR. PAULO DELGADO – Sr. Presidente, S. Ex^a poderia deixar para falar depois. Sei que irá responder ao Congressista do PPR que acabou de se pronunciar. Mas não é possível! Aqui, a todo o momento há um líder querendo falar, e há 120 Líderes. Quem não é líder de nada não consegue falar!

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Infelizmente, V.

Ex^a compreende que eu, aqui...

O SR. PAULO DELGADO – Não compreendo, mas aceito.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Mas deveria aceitar e compreender, porque o Regimento...

O SR. PAULO DELGADO – Aceito e não compreendo!

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – O problema é de V. Ex^a!

Concedo a palavra ao nobre Congressista Chico Vigilante, como Líder.

O SR. CHICO VIGILANTE (PT – DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, essa discussão a respeito desse famoso carro de som, dá bem a dimensão do que é se fazer política neste País.

O companheiro Lula, que está indo às portas das fábricas, em São Bernardo do Campo, está fazendo o que faz há vinte anos, que é comparecer em portas de fábricas daquela cidade, subir nos caminhões de som dos sindicatos, usar megafones para conversar com os trabalhadores. O Lula não está indo lá para fazer campanha, mas para conversar com os seus companheiros metalúrgicos, o que sempre fez e vai continuar fazendo.

O lamentável é que a mídia e certos candidatos, que não têm mensagem para levar à sociedade brasileira, de repente digam que o grande crime eleitoral do Lula é subir num carro de som para conversar com os trabalhadores. E aparece alguém dizendo que a candidatura do Lula tem que ser cassada, porque ele está indo em porta de fábrica conversar com os trabalhadores.

Ontem, conversei com o companheiro Vicentinho, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e agora Presidente da maior central sindical da América Latina, a Central Única dos Trabalhadores, o qual me dizia que para não mais se falar a respeito disso os trabalhadores irão comprar um carro de som para doar à campanha de Lula, independente de sindicato. Cada um dará a sua cota, como um tiquete alimentação, um vale transporte, um dinheiro qualquer, a fim de que se resolva essa questão.

Até parece que o Brasil está às mil maravilhas, como se não houvesse inflação, desemprego, prostituição infantil, mortalidade infantil, problema de saúde pública, problema no campo – de repente se resolveu tudo! O grande problema neste instante é o carro de som em que o Lula subiu em São Bernardo do Campo.

Em nenhum momento, nós, do Partido dos Trabalhadores, questionamos aqui o fato da empreiteira Delta Engenharia ter doado o aluguel de um prédio, durante a campanha eleitoral, para o Sr. Fernando Henrique Cardoso. A empreiteira alegou que doou o prédio e que quando saíssem os bônus eles fariam um abatimento nos mesmos. Parece-me que se trata da quantia de 30 milhões de dólares. Em nenhum momento questionamos o fato de que uma outra empreiteira teria mobiliado o comitê do Sr. Fernando Henrique Cardoso. Em nenhum momento o Partido dos Trabalhadores questionou o fato de o Sr. Fernando Henrique Cardoso estar viajando em um jatinho de um banqueiro.

Agora, a grande notícia é o Lula estar nas portas das fábricas, coisa que faz há vinte anos.

O Sr. Esperidião Amin está muito preocupado com o carro de som usado por Lula e sempre batalhou, nesta Casa, pela instalação de uma CPI sobre a CUT. Nós lutamos também para que essa CPI acontecesse, bem como a CPI sofre os financiamentos de campanhas.

Todavia, o Sr. Esperidião Amin, candidato do PPR, segundo informações que temos do Estado de Santa Catarina, tem outras coisas com que se preocupar. S. Ex^a, por exemplo, tem que dar uma boa explicação para o seu relacionamento com a empreiteira

C.R. Almeida. S. Ex^a tem que explicar por que pagou a obra de construção do porto de São Francisco, em Santa Catarina, antes de a empreiteira executá-la. Não estamos fazendo uma acusação leviana, pois existe um processo tramitado em julgado e incriminando o Sr. Esperidião Amin. Portanto, S. Ex^a terá que explicar isso à opinião pública brasileira.

A verdade, Sr. Presidente, é que Lula está disparado na frente de todas as pesquisas – e continua crescendo cada vez mais – e não encontraram nenhum desvio de conduta em sua vida; não há nenhum Deputado, Prefeito ou Vereador do PT envolvido com empreiteira; não tem ninguém do Partido dos Trabalhadores envolvido com a máfia do Orçamento, com desvio de recursos públicos e com o tráfico de drogas.

Como não existe nada para se falar a respeito do Partido dos Trabalhadores, pegam o grande criminoso Luiz Inácio Lula da Silva por algo que ele faz há 20 anos: comparecer a porta das fábricas em São Bernardo, subir no carro de som, conversar com operários, descer do carro e comparecer no boteco para tomar café pingado com um pedaço de pão junto aos trabalhadores. Esse é o crime do Lula.

Esse crime, que é atribuído ao Lula, fará com que ele ultrapasse a barreira dos 50%, porque o que os trabalhadores querem mesmo é o Lula junto com eles. Pude constatar isso ao longo da 6ª Caravana da Cidadania, no Estado do Maranhão, onde quebradeiras de coco, lavadeiras, pedreiros, donas de casa e lavradores aplaudiam a liderança maior da classe trabalhadora brasileira, que é o companheiro Luiz Inácio Lula da Silva.

Parece-me que o empresariado, essa elite incompetente que está afundando o País, que não dá conta de apresentar alternativas para a sociedade brasileira, que não tem um candidato para enfrentar Lula, essa é a verdade, pois os seus candidatos cada vez mais se afundam, fica tentando criar fatos ridículos, fatos que só na cabeça dessa mídia brasileira pode dar primeira página nos jomais, o fato de o Lula subir no caminhão de som do sindicato.

Quero saber de quem era o som das palestras feitas por Fernando Henrique Cardoso e por outros, na FIESP. Era da FIESP ou não? Quem pagou a água mineral que ele tomou lá? Quem paga o caviar que eles comem nos almoços e jantares com os empresários? Quem paga os jantares com os banqueiros? A FIESP é ou não uma entidade sindical? Ninguém questiona nada.

Na verdade, o que querem é tentar intimidar o companheiro Lula. Então, aparece um juiz qualquer, também para aparecer na mídia, dizendo que é capaz de pedir a prisão preventiva de Lula. Isso é piada, é uma bobagem ridícula de um juiz que nem sequer investigou se Lula estaria ou não descumprindo qualquer legislação e já fala em sua prisão.

Isso não seria novidade. Em outros momentos já prenderam o companheiro Lula, por exemplo, quando ele iniciou a sua vida sindical, quando ele partiu para a criação do Partido dos Trabalhadores. Ele foi julgado pela Justiça Militar e esteve encarcerado. Portanto, isso não é novidade.

No entanto, os outros candidatos – Esperidião Amin, seu escudeiro-mor, Paulo Maluf, Luiz Antônio Medeiros, da Força Sindical e candidato do PPR, com apoio do PP – terão muita coisa a explicar à sociedade e à Justiça brasileira.

Lula não tem absolutamente nada a explicar, porque quem passou pelo crivo, pela investigação rigorosa do SNI – e não encontraram nada nas nossas vidas –, quem passou pelas investigações de toda a comunidade de informação neste País – e nunca encontraram nada que denegrisse a imagem dos integrantes do Partido dos Trabalhadores –, ele não será tirado de sua caminhada já vitoriosa, numo à Presidência da República, por essas acusações levianas que estão fazendo neste instante.

Fica aqui o nosso repúdio, o nosso protesto contra essa tentativa de desviar as atenções dessa campanha de Lula, que estava com 48% e certamente, hoje, já terá mais de 55% das preferências. Se não fosse assim, a elite não estaria desesperada.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Maurílio Ferreira Lima, que permuta com o Congressista Adroaldo Streck.

Em seguida, a palavra será concedida aos Congressistas Munhoz da Rocha e Socorro Gomes.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA – Não preciso nem dos cinco minutos, Sr. Presidente.

O SR. LOURIVAL FREITAS – Mas o Congressista Adroaldo Streck está ausente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Foi permuta, de acordo com o Regimento. Não vamos discutir.

O SR. LOURIVAL FREITAS – O Regimento permite quando os dois estão presentes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Está concedida a palavra, pela ordem, ao Congressista Maurílio Ferreira Lima e pediria a colaboração de todos.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PSDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, eu fui à Mesa com o Congressista Adroaldo Streck e fizemos a permuta.

Eu gostaria de me referir ao discurso do Congressista Chico Vigilante e o faço muito à vontade, porque nesta Casa já defendi, e continuo fazendo, a extinção da Justiça Eleitoral.

Vivemos em um país tão distorcido que, em uma eleição, o juiz eleitoral é mais importante do que o candidato; quando há uma coletiva de imprensa com o juiz eleitoral, há mais mídia e presença que a coletiva de um candidato; tenho, inclusive, grandes ressalvas à lei eleitoral.

Esta será uma eleição muito difícil, pois criamos uma lei eleitoral que irá embaraçar os candidatos. Entendo que, realmente, é uma besteira reclamar-se de um candidato à Presidência da República por subir em um carro de som de sindicato, em frente a sua sede, para falar a trabalhadores. Mas, no meu ponto de vista, o problema não é esse, e sim que há uma lei que faz essa proibição. Se discordo de uma lei, qual é o caminho que devo seguir? No lugar de Lula, pediria ao Congressista Chico Vigilante, membro do mesmo partido, que apresentasse uma emenda modificando a lei.

O que estarrece a Nação brasileira é o fato de alguém, candidato à Presidência da República, encontrando-se em primeiro lugar nas pesquisas e, portando, podendo eleger-se para ocupar este cargo, antes de ganhar afirmar que não respeita a lei; o fato grave não é subir no carro de som, mas sim que há uma proibição legal da utilização dos meios do sindicato para a utilização em política, em campanha eleitoral. Então, se Lula se sente violentado porque sempre fez isso, que apresente uma emenda, através da sua bancada, no sentido de modificar a lei.

Entretanto, quando Lula diz que não respeita a lei e reafirma, no Rio de Janeiro, o conflito entre legitimidade e legalidade, isso nos preocupa! Sabemos que a lei reflete o privilégio da classe dominante. Existe muita lei injusta, com a qual não concordo, a qual nego legitimidade, mas o País tem uma ordem jurídica. E, se existe uma ordem jurídica, nós, parlamentares, não podemos dizer que, por não concordarmos com ela, pelo fato dela não ser legítima, não a respeitaremos.

Tenha paciência, Congressista Chico Vigilante, o País viraria uma anarquia se fosse atribuído a cada cidadão o direito de res-

peitar a lei que bem entendesse. Não quero entrar no mérito de subir ou não no carro de som. O que é grave, Sr. Presidente, é o fato de um candidato à Presidência da República, e que tem a preferência que, hoje, tem Lula no Brasil, dizer, antes de ser eleito, que não respeita a lei. Aí é que está um fato de suma gravidade.

Eu desejaria ouvir do candidato Luiz Inácio Lula Silva uma outra declaração: A lei é absurda e vamos – através das bancadas que o apóiam – modificar a lei. Aí, sim, o candidato demonstrará um respeito à ordem jurídica e maturidade para assumir a Suprema Magistratura do País.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao Congressista Munhoz da Rocha.

O SR. MUNHOZ DA ROCHA (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, a imprensa noticiou ontem, em nota que teve uma resposta imediata do Governo, ainda que a matéria mereça ser verificada quanto a sua exatidão, mas mereceu uma resposta – a meu ver precipitada – no que se refere ao aumento recentemente concedido aos ferroviários, que estão sobressaltados, ao longo da linha, com a notícia de que o eventual equívoco seria descontado de seus salários.

Os ferroviários, preocupados com razão, já que seus vencimentos estão reconhecidamente baixos, a exemplo da maioria dos cidadãos brasileiros, procuraram-me, através do telefone, à noite, para saber o que realmente estava acontecendo.

Sou testemunha de que a administração da Rede Ferroviária foi muito cuidadosa nesse assunto e é bem possível que essa nota, a ser analisada com mais profundidade, leve à conclusão de que houve correção na feitura dos cálculos do último aumento, mas, na eventualidade de algum equívoco por parte da administração, parece-me muito mais justo que se deixe para proceder qualquer correção na próxima data-base, já em vias de ocorrer.

Com isso, o ferroviário, com suas dificuldades de sobrevivência, diante dessas expectativas de anúncio de realinhamento de preços, ficaria mais tranqüilo, mesmo porque o Governo ainda não se debruçou sobre esse assunto nem verificou se procedem ou não aquelas informações.

Daf o meu pedido, para que o Governo tranqüilize os ferroviários, no sentido de que é um assunto que ainda está para ser verificado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra à Congressista Socorro Gomes.

A SRA. SOCORRO GOMES (PCdoB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, entendo ser uma questão de pequena importância se discutir aqui se o candidato Lula subiu a um carro cedido pelo sindicato e usou o microfone. Nisso há muita hipocrisia.

Quando vou à porta de fábricas em Belém, se há um carro e um microfone dos trabalhadores e estes o cedem a mim para ali falar e apoiar sua luta, eu os utilizo sem nenhum constrangimento.

Agora, o que me causa espanto é discutir-se que isso é crime, quando vários Deputados, nesta Casa, atentaram contra a ordem jurídica estabelecida pela Constituição brasileira, no caso da chamada Constituinte exclusiva. Esse, Sr. Presidente, não é um crime menor. Foi dito pelos próprios defensores que fazer uma constituinte exclusiva seria o rompimento da ordem jurídica, assumido de forma explícita e clara.

Ora, romper a ordem jurídica, Sr. Presidente, é um golpe ou uma revolução. Como não houve revolução no País, o que estes Congressistas propõem, quando cometem esse crime, um golpe fascista e elitista? Não há, no seio da população brasileira, nenhum

segmento da sociedade que quer uma constituinte exclusiva, que quer um golpe nas Leis brasileiras; a não ser a Febraban, a Câmara Americana de Comércio, os banqueiros americanos, aqueles que sempre se beneficiaram com a miséria e a fome do nosso povo.

Esses mesmos Parlamentares, que tentam transformar em crime a utilização do microfone, algo legal e legítimo, cedido em qualquer assembleia, a qualquer parlamentar, em nenhum momento se preocuparam em regulamentar a Constituição. Aí, sim, estariam cumprindo a lei. Mas não, quando foram derrotados pelo clamor, pela organização, pela resistência patriótica brasileira em defesa do nosso patrimônio público, das nossas estatais ameaçadas pela fúria do capital estrangeiro e pelos seus representantes dentro desta Casa, aqueles mesmos, Sr. Presidente, que atentaram contra a nossa soberania, seja na questão do minérios, do subsolo, seja na tentativa de privilegiar ou igualar a empresa de capital estrangeiro à empresa nacional. Esses foram derrotados, fragorosamente derrotados. Não por nós, os contra tão-somente, mas pela maioria do povo brasileiro.

Agora tentam, na calada da noite, em almoços e jantares escondidos, dizer claramente que vão armar um golpe para garantir uma Constituinte exclusiva, digamos, *ad aeternum*.

Portanto, Sr. Presidente, é um absurdo, um despropósito, tentarem criticar o candidato das forças populares, nacionalistas, progressistas do Brasil, porque foi convidado para falar num carro de som de um sindicato de trabalhadores, categoria a que ele pertence; na qual sempre ganhou o seu pão trabalhando como metalúrgico. Agora que é reconhecido como candidato à frente nas pesquisas, é convidado, ali comparece, para apoiar a luta dos trabalhadores contra a recessão, contra a inflação, contra os baixos salários. Então, me soa até como ridículo dizer que isso é crime, enquanto esses Deputados não percebem o crime, a infâmia, a hediondez que é atentar contra a soberania nacional e tentar dar um golpe na Constituição brasileira.

Estes sim, Sr. Presidente, deveriam ir para as barras dos tribunais, porque isso é golpe, é rompimento com a nossa estrutura jurídica. Não há nenhum processo revolucionário, até porque eles jamais fariam revolução, mas o costume é o golpe, porque contam com o apoio de banqueiros e não com o apoio da população brasileira.

Espero, sinceramente, que o PCdoB lute contra este golpe. E se S. Ex^s mantiverem suas intenções golpistas, serão denunciados e derrotados pelo povo brasileiro, porque nesta Casa, com certeza, contaremos com os patriotas, com os democratas, com aqueles que não querem rasgar a Constituição brasileira e cometer um atentado que a Nação repudiará.

Sr. Presidente, depois de este Congresso ter passado pela onda de corrupção, por toda lama de corrupção, de ter ficado sob suspeita, inclusive, quanto à CPI do Orçamento, que é a mais famosa, agora cairá em desgraça pública porque está-se armando um golpe contra o Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ARMANDO PINHEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Armando Pinheiro, como Líder.

O SR. ARMANDO PINHEIRO (PPR – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, o Deputado Chico Vigilante – digo eu – cometeu aqui, talvez pelo seu próprio espírito um pouco ousado, um ato muito infeliz, que foi o de assacar inverdades contra o Senador Esperidião Amin que só não responde aqui porque está viajando em função de sua candidatura à Presidência da República, já devidamente licenciada, pelo nosso Partido.

Falar contra Esperidião Amin, Sr. Presidente, da forma como o Deputado Chico Vigilante o fez só se pode debitar ao estado emocional desestabilizado, neste instante, pelos graves ataques que vêm sendo feitos, principalmente, por editorialistas de jornais do País inteiro contra o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, pelas ilegalidades eleitorais que S. S^a vem praticando.

O Senador Esperidião Amin, que foi Prefeito de Florianópolis, Governador de Santa Catarina, um homem que deu exemplos de dignidade, de operância, por ser bom governante em suas missões administrativas, e como administrador teve as suas contas aprovadas integralmente pelos tribunais de contas dos municípios, do Estado, pela Câmara Municipal de Florianópolis, pela Assembleia Legislativa e, acima de tudo, pelo povo catarinense que o consagra nas últimas pesquisas com cerca de 70% de preferência e de aprovação contra todos os demais candidatos, inclusive os do PT que não têm nenhuma aceitação no Estado de Santa Catarina.

Por outro lado, Sr. Presidente, justificar o injustificável demonstra má-fé – que não acredito que mova o ilustre Deputado Chico Vigilante – ou o mesmo desconhecimento que o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva tem da Constituição, da legislação sindical e da legislação eleitoral.

A Constituição não permite que entidades privadas e, expressamente, entidades sindicais, que recolhem compulsoriamente recursos dos trabalhadores para serem aplicados obrigatoriamente em favor da classe, em favor dos trabalhadores, da sua capacitação profissional, da sua saúde, do seu progresso, do bem – estar da sua família, desviejam esses recursos para outras finalidades. A CUT, infelizmente, Sr. Presidente, desde a sua fundação, talvez por desconhecimento dos seus dirigentes, vem descumprindo essa legislação, como o PT e, particularmente, o Sr. Luís Inácio Lula da Silva, que a vem descumprindo também, ao fazer com que a CUT funcione como uma despesa, como uma intendência do PT, como um suporte político do PT.

Há, aprovada por mais de 300 parlamentares, uma Comissão Parlamentar de Inquérito nesta Casa, que o PT, aliado com o Governo, não permitiu, até hoje, que se instalasse, embora legalmente constituída, porque a hora que se instalar essa CPI, e tenho certeza que a lei, o Regimento e a vontade do Plenário serão cumpridos, nós vamos pôr tudo a limpo; nós vamos ver se a CUT é ou não essa despesa. A CUT sempre serviu de suporte para os comícios, para as manifestações públicas, até para as invasões de propriedades privadas, para os atos que a CUT procura praticar juntamente com o PT e em favor do PT, nos comícios, nas campanhas políticas. Essa prática totalmente ilegal continua, só que agora houve uma representação para que a Justiça apure. Nós vamos aguardar a definição da Justiça.

Mas o Sr. Lula declara, e os jornais publicam, que ele vai permanecer na ilegalidade. O Sr. Vicentinho, novo Presidente da CUT, que certamente também não leu a lei ou não quer aplicá-la, colocou os mesmos caminhos, que são propriedade da CUT e que não podem servir de instrumento político para nenhum candidato, à disposição de todos, num cinismo que choca a inteligência da Nação, numa atitude que deforma o sistema político, que a Nação brasileira clama para que seja aperfeiçoado.

Nós precisamos acabar com esse cinismo, Sr. Presidente. Não podemos permanecer num estado em que a ilegalidade, a afronta aos bons costumes políticos, sejam aplaudidos e incentivados, porque senão a democracia vai sofrer grandes percalços e pode colocar em risco o êxito de um processo eleitoral em que o País busca estabelecer as suas diretrizes e compor suas instituições.

Deixo aqui, Sr. Presidente, para encerrar, a minha profunda lamentação como o Sr. Lula e o ilustre Deputado Chico Vigilante

exaltam a ilegalidade, defendem a prática de que a CUT deva colocar dinheiro do trabalhador à disposição de um partido político, afrontando tudo: a Constituição, a lei eleitoral, a lei sindical e, acima de tudo, a consciência democrática do povo brasileiro. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Moroni Torgan. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Congressista Luciano Castro.

O SR. LUCIANO CASTRO (PPR – RR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, a Universidade Federal de Roraima é um motivo de justo orgulho para meu jovem Estado, por seu pioneirismo, pelo dinamismo de professores e alunos, e sobretudo pela preocupação com os problemas da comunidade.

Agora mesmo está em curso uma fantástica ação de alfabetização, desenvolvida pela Universidade de Roraima, e que é um exemplo para todo o País.

Em lugar de se encastelar em atividades puramente acadêmicas, a Universidade resolveu encarar de frente a necessidade de erradicar o analfabetismo, "expressão cultural da miséria", nas palavras de apresentação da cartilha "ABC DO CIDADÃO", que é a base do programa.

A liderança do Reitor Hamilton Gondim, o trabalho apaixonado de uma equipe de alfabetizadores coordenada pelo Professor Paulo Aukar, Vice-Reitor, com apoio de especialistas, resultaram em um sublime ato de cidadania, gerando instrumentos para resgatar essa dívida social vergonhosa.

O Programa de Educação de Jovens e Adultos "Roraima: Alfabetização para Cidadania" busca incentivar a participação coletiva na cura dessa chaga. Homens e mulheres, jovens e adultos, estudantes e professores, empresários e trabalhadores, garimpeiros e índios, qualquer um que domine a escrita e a leitura pode e deve se tornar um alfabetizador.

Repetindo, mais uma vez, o Reitor Hamilton Gondim, "o caminho para a renovação da sociedade e do Estado é o exercício consciente e ético da cidadania", que tem a educação básica como pressuposto essencial.

São iniciativas dessa ordem que nos fazem orgulhosos de nossa Universidade e nos renovam a confiança em nossa capacidade de construir um grandioso futuro para Roraima.

Tal confiança é reavivada a cada momento por outras medidas que nascem naquele campus, sempre voltadas para as aspirações imediatas da sociedade.

Assim é, por exemplo, com o curso de Medicina, antiga aspiração, prioridade mesmo, que vem de ser implantado. É tão mais notável e arrojada a decisão quando se sabe que, em todo o Norte do Brasil, apenas o Pará e o Amazonas dispõem de Faculdades de Medicina. Roraima é o primeiro dos novos Estados a atingir esse patamar de progresso.

Era esse o registro que eu tinha a fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Delgado.

O SR. PAULO DELGADO (PT – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, pelo que se vê, começou a campanha eleitoral, que é um momento da história das chamadas sociedades democráticas quando, teoricamente, projetos políticos estão em disputa, e o povo tem que escolher entre projetos políticos.

Na sociedade brasileira não é assim. Quando começa a campanha eleitoral, passamos a discutir muito mais sobre aqueles que defendem projetos políticos do que os próprios que eles defendem. O ataque ao candidato supera a discussão do seu programa.

A partir daí, procura-se introduzir na campanha uma vulgaridade das ciências políticas mundiais, que se tornou uma regra de comportamento, que é imaginar que a política é a guerra no tempo de paz. Eu acho até que a guerra é a política por outros meios violentos. Mas a política não pode ser a guerra no tempo de paz, porque a principal vítima não é nunca o candidato, nunca os partidos políticos dos candidatos. A principal vítima é o eleitor, manipulado na guerra eleitoral, que vota com uma finalidade e acaba sendo brindado com outro tipo de propósito. O meu partido tem um candidato que conta com a preferência do eleitorado brasileiro e foi o primeiro a apresentar um projeto político, uma proposta de governo para o nosso País. Se nós quisermos mudar a política brasileira e apresentar uma nova concepção de sociedade, que isso produza realmente uma nova hegemonia, uma nova sociedade de fato, nós temos que sair da vulgaridade dessa guerra que se tenta impor na política. Política eleitoral é mais paixão do que política, em períodos onde não existe eleição. Mas a paixão irracional da política eleitoral tem servido ao Brasil à manipulação, e aceitar esse jogo é ajudar a confundir o eleitorado.

Sr. Presidente, é lamentável, há poucos meses da eleição que pode mudar a forma organizacional da sociedade do nosso País a partir da vontade majoritária do nosso povo, desde que se opte por programas de mudança na nossa sociedade, tenhamos já introduzido no debate político questões que não têm relação com o que está em disputa.

As questões essenciais do nosso País, hoje, são programas de governo; e são basicamente três os projetos políticos que estão em disputa. Por mais que as palavras e as expressões estejam maculadas por uso devido ou indevido, os projetos são os de centro, de esquerda e de direita. Se os projetos de centro e de esquerda se unirem, teremos a possibilidade de romper uma tradição da sociedade brasileira que é a de ser governada pela direita desde 1822, quando o País se tornou independente.

Uma outra questão que é fundamental nesta sucessão presidencial, segundo penso, é que não é possível dizer ao povo que está em discussão a existência do Estado brasileiro, ou que se disputa o governo desse Estado. O que se objetiva é chegar ao poder para administrá-lo. O Estado é de 1888, quando transitamos do trabalho escravo para o trabalho assalariado, por uma decisão da sociedade brasileira; é de 1889, quando instalamos a República brasileira e quando fixamos os termos da Constituição Brasileira relativamente ao contrato social possível e real que temos no Brasil no momento. O que se disputa em novembro é uma tradução aritmética muito simples: é o voto para o Palácio do Planalto, para os governos dos Estados, cadeiras para o Parlamento e para as assembleias legislativas.

Essa tradução por si só não produz hegemonia. O que produz hegemonia é a capacidade dos vitoriosos de reunir todos os setores da sociedade num grande governo que possa realmente levar o País em direção ao futuro; e é essa a esperança que tenho, que a maioria dos mineiros têm, e que a maioria dos brasileiros têm com a campanha de Luiz Inácio Lula da Silva.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES CONGRESSISTAS:

Roraima

Alceste Almeida – PTB; Marcelo Luz – PP.

Amapá

Lourival Freitas – PT.

Pará

Giovanni Queiroz – PDT; Mário Martins – PMDB; Socorro Gomes – PCdoB.

Amazonas

Ézio Ferreira – Bloco (PFL).

Acre

Adelaide Neri – PMDB; Célia Mendes – PPR.

Tocantins

Carlos Patrocínio – PFL; João Rocha – PFL; Moisés Abrão – PPR; Paulo Mourão – PPR.

Maranhão

Alexandre Costa – PFL; Haroldo Sabóia – PT; José Carlos Sabóia – PSB; Magno Bacelar – PDT.

Ceará

Maria Luíza Fontenele – PSTU; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Moroni Torgan – PSDB; Pinheiro Landim – PMDB; Vicente Fialho – Bloco (PFL).

Piauí

Ciró Nogueira – Bloco (PFL); Jesus Tajra – Bloco (PFL); João Henrique – PMDB; Lucídio Portella – PPR; Murilo Rezende – PMDB.

Rio Grande do Norte

Dario Pereira – PFL; Garibaldi Alves Filho – PMDB; João Faustino – PSDB; Lavoisier Maia – PDT; Marcos Formiga – PP.

Paraíba

Adauto Pereira – Bloco (PFL); Efraim Morais – Bloco (PFL); Ivan Burity – Bloco (PFL); José Luiz Clerot – PMDB; Lúcia Braga – PDT.

Pernambuco

Álvaro Ribeiro – PSB; Gilson Machado – Bloco (PFL); Marco Maciel – PFL; Maurílio Ferreira Lima – PSDB; Ney Maranhão – PRN; Roberto Franca – PSB.

Alagoas

Roberto Torres – PTB.

Sergipe

Djenal Gonçalves – PMDB; Lourival Baptista – PFL.

Bahia

Aroldo Cedraz – Bloco (PFL); Beraldo Boaventura – PSDB; Clóvis Assis – PSDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Félix Mendonça – PTB; Jabes Ribeiro – PSDB; Jairo Azi – Bloco (PFL); João Almeida – PMDB; Jorge Khoury – Bloco (PFL); Josaphat Marinho – PFL; José Carlos Aleluia – Bloco (PFL); José Falcão – Bloco (PFL); José Lourenço – PPR; Jutahy Magalhães – PSDB; Luís Eduardo – Bloco (PFL); Marcos Medrado – PP; Ruy Bacelar – PMDB; Tourinho Dantas – Bloco (PFL); Uldurico Pinto – PSB.

Minas Gerais

Bonifácio de Andrada – PSDB; Camilo Machado – PTB; Genésio Bernardino – PMDB; Humberto Souto – Bloco (PFL); João Paulo – PT; Paulo Delgado – PT; Raul Belém – PP; Roberto Brant – PTB; Ronaldo Perim – PMDB; Sérgio Miranda – PCdoB; Tarcísio Delgado – PMDB; Wagner do Nascimento – PP.

Espírito Santo

Etevalda Grassi de Menezes – PTB; Gerson Camata – PMDB.

Rio de Janeiro

Artur da Távola – PSDB; Carlos Lupi – PDT; Francisco Dornelles – PPR; João Mendes – PTB; Laerte Bastos – PSDB; Luiz Salomão – PDT; Messias Soares – PFL; Miro Teixeira – PDT; Nelson Carneiro – PP; Paulo de Almeida – PSD; Roberto

Campos – PPR; Rubem Medina Bloco (PFL); Sandra Cavalcanti – PPR; Sidney de Miguel – PV; Simão Sessim – PPR.

São Paulo

Alberto Haddad – PP; Arnaldo Faria de Sá – PPR; Cardoso Alves – PTB; Cunha Bueno – PPR; Diogo Nomura – PL; Eduardo Jorge – PT; Euclides Mello – PRN; Fábio Feldmann – PSDB; Fábio Meirêles – PPR; Fernando Henrique Cardoso – PSDB; Florestan Fernandes – PT; Gastone Righi – PTB; Hélio Rosas – PMDB; José Aníbal – PSDB; José Genoíno – PT; José Serra – PSDB; Koyu Iha – PSDB; Liberato Caboclo – PDT; Luiz Carlos Santos – PMDB; Marcelino Romano Machado – PPR; Mário Covas – PSDB; Michel Temer – PMDB; Robson Tuma – PL.

Mato Grosso

João Teixeira – PL; Júlio Campos – PFL; Oscar Travasso – PL; Rodrigues Palma – PTB.

Distrito Federal

Augusto Carvalho – PPS; Chico Vigilante – PT; Maria Laura – PT; Maurício Corrêa – PSDB; Meira Filho – PP; Osório Adriano – Bloco (PFL).

Goiás

Délio Braz – Bloco (PFL); Haley Margon – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PP; Onofre Quinan – PMDB; Paulo Mandarino – PPR; Pedro Abrão – PTB; Vilmar Rocha – Bloco (PFL); Virmondes Cruvinel – PMDB.

Mato Grosso do Sul

Elísio Curvo – PTB; Flávio Derzi – PP; Valter Pereira – PMDB.

Paraná

Edi Siliprandi – PSD; Homero Oguidó – PMDB; José Richa – PSDB; Munhoz da Rocha – PSDB;

Santa Catarina

Ângela Amin – PPR; César Souza – Bloco (PFL); Dércio Knop – PDT; Dirceu Carneiro – PSDB; Luci Choinacki – PT; Luiz Henrique – PMDB; Nelson Morro – Bloco (PFL); Paulo Duarte – PPR.

Rio Grande do Sul

Adroaldo Streck – PSDB; Amaury Müller – PDT; Carlos Cardinal – PDT; Carrion Júnior – PDT; Fernando Carrion – PPR; Germano Rigotto – PMDB; João de Deus Antunes – PPR; José Paulo Bisol – PSB; Luís Roberto Ponte – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Odacir Klein – PMDB; Telmo Kirst – PPR; Wilson Müller – PDT.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Faço um apelo aos companheiros que se encontram inscritos que utilizem apenas 50% do tempo a que têm direito, para que não haja reclamações posteriores à Mesa, pois esta Presidência vai encerrar a sessão, impreterivelmente, às 13h.

Concedo a palavra ao Deputado Elísio Curvo.

O SR. ELÍSIO CURVO (PTB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Congressistas, há algum tempo, o Deputado Hélio Bicudo fez aqui uma denúncia sobre crimes ocorridos na cidade de Iguatemi, no Mato Grosso do Sul. Eu também condeno de igual forma esse crime, como faria qualquer homem equilibrado, qualquer homem de bem. Realmente, em Iguatemi, houve um crime bárbaro, do qual participaram policiais do Estado do Mato Grosso do Sul. Os corpos das vítimas foram enterrados dentro da própria delegacia.

Por outro lado, temos também, em nosso Estado, homens de bem. Por isso, peço a V. Ex.^a que faça constar a leitura neste meu pronunciamento de carta escrita por um grande médico de minha

cidade, que é de interior que, faça sol ou faça chuva, está sempre presente. Nesta carta, esse médico reconhece as qualidades de um delegado de Mato Grosso do Sul, o Dr. Danilo Montenegro.

Sr. Presidente, não desejo usar o tempo dos demais colegas. Todavia, os parlamentares da esquerda falam durante mais de 20 minutos, comandam o Plenário, não em virtude de benesses concedidas por V. Ex.^a, mas porque eles sabem como exigir mais tempo. Dessa forma, acatando a decisão de V. Ex.^a, peço mais uma vez que faça registrar nos Anais deste Congresso a carta assinada pelo Dr. Fernando Murtinho e endereçada ao Dr. Danilo Montenegro e também os demais elogios dirigidos a esse delegado que tanto tem feito pelo Mato Grosso do Sul. S. S.^a está dando provas de que com honestidade também se pode sobreviver e administrar a polícia; está dando exemplos a outras polícias, principalmente à polícia do Rio de Janeiro.

Para encerrar, ouvi o Deputado Chico Vigilante dizer que o Sr. Fernando Henrique Cardoso recebeu o aluguel de um prédio no valor de 30 milhões de dólares. Peço que chequem essa informação, pois é muito dinheiro. Penso que o Chico está sendo bom demais ao dizer que alguém que ganhou 30 milhões de dólares possa patrocinar algum candidato.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ELÍSIO CURVO EM SEU PRONUNCIAMENTO:

DR. DANILO MONTENEGRO – DELEGADO DE POLÍCIA

Escreveu: Dr. Fernando Murtinho – Cidadão Corumbense

Ao tomar conhecimento de que, pela terceira vez, o meu distinto amigo Danilo Montenegro foi reconduzido, por ato do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para o cargo de Delegado de Polícia, faço uso do direito de livre expressão de pensamento, para deixar gravado o meu testemunho a respeito desse importante homem público.

"Silenciar quando se deve falar é muito pior que falar quando se deve guardar silêncio."

Dr. Danilo, quando ingressei para o serviço público estadual – Centro de Saúde de Corumbá – lá pelo longínquo ano de 1956, já o encontrei como servidor público respeitado.

Como médico que fui no Posto Central da Ladeira Cunha e Cruz tive, como Chefe do Distrito Sanitário, que atender aos trabalhos da Polícia local que, na ocasião, não contava com verba para pagamento de um médico legista, cargo que exerci gratuitamente por mais de 20 anos, tendo nesses longos anos o prazer de trabalhar ao seu lado, onde aprendi a respeitá-lo e admirá-lo pela sua dedicação de corpo e alma à causa pública, como um policial de escol, que procurava resolver todos os problemas por mais graves e urgentes que fossem com serena moderação, agradando a todos, pela firmeza, competência e equilíbrio.

No decorrer desses anos, nessa dura labuta, não tivesse você se portado à altura do cargo que exercia com brilhantismo, como um funcionário padrão, não teria tido um curriculum de causar inveja.

Darei aqui uma pequena amostra para ser lida e lembrada por seus amigos, admiradores e superiores hierárquicos por contar com um profissional à altura do cargo.

Já em 1956 foi escolhido pelo Governador para fundar a delegacia de polícia de Ladário.

Foi depois nomeado para o cargo de diretor do estabelecimento penal de Corumbá, cargo que exerceu por mais de 5 anos com dedicação total.

Acumulou referências elogiosas de seus superiores, do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Comando

do 6º Distrito Naval, de entidades de classe, da Prefeitura e da Câmara Municipal de Corumbá.

Vi-o por várias vezes exercendo o cargo de Delegado Regional de Polícia de Corumbá ao qual emprestou sempre e melhor de si.

Como verdadeiro diplomata de carreira, foi muitas vezes elogiado pelas altas autoridades bolivianas e paraguaias.

Como convidado, participou várias vezes de palestras sobre Segurança Pública, em simpósios de estudos jurídicos na academia estadual de segurança pública com a presença maciça dos Delegados de Polícia do Estado do Mato Grosso do Sul.

Participou dos estudos acadêmicos do novo Estatuto da Criança e do Adolescente, de âmbito nacional. Ministrou aulas no curso de reciclagem do grupo de polícia civil da Academia de Polícia do Mato Grosso do Sul, recebendo então as homenagens da polícia do Mato Grosso do Sul, da qual é membro efetivo.

Foi homenageado também com a comenda "O Homem Policial do Ano" pela Academia de Polícia do Mato Grosso do Sul - ADEPOL/MS.

Diploma de honra ao mérito Antonio Maria Coelho outorgado pela Câmara Municipal de Corumbá, honraria essa que recebeu pelos relevantes serviços prestados à comunidade.

Participou da douta Assessoria da Delegacia Regional da Polícia Civil de Corumbá, e como delegado-adjunto do Primeiro

Distrito Policial de Corumbá e representante do Grupo Policial Civil junto ao Conselho do Menor.

Por indicação do Exmº Sr. Dr. Secretário da Segurança, o nobre Juiz Dr. Aleixo Paraguassu Neto, assumiu a Delegacia de polícia de Ladário em 1991, quando recebeu o título de Cidadão Ladarense.

Dr. Danilo, sem dúvida, afirmo que pouquíssimos funcionários terão uma folha de serviço tão magnífica como a sua, e esse seu valor e reconhecido pelos grandes.

Soube que a sua última reintegração, em 25-3-93, estranhamente causou protestos, mas isso faz parte do dia-a-dia de todos aqueles que se dedicam de corpo e alma à carreira abraçada, alegando como motivo o fato de você exercer hoje o cargo que é privativo de bacharéis de Direito, deixando de atender que doutores os há também pelo notório saber, como é o seu caso.

Meus cumprimentos ao amigo de Corumbá a quem respeitamos e admiramos nestes anos todos; cumprimentos extensivos ao Desembargador José Riskallah e ao Exmº Sr. Governador Pedro Pedrossian que, como reconhecimento pelos serviços prestados à coletividade, o distinguiram com sua reintegração, merecimento ao Cargo de Delegado de Polícia. Meus parabéns!

Corumbá/MS, 21 de abril de 1993.

"Dia de Tiradentes".



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL PROMOTORIA DE JUSTIÇA

A T E S T A D O

ATESTO, para os devidos fins, que o Doutor DANILO ERAJÓWICHES MONTENEGRO, Delegado de Polícia lotado no 1º Distrito Policial do Município de Corumbá-MS; é por mim conhecido há 16 (dezesseis) meses, desde que assumi a 1ª Promotoria de Justiça desta Comarca, sendo que sempre desempenhou seu trabalho com eficiência, dedicação e respeito, desconhecendo qualquer fato que desabone sua conduta, seja privada ou profissional.

Corumbá, 06 de setembro de 1993.

Edna Justina dos Santos Guidetti

1ª. Promotora de Justiça

263/3

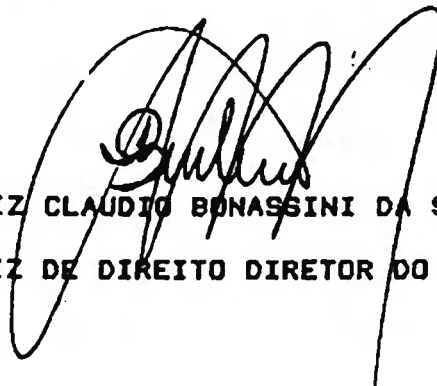
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
COMARCA DE CORUMBA
DIREÇÃO DO FORO

A T E S T A D O

ATESTO, para os devidos fins, que o Dr. **DANILO BRAJÓWICHES MONTENEGRO**, Delegado de Polícia lotado no Primeiro DP desta cidade e por mim conhecido há quatro anos, desde que sou titular da Segunda Vara Criminal desta Comarca, e sempre desempenhou seu trabalho com proficiência, dedicação e respeito, razões pelas quais por ele tenho o maior apreço.

ATESTO, ainda, que desconheço qualquer fato desabonatório à sua moral, seja privada seja profissional.

Corumbá, 25 de agosto de 1993.



LUIZ CLAUDIO BONASSINI DA SILVA
JUIZ DE DIREITO DIRETOR DO FORO



Presidência.

Câmara Municipal de Campo Grande-MS

Campo Grande-MS, 02 de setembro de 1993.

Of. nº 2841/93 - DAL

Senhor Delegado:

Aprezamos participar a V.Sa. ter sido aprovado, por unanimidade de votos, em Sessão Ordinária realizada hoje, Requerimento Verbal de autoria do Vereador William Maksoud, apresentando Voto de Congratulações "PELA IMEDIATA FORMA NA PRISAO DOS SICARIOS QUE, COVARDEMENTE, ELIVARAM A VIDA DO ADVOGADO E EMPRESARIO JEFRE MARTINS NUNES". Crimes desta natureza, têm que ser rigorosamente punidos.

Subtraíram, eliminaram um cidadão brasileiro, como se réptil fosse, sem piedade, sem motivo, pelo simples prazer da recompensa vil.

O mandante, este, impiedoso, de caráter comprometido com o mais desclassificado e desacreditado espécime humano! calafange, covarde, assassino ordinário! Ser abjeto que deve ser retirado do convívio social e punido na forma legal para darmos exemplo à sociedade de que a justiça está atenta a atos desta natureza.

Ao ensejo, apresentamos os protestos de indignação e respeito.


JOAO VEREIRA DA SILVA
Presidente



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBA


OF. Nº 1713/28.9.93.

Ilm^o. Sr^o.
Dr. Danilo Montenegro
MD. Delegado do DAP

Assunto: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES.

Prezado Senhor
Conforme prescreve o Regimento Interno desta Casa de Leis, o Vereador BENEDITO GATTASS C. ORRO apresentou MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES a Vossa Senhoria em Sessão Ordinária realizada no dia 27.9.93., pela atuação frente à Delegacia de Corumbá.

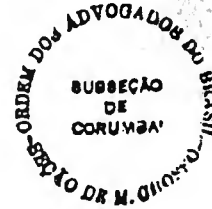
Aproveitamos a oportunidade para apresentar os nossos protestos de mais alta estima e distinta consideração.


Wilson Cavalcanti de Moraes
Presidente


Salatiel Foo.C. Nascimento
1º Secretário



Ordem dos Advogados do Brasil
SUBSEÇÃO DE CORUMBÁ-MS



Ofício 48/91

AO: EXMO. SR. JOSÉ RAILASCH RIZKALLAH
DD. SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
DO SUL
CAMPO GRANDE-MS

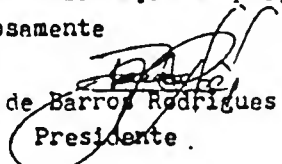
Excelentíssimo Senhor,

Pelo presente, a Presidência da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil - Corumbá-MS, manifesta a Vossa Excelência, a maneira pela qual o Delegado de Polícia Civil nesta cidade, o Sr. DAMILO BRAJOWICHS MONTENEGRO, pes soa que conheço a longos anos, vem sendo e conduzindo no desempenho do seu cargo, demonstrando com transparência a lisura de seu trabalho no campo da Ordem e Segurança Pública nesta cidade e em Ladário, sendo competente e operoso na lide policial, aliado ao seu caráter e necessário equilíbrio, atento e solícito à classe dos advogados militantes na Comarca, tendo como apanágio de sua carreira o combate sistemático à criminalidade.

Por tudo isso, entendemos referendá-lo, solicitando seja consignado em seus assentos funcionais, para que sirva de exemplo ao ideal de luta e trabalho contínuo de seus colegas e demais advogados companheiros.

Sem mais, aproveito da oportunidade para reiterar-lhes os protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente


Carlos de Barros Rodrigues Leite
Presidente.



Campo Grande, 07 de Março de 1994.

Ilmo. Sr.


Dr. Luis Roberto Rosalín

MD. Diretor Geral de Polícia/MS

NESTA

D.

Recebi hoje.
Ladário (MS), 09.03.94

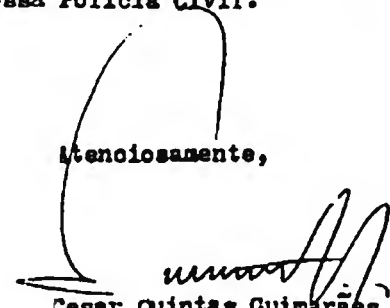

Danilo B. Montenegro
DELEGADO DE POLÍCIA

Prezado Senhor,

Pela Presente venho encaminhar a V.Sa. o nosso agradecimento pela maneira prestativa e profissional que nos foi oferecida pelo Delegado de Polícia Dr. Danilo Monte Negro, lotado em Ladário por ocasião de uma missão junto as autoridades bolivianas.

São atitudes como essa que nos dada pelo Dr. Danilo, que engrandecem a nossa Polícia Civil.

Atenciosamente,


Cesar Quintas Guimarães
Dir. Geral TV Guanandi



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

Corumbá-MS., 23 de novembro de 1.993.

OF. nº 1.826/93 - 6P

*D. Recebido
 29.11.93
 Danilo B. Montenegro
 DELEGADO DE POLÍCIA*

Senhor Delegado:

Com satisfação recebemos o Ofício nº 001/93, datado de 08 de novembro corrente, através do qual V.Sa. comunica haver assumido o cargo de Delegado de Polícia de Ladário, por ato do Exmo. Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso do Sul.

Temos certeza de que, a indicação do seu nome foi inspirada no excelente trabalho que vem, de longos anos, desempenhando junto à Delegacia de Corumbá, com demonstrações claras de competência e completo domínio dos assuntos atinentes ao cargo.

Nesta oportunidade, cumprimentamos V.Sa., fazendo voto de completo êxito no desempenho de sua nova missão, na vizinha cidade de Ladário.

Colocando-nos à sua disposição, aproveitamos da oportunidade para reiterar o nosso apreço e consideração.

Atenciosamente

RICARDO CHIMIRRI CÂNDIA
 PREFEITO MUNICIPAL

Ilmo. Sr.

DANILO B. MONTENEGRO

MD. Delegado de Polícia

LADÁRIO - MS



CÂMARA MUNICIPAL DE LADÁRIO

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Rua Corumbá - Quadra 28 - Fone 231-7584
CEP 79870-000 - LADÁRIO - MS

1994/SIN
(Cab. Pres.)

Of.n.º 340/93 - Ladário, 17 de Setembro de 1993.-

Assunto: Remoção de um Delegado de Polícia.

Em. Sr. Secretário,

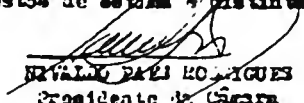
Cumpre-nos, de início, participar a V.Ex.ª a actual situação da cidade de Ladário, no que tange ao crescimento da criminalidade noturna, não só contra a sociedade quanto ao patrimônio material da municipalidade.

Esta situação não tem sido muito bem equacionada, não obstante os esforços do Delegado titular, o Dr. — ALCÍZIO BIZERRA SCULCO, por estar V.Ex.ª no desempenho destas funções de Delegado do Honor, ficando prejudicada sobremaneira o atendimento dos munícipes que procuram sua atuação.

Em razão do fato, encarecemos estudos e providências de V.Ex.ª no sentido de ser feita a remoção do Dr. — DANILLO BRAJOWYSH KONTEWICZ - Delegado de Polícia DAP-4, do 1.º Distrito Policial de Corumbá, para a Delegacia Municipal de Ladário.

Cumpre-nos, outrossim, justificar a indicação desse titular, pelo alto conceito que a população ladarense, querido e respeitado, faz de suas atuações há tempos idos, como titular da nossa Delegacia, quando demonstrou sua força moral no trato da segurança e da proteção de nossa comunidade, sendo visto por esta Câmara como titular adequado para esta uma temporária naquela administração.

Antecipando os agradecimentos desta Câmara e da população que representamos, na hipótese de atendimento, - servimo-nos do ensejo para renovar os protestos de estima e distinta consideração.-


NIVALDO PAES RODRIGUES
Presidente da Câmara

Em. Sr. Desembargador
Dr. JOSÉ RICARDO
DD Secretário de Estado de Segurança Pública
do Estado de Mato Grosso do Sul



CÂMARA MUNICIPAL DE LADÁRIO

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Rua Corumbá - Quadra 28 - Fone 231-7584
CEP 79370-000 - LADÁRIO - MS

JJM/JJM
(Gabinete)

Of.nº.0280/93

- Ladário, em 24 de Agosto de 1993.

Assunto: Título Honorífico.
Ref.: Decreto-Legislativo nº.
069, de 14/08/1991.

Prezado Senhor,

Temos a honra de participar a V.Exª. que, conforme Projeto de autoria do Vereador Wilson Vitorio de Almeida, a Câmara Municipal de Ladário, em sua Legislatura anterior, aprovou por unanimidade o Decreto-Legislativo citado na referência, que lhe outorga o Título Honorífico de Cidadania Ladarense, por suas qualidades funcionais de um bom policial desenvolvidas durante muito tempo, na proteção da sociedade ladarense, que o tornaram merecedor da referida Comenda.

A entrega do respectivo Diploma ocorrerá em Sessão Solene a realizar-se no dia 1º de Setembro, às 19:00 horas.

Congratulando-nos com o povo de Ladário pela propriedade da homenagem, servimo-nos do ensejo para renovar a V.Exª. os protestos de estima e distinta consideração.-


NIVALDO PAES RODRIGUES
Presidente da Câmara

Emª.Sr.
Dr.DANILO BRAJOWISK MONTENEGRO
DD Delegado de Polícia Civil de Corumbá
Corumbá-MS

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – A Presidência agradece a compreensão de V. Ex^a e espera que o próximo orador proceda da mesma forma.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Valdir Colatto, a quem faço o apelo já feito anteriormente.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, realmente estamos chegando ao final da Revisão Constitucional e ficamos admirados com a pauta de 12 itens importantes para a Nação brasileira, não mais importantes do que aqueles que foram apresentados pelo Relator e que não evoluíram e foram melancolicamente sepultados na revisão.

Gostaria de analisar o motivo por que a revisão não se procedeu. Entendemos que deve haver vontade; vontade que existe na população brasileira, mas que a classe política não aparenta ter. Vontade política do Governo, que não nos ouve, não tem estado presente à esta Revisão Constitucional e que, dia a dia, mais se afasta.

Percebemos também a falta de liderança que nós, que somos novos na Casa, sentimos muito. Tivemos problemas com a Mesa, que não conduziu o processo para que acontecesse a Revisão Constitucional, mas a não-presença da liderança foi notória. Quando se tem uma pauta na Revisão Constitucional, vemos que a liderança não está presente.

Realmente, não sabemos como fazer uma Revisão Constitucional quando não temos as lideranças dos partidos que acertam, que negociam a pauta e não comparecem ao plenário para defendê-la.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, se voltarmos a esta Casa como Deputado Federal, vamos lutar para que haja mudanças nas questões da liderança, porque da maneira atual não funciona. Ou temos lideranças ou podemos prescindir delas; penso que elas deveriam atuar nos partidos, em plenário; cada deputado, cada senador vai trazer o seu voto, vai discutir, vai dizer sim ou não de acordo com a sua consciência, seu entendimento. Hoje, estamos amordaçados por uma liderança que não atua, que não traz as matérias, que não chama suas bancadas para votar.

Temos a vontade da maioria dos parlamentares e dos partidos desta Casa que queriam a Revisão Constitucional; mas quando a minoria não quis, esta predominou, infelizmente, por falta do apoio, das presenças fortes das lideranças que conduziram esse processo.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, na terça-feira, quando se encerrará o prazo desta Revisão Constitucional, esperamos que estejam aqui aqueles que a queriam, para dizer que, pelo menos, estavam presentes, estavam atuantes, a fim de que não fiquemos sob o "carimbo" daqueles que não trabalharam, que não fizeram suas emendas e que, realmente, não ajudaram na Revisão Constitucional.

Sr. Presidente, espero que tenhamos mais consciência, mais coragem pública para fazer com que este processo, numa outra oportunidade, caminhe.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Moacir Micheletto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Congressista José Carlos Sabóia.

O SR. JOSÉ CARLOS SABÓIA (PSB – MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, é a terceira vez que trato do assassinato do prefeito de Imperatriz, Renato Cortez Moreira, ocorrido em outubro do ano passado. Insisto nesse caso, e voltarei a ele tantas vezes se façam necessárias, porque de lá até agora assistimos no Maranhão a um vergonhoso con-

luio destinado a acobertar culpados, proteger pistoleiros e evitar que ladrões do dinheiro público sejam alcançados pela lei.

O atual governador do Maranhão, José Fiquene, assumiu o governo há pouco mais de um mês. Foi o tempo suficiente para montar uma rede de proteção aos criminosos. Os trabalhos de investigação, que até então tinham chegado ao atual prefeito de Imperatriz, Salvador Rodrigues, principal acusado, passaram a ser restringidos por intervenção direta de autoridade do Poder Judiciário maranhense.

Além do atual prefeito, a equipe de procuradores da Justiça e o delegado da Polícia Federal encarregados das investigações também comprovaram a existência de um esquema de desvio dos recursos da Prefeitura de Imperatriz. Participavam dele, entre outros, José Ribamar Silva, acusado pela CPI do Orçamento de desviar verbas de subvenções sociais e próximo deputado federal a ser julgado pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa.

No dia 7 de fevereiro Davi Alves Silva filiou-se ao PFL e, como registrou o *Jornal do Brasil*, no dia seguinte foi a Imperatriz o corregedor de Justiça do Maranhão, Fernando Bayma Araújo. A operação de acobertamento dos culpados começou então, como total sem-cerimônia. A participação de autoridades judiciárias nessa operação é o que mais choca os cidadãos de Imperatriz.

O mesmo juiz que autorizara a quebra do sigilo bancário do secretário de Finanças, de Davi Alves Silva e de mais onze pessoas físicas e jurídicas envolvidas com fornecimento de notas frias, para a lavagem do dinheiro desviado dos cofres públicos, voltou atrás.

Mas vejam, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o que aconteceu com o promotor da Primeira promotoria Criminal da Comarca de Imperatriz, Dr. Roberto Carvalho Veloso, responsável pelo avanço nas investigações e pela prisão do principal envolvido no assassinato. Foi este que entregou outros dois criminosos como responsáveis pela trama que culminou na morte de Renato Cortez Moreira: Salvador Rodrigues e Damião Bêntico dos Santos, principal assessor do ex-Prefeito Davi Alves Silva e que, durante sua gestão, acumulou quatro secretarias do governo municipal. Os dois também foram presos.

Hoje, após a intervenção direta do desembargador José Deofino Sibaúba da Rocha, os três acusados estão soltos. Libertos, o Dr. Roberto Carvalho Veloso começou a receber ameaças. As pressões foram tais que ele teve que sair de Imperatriz.

O saldo do caso todo, até agora, é este: criminosos soltos e investigações paralisadas pela atuação deplorable de autoridades judiciárias, policiais e do governo do Estado do Maranhão. Por outro lado, um procurador de Justiça, por sua dignidade e coragem, transformou-se num acossado.

Foi esta dignidade e coragem que a ex-procuradora geral de Justiça do Maranhão, Dr^a Elmar Figueiredo Almeida e Silva, imprimiu à sua atuação à frente do Ministério Público maranhense, tornando-o tão respeitado quanto a Procuradoria-Geral da República. É a partir do exemplo de sua atuação que o povo de Imperatriz e de todo o Maranhão hoje exige uma Justiça que não permita a suspeição de que suas autoridades estão a serviço de interesses eleitoreiros.

Eu gostaria de deixar bem claro, Sr. Presidente, que esse crime está diretamente relacionado, em termos da possibilidade de levarmos às últimas consequências a luta contra a impunidade, aos dados levantados na CPI da Pistolagem.

Requeri à Mesa da Câmara, há duas semanas, uma explicação sobre o porquê de o relatório da CPI, com 60 mil páginas de documentos, não ter sido enviado, desde o dia 7 de janeiro – data em que foi entregue –, ao Ministério Público e à Polícia Federal.

A Mesa esclareceu, neste momento – após quatro meses, no

meu entendimento, de omissão –, que os referidos documentos foram enviados, no dia 25 de maio, ao Procurador-Geral da República e ao Diretor do Departamento de Polícia Federal.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de solicitar, em nome de todos aqueles que ainda acreditam na Justiça deste País, em nome daqueles que são contra a impunidade e o banditismo no Brasil e no Maranhão, que o Procurador-Geral da República e o Diretor da Polícia Federal levantem o nome daqueles que estão envolvidos nos crimes, nos Estados do Maranhão, do Tocantins, de Rondônia e de Roraima, para que as suas candidaturas sejam impugnadas. Só assim daremos um passo mais concreto a favor da democracia e contra o banditismo em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Arnaldo Faria de Sá, a quem é mantido o apelo da brevidade, pois há oito oradores inscritos para um prazo de apenas 15min.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PPR – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não há necessidade do apelo, pois estamos dispostos a colaborar com V. Ex^a

Na verdade, eu gostaria de fazer um registro a respeito de uma falha ocorrida na assessoria técnica da Comissão do Trabalho.

O projeto, anteriormente aprovado pela Câmara dos Deputados, foi ao Senado e lá teve um substitutivo aprovado. Ao retornar a esta Casa, o Relator só poderia ou retornar a matéria original aprovada pela Câmara dos Deputados ou manter o substitutivo aprovado pelo Senado Federal. O Relator foi contra a apreciação do projeto, e não há como o relatório ser contra matéria anteriormente aprovada nesta Casa.

Logicamente, entendo a pressão que o Relator sofreu do Conselho Federal de Enfermagem, no sentido de se posicionar contra o projeto, mas não entendo que, tecnicamente, a assessoria da Comissão do Trabalho não tenha percebido essa falha.

Não entrei em detalhes técnicos, porque o que interessava, na verdade, era aprovar o projeto da Comissão do Trabalho, e os Pares presentes naquele momento – assim como agora –, os Congressistas Paulo Paim e Amaury Müller, entenderam o objetivo: derrotamos o Relator e, com o voto em separado, aprovamos o projeto.

Mas eu queria registrar que, tecnicamente, não poderia ter ocorrido aquele relatório, porque não pode ser proposta a rejeição de um projeto anteriormente aprovado na Câmara dos Deputados. O que se poderia fazer era manter o substitutivo do Senado Federal ou retornar à matéria anteriormente aprovada nesta Casa.

Lamento que a assessoria técnica da Comissão de Trabalho não tenha percebido essa falha.

Não entramos no mérito da discussão da falha, porque nos interessava o outro mérito, que era a aprovação do projeto; e, como os Pares presentes entenderam essa posição, superamos essa dificuldade.

Eu gostaria também de registrar que, depois de mais de um ano, após ter o projeto parado por três vezes nesta Casa, conseguimos aprová-lo. Ele vai garantir o emprego dos atendentes de enfermagem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra, para uma comunicação, ao nobre Congressista Cardoso Alves.

O SR. CARDOSO ALVES (PTB – SP. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, muito pesaroso, ocupo a tribuna, neste instante, para comunicar à Nação e a esta Casa, de maneira muito especial aos Congressistas que compõem a Bancada paulista, e de maneira es-

pecialíssima ainda aos seus amigos, que, na manhã de hoje, ocorreu, imprevisivelmente, o infausto passamento do Prefeito de Mogi das Cruzes, Francisco Nogueira.

S. Ex^a vinha a Brasília, quando se sentiu mal no avião. A aeronave teve de retornar, e S. Ex^a, de maneira surpreendente, faleceu.

Quero, Sr. Presidente – e tenho absoluta certeza de que interpreto o sentimento sincero de tantos quantos o conheceram, principalmente daqueles que foram seus colegas na Assembléia Legislativa de São Paulo, no seu Partido, o PTB, e daqueles que foram seus amigos – testemunhar à família de Chico Nogueira a nossa sincera participação na imensa dor que se abate sobre sua esposa, sobre seus filhos, sobre toda a sua família, sobre sua cidade, sobre a Assembléia Legislativa de São Paulo, sobre a Alta Araquarense, enfim, sobre São Paulo, que o tinha em elevada estima.

Faço votos de que o Senhor receba em Sua Glória o bom chefe de família, o cidadão prestante, o político útil à sociedade, o bom amigo, tendo-o para sempre entre os seus mais íntimos e aqueles que mais promovem a Sua grandeza e a Sua divina majestade.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao Congressista Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero também me manifestar rapidamente para colaborar com V. Ex^a

Primeiro, venho cumprimentar os Parlamentares da Comissão do Trabalho pelo fato de, no dia de ontem, terem aprovado um projeto de nossa autoria, que revoga um decreto-lei de 1943, que punia, de forma exorbitante, os trabalhadores que exercitavam o direito de greve.

Entendemos que a própria Constituição de 1988, ainda que não explicitamente, já havia revogado esse decreto, embora ele ainda pudesse ser usado por algum Tribunal com a finalidade de prejudicar os trabalhadores.

Com essa aprovação, foram revogados quatro artigos da CLT, que prejudicavam inclusive os servidores públicos.

Sr. Presidente, eu gostaria também de enfatizar a importância de esta Casa começar a debater, de imediato, o novo projeto de lei de política salarial – estou olhando para a Vice-Liderança do Governo – que estamos encaminhando à Casa, já baseado no real. Até porque o Projeto de Conversão nº 482 diz que, em 30 dias, o Governo enviará para esta Casa um novo projeto de salário mínimo, e o salário mínimo, a meu ver, é a base da pirâmide de toda a política salarial.

Estamos encaminhando esse projeto, que não deve chocar-se com o do Governo; ao contrário, deve caminhar junto para que, daqui a 30 dias, possamos discutir a nova política salarial.

Para concluir, Sr. Presidente, acho interessante o debate que está havendo na tribuna em torno do fato de o Lula estar em portas de fábricas, em caminhões de som, conversando com trabalhadores. Faço um apelo no sentido de que esse debate continue, porque, num momento como esse, em que fatos políticos têm que ser criados, certamente esse debate é positivo. Gostaria que os Parlamentares continuassem todo o dia a falar sobre o assunto; estarei presente para aplaudir, porque quero que a sociedade comente dia e noite; quero que os jornais e a televisão estampem que o Lula, durante a madrugada, vai a portas de fábricas para conversar com os trabalhadores. Isso é muito bom.

Agradeço aos Parlamentares que, promovendo a discussão em torno dessa questão, estão criando um fato político, a nível nacional, que naturalmente vai fortalecer a candidatura do Lula, para que possa ganhar em primeiro turno.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Liberato Caboclo.

O SR. LIBERATO CABOCLO (PDT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, gostaria de participar dessa diátribe tão empolgante em torno do Lula e dizer o seguinte: para mim, está muito claro que as leis têm que ser interpretadas e que um deslize eventual não levaria qualquer candidato à cassação. É óbvio que a lei prevê uma sistemática desobediência aos princípios legais, e não, o deslize eventual. Creio que isso deveria ser dito pelo Lula.

O que é contraditório é que o PT é tão "preciosista" em relação aos outros – como vimos nas CPI –, é tão exigente em relação aos outros, mas se permite a flexibilidade dentro da lei. Isso é contraditório. Aliás, isto é o que recebemos em relação ao PT – esse código de ética próprio.

Não sei quem inventou que uma sigla plasma a personalidade das pessoas. Não sei. Acredito que o Deputado Eduardo Jorge e o Deputado Paulo Paim seriam as mesmas pessoas, mesmo se pertencessem ao PFL, ao PPR e até ao PT. Não foi o PT quem os fez assim, porque não existe a possibilidade de haver uma sigla mágica que transforme as pessoas. Nem o cristianismo conseguiu melhorá-las! Mas isso tem a ver com a vocação inconsciente de transformar partido em religião e faz parte do equívoco ideológico que norteia o PT. Eles acham que estão acima do bem e do mal. E isso é ruim. No entanto, o deslize eventual do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva não caracteriza o crime eleitoral. Isso ocorreria com o sistemático, o permanente uso deste ou daquele dispositivo sindical.

Sr. Presidente, gostaria de referir-me – lamento que esse fato tenha sido discutido nos primórdios desta sessão legislativa, porque, se fosse agora, tenho certeza que teria o apoio do Deputado Roberto Cardoso Alves – à pseudoprivatização da Fundação Pioneiras Sociais.

À época, tentamos mostrar aos nossos ilustres colegas que defendiam o projeto o que estava por trás da malsinada idéia de transformar um bem público em um bem privado. Mas não houve jeito. Lamentavelmente, os seres humanos, quando adoece, regridem muito, ficam muito infantis. E vários Deputados já haviam sido privilegiados por um tratamento diferenciado por parte daquela instituição.

Eu gostaria que esta Casa atentasse para o absurdo: a Fundação Pioneira Sociais recebe mais dinheiro para saúde do que recebe o Estado do Amazonas, do Pará, de Santa Catarina, do Maranhão, do Rio Grande do Norte, de Pernambuco. Contempla-se uma só instituição com mais dinheiro do que o destinado a muitos Estados, ou seja, trata-se do que se chama Estado-cartorial, onde se instala a pseudo-iniciativa privada. Toma-se o dinheiro público em detrimento do bem-comum atividade reduzida de qualidade, sem nenhuma abrangência.

Mais uma vez, reclamo veementemente e protesto, de maneira incisiva, contra a medida arbitrária do Ministro da Fazenda, Sr. Rubens Ricupero, que privilegiou uma instituição fazendo pagamentos automáticos, privilégio que não foi estendido nem à rede pública, nem à rede privada. Lamento que o Ministro da Fazenda seja o primeiro a desrespeitar o Governo do qual faz parte, passando sobre a autoridade do Ministro da Saúde e assumindo responsabilidade que não lhe cabe, a de destinar verbas à Saúde. Era esse o meu protesto.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Stecca.

O SR. OSVALDO STECCA (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Congressistas, a cidade de Rio Claro, terra natal de Ulysses Guimarães, acha-se, mais

uma vez, enlutada. Não bastasse o trágico desaparecimento de seu grande filho, líder maior da democracia brasileira na atualidade, não bastassem as inúmeras mortes de cidadãos prestantes e de famílias inteiras de Rio Claro em acidentes rodoviários, na última semana a cidade foi vítima de trágica fatalidade: dezenove pessoas morreram na rodovia Rio Claro-Piracicaba, sendo que dezessete eram estudantes que, após longa jornada de trabalho, iam e vinham em busca de aprendizado na vizinha cidade. Viajaram em busca das luzes do saber e encontraram a morte, destruídos pela violência do choque entre dois grandes veículos.

A cidade de Rio Claro está muito entristecida. Inúmeras famílias perderam seus entes queridos, muitos amigos foram-se para sempre. Associe-me ao luto da população daquela cidade.

Entre as vítimas, estava uma jovem que me era muito querida. Conviveu, durante toda a sua infância, com minha família, e aprendi a amá-la como se fosse minha filha. Ela também se foi.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não podemos permitir que os acidentes de trânsito continuem irresponsavelmente ceifando vidas e enlutando famílias.

Temos que analisar, em profundidade, as causas desses acidentes e adotar medidas para reduzi-los.

Nesse sentido, proponho aos nobres Pares a formação de uma CPI para investigar essas causas e diminuir o número de acidentes, para a qual peço o apoio de todos os Companheiros.

Precisamos perder o triste galardão de recordistas em acidentes de trânsito. Muitos são evitáveis. Vamos estudá-los com seriedade e propor medidas que reduzam o luto e a tristeza de famílias brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Amaury Müller, por permuta com o Deputado Eduardo Jorge.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Congressistas, a fúria solta do instinto bestial do capitalismo selvagem, cuja ganância não tem limites, continua a produzir lesões irreparáveis no tecido social brasileiro. Só os estultos, os tolos, os idiotas não localizam nessa sofreguidão pelo lucro fácil o grande problema pelo qual passa a sociedade brasileira.

Os supermercados, os oligopólios, os cartéis dominam o cenário econômico e social do País, determinando remarcações supostamente preventivas, todos os dias, e assassinando, de forma brutal, direitos que continuam sendo literalmente desrespeitados.

Ouçó a Liderança do Governo falar que, para coibir esses abusos, a solução seria reestruturar, redimensionar, redirecionar as funções do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Ora, Sr. Presidente, para ladrão existe a cadeia. Remanescem leis que não são cumpridas, que não são respeitadas, que são simplesmente ignoradas e pisoteadas pela fúria bestial do poder econômico.

Não consigo entender como não se aplica a esses grupos econômicos, que remarcam os preços cotidianamente, ferindo fundo o interesse e o direito do trabalhador brasileiro, a legislação que coíbe quaisquer abusos do poder econômico. Mais ainda, se necessário, que se use a Lei Delegada nº 4, que data da época em que Jango presidiu este País e que permite a prisão administrativa daqueles que se locupletam com a desgraça alheia.

Enquanto tudo isso acontece nas barbas do próprio Governo, com os reajustes de preços de bens e serviços superando em sete dias o incrível patamar de 44%, os salários continuam aprisionados, submetidos à camisa-de-força da insensibilidade e da falta de entranhas do Governo Federal.

O Ministro Rubens Ricupero, na sua retórica diplomática,

anuncia, todos os dias, que vai adotar medidas capazes de impedir que os preços continuem a freqüentar patamares estratosféricos. Mas, como diplomata, sustenta a política dos punhos de renda: uma retórica até inflamada, apaixonada, capaz de persuadir alguns, mas incapaz de submeter ao império da lei aqueles que a desrespeitam e a desobedecem.

Não podemos continuar assim, Sr. Presidente. Enquanto se impõem aos trabalhadores o arrocho salarial, enquanto se submetem os funcionários públicos a salários famélicos, o poder econômico deita e rola, faz o que quer e o que bem entende. Até quando?

Por isso, temo pelo sucesso do FHC2, que continua, aos meus olhos, mais parecendo uma fórmula esotérica, uma fórmula de defensivo agrícola do que propriamente um programa de estabilização econômica e de combate à inflação.

Enquanto permitirmos, governo e sociedade, mas principalmente o governo, que o poder econômico faça o que bem entende neste País, remarque preços todos os dias, será quase impossível, no curto ou no médio prazos, domar o potro selvagem da inflação.

Por isso, Sr. Presidente, não faço um apelo, faço uma cobrança, uma exigência àqueles que detêm o poder de decidir pelo povo que não decide: que tomem juízo, que ouçam o clamor das ruas, que observem até onde a vista alcança, se é que cegos não são, o empobrecimento alarmante e perigoso da sociedade brasileira, submetida a uma política inaceitável, incrivelmente injusta e perversa, porque, do contrário, Sr. Presidente, o Sr. Fernando Henrique Cardoso e o seu sonho de alçar-se à Presidência da República, ungido pela vontade popular, irá rapidamente para o lixo, e, o que é pior, para o lixo da História.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Eduardo Jorge.

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, exercendo a Liderança do Partido dos Trabalhadores, em virtude de o nosso Líder estar impossibilitado de fazê-lo devido a uma emergência, compareci à reunião dos Líderes, no gabinete do Senador Humberto Lucena, Presidente do Congresso Revisional, e vi Deputados e Senadores agitados, angustiados, procurando um "messias" para ressuscitar o "Lázaro", ou seja, ressuscitar uma Revisão completamente falida, morta e que não aconteceu. Agora, aparecem com uma fórmula de alquimia, de última hora, e querem prorrogá-la ad eternum, ad infinitum para o outro Congresso.

Sr. Presidente, isso é uma brincadeira, é uma manobra diversionista com a própria população brasileira. Enquanto problemas gravíssimos, como a fome, a educação, a saúde e a falta de competência do Governo, que detêm a maioria no Congresso Nacional, afligem e levam o País ao imobilismo, lideranças políticas, dos mais variados partidos, continuam querendo buscar uma fuga politicista, quando, na verdade, falta, em primeiro lugar, governo com programa e, em segundo, articulação da maioria no Congresso Nacional.

Da conjugação de um governo com programa e respaldo popular e uma maioria no Congresso Nacional, competentemente articulada, é que chegaremos às portas da solução das crises brasileiras. Ficar inventando "revisões" para o futuro é uma manobra para fugir à responsabilidade de governar e articular, competentemente, uma maioria do Congresso. Isso não houve nos últimos anos: nem governo com programa e respaldo popular, nem competência política para articular uma maioria no Congresso Nacional. Sejamos francos! A verdade é essa!

Não só há a culpa do Sr. Collor de Mello e do Presidente

Itamar Franco, como também há a culpa de todos os Partidos que o apoiaram e o apóiam, e que não articulam a maioria no Congresso Nacional. Neste momento, temos duas Lideranças – a do PSDB e a do PFL – que apóiam o Governo. Mas o que é feito da maioria para respaldar o Governo no Congresso Nacional? Esse o papel da maioria. Cobro da maioria. A própria minoria chama para que haja uma maioria neste plenário. Isso é que não houve. Não será com soluções mágicas de alquimia de última hora que iremos inventar uma solução para o País.

O Sr. José Serra – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO JORGE – Ouço o aparte do nobre Congressista José Serra.

O Sr. José Serra – V. Ex^a pergunta onde está a maioria; pergunto: onde está a minoria?

O SR. EDUARDO JORGE – A minoria fez o seu papel, Deputado José Serra, derrotando-os na questão da Revisão Constitucional, que V. Ex^s queriam impor à Nação. A minoria fez isso: derrotou. Não queríamos fazer a Revisão.

O Sr. Basílio Villani – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Não são permitidos apartes, nobre Congressista. Estamos no Pequeno Expediente.

O Sr. Basílio Villani – Apenas rapidamente, Sr. Presidente. Hoje ouvi, realmente, o PT assumir que obstruiu e não quis a Revisão Constitucional. Quero que isso fique bem claro.

O SR. EDUARDO JORGE – Isso é um mérito. E não é só hoje, mas todos os dias. V. Ex^a coloca no jornal, na televisão e na imprensa em geral: esta Revisão, da forma como V. Ex^s queriam, era nociva à Nação. Batalhamos dia e noite contra ela.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Nobre Congressista Eduardo Jorge, peço a colaboração de V. Ex^a, que já utilizou cinco minutos, apesar dos apartes.

O SR. EDUARDO JORGE – Agradeço a homenagem da maioria virtual – ela é virtual, porque não aparece –, que nos consagra como vencedores. Uma minoria que se mostrou competente para defender a sua posição política.

Na verdade, o que o País precisa, e vai ter no ano que vem, é de um governo com programa, com respaldo popular e com maioria articulada no Congresso. Isso vamos ter em 1995!

O Sr. Jabes Ribeiro – Deputado Eduardo Jorge, contando com a benevolência deste estadista que dirige a Mesa, Deputado Wilson Campos, com a sua experiência no Congresso Nacional – sei inclusive estar quebrando o Regimento –, entendo que V. Ex^a faz um diagnóstico perfeito de tudo o que aconteceu e de tudo o que naturalmente foi alertado nesta Casa. Todos dizíamos que era inoportuna a Revisão neste momento, sem a participação da sociedade, sem que houvesse os canais democráticos para se discutir mudanças fundamentais na nossa Carta. Portanto, entendo que a minoria – uma minoria heróica, brava, resistente e corajosa – cumpriu o seu dever de evitar que se fizessem, na Constituição, alterações sem nenhuma discussão, sem nenhuma participação popular, o que seria evidentemente uma violência contra a nossa Carta. Solidarizo-me, Sr. Presidente, já concluindo, e agradecendo a benevolência de V. Ex^a, com o Deputado Eduardo Jorge. Em verdade, a maioria é que não fez a Revisão, porque não tinha, lá no seu íntimo, a certeza de que era necessário mudar a Carta. Não adianta agora culpar alguém, não adianta culpar aqueles que resistiram em nome do País, em nome da sociedade brasileira, que não estava aqui para participar desse processo.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – A Presidência pede ao Congressista Eduardo Jorge que colabore com a Mesa e conclua seu pronunciamento, porque o Congressista Sidney de Miguel tem uma comunicação a fazer.

O SR. EDUARDO JORGE – Agradeço ao Deputado Jales Ribeiro pelas suas palavras e ao Sr. Presidente pela sua tolerância.

Para encerrar, Sr. Presidente, repito: o que o Brasil precisa é de um governo com respaldo popular e com maioria no Congresso Nacional, a fim de promover as reformas estruturais que o povo está a exigir, e não de fórmulas mágicas e politicistas, que desviam a atenção desta tarefa: governar e construir uma maioria no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Tem a palavra o Deputado Sidney de Miguel.

O SR. SIDNEY DE MIGUEL (PV – RJ. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, o Partido Verde realizará, no dia 28, sábado, no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, cedido por esta ilustre Mesa, a sua Convenção Nacional para escolher os seus candidatos para as eleições presidenciais de outubro.

O Partido Verde está mobilizado. Teremos uma bela Convenção e as suas tendências já se manifestam. Estamos muito satisfeitos com a possibilidade que teremos de realizar, nesse momento, as conquistas que foram depositadas, albergadas na lei que regulamentou essas eleições e os partidos políticos e que dá ao nosso Partido a condição de participar das eleições presidenciais, de ter o seu tempo de radiodifusão, que é um direito – sabemos muito bem – inalienável que estava na Constituição. Esta Casa errou quando fez a lei, mas foi corrigida pelo Supremo no seu devido tempo, através de uma ação impetrada por um grupo de parlamentares e partidos.

Digo ainda, Sr. Presidente, que, nessa Revisão que o Deputado Eduardo Jorge mencionava, não podemos falar em maiorias e minorias. O pequeno grupo neoliberal de 40 a 45 Deputados que tentou fazer reformas à força isolou-se, revelando-se ser não aquele Centrão histórico, mas o chamado Centrinho, e perdeu seqüências de votações neste plenário, quando tivemos a grande imprensa fazendo campanha contra esta Casa como se fôssemos gazeteiros. Isso aconteceu justamente quando o Centrinho, que detém aqueles fios do controle das oligarquias, que representa os interesses oligárquicos ou neo-oligárquicos no País, como diz o cientista político Vanderlei Guilherme, do Rio de Janeiro, foi derrotado. Fez, então, uma campanha impiedosa contra esta Casa; mas, como a grande maioria desta Casa não participa do projeto neoliberal, isolou-se e fez a Revisão a seu gosto.

Portanto, a Revisão já foi feita, encerra-se no dia 31, como está bem dito, mas há delírios passando pela Casa, querendo estendê-la até o ano que vem, para deixar uma espécie de Espada de Dâmocles na cabeça dos candidatos à Presidência da República. Mas sabemos que isto também não passará e que esta Casa recusará esse tipo de golpe.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, a saúde pública vive hoje a sua maior crise em toda a História da República.

A aprovação do Fundo Social de Emergência agravou a crise na saúde, já que subtraiu do orçamento do setor arrecadações da COFINS e da Previdência Social, reduzindo ainda mais os recursos anteriormente previstos.

Pior: a redução sistemática de recursos para a saúde tem o objetivo de inviabilizar o desvalido Sistema Único de Saúde (SUS), abrindo caminho para um processo crescente de privatização do setor.

Que a saúde pública está abandonada ninguém tem mais

dúvida disso. O que não se pode aceitar são cenas dantescas repetidas a cada dia nos corredores e portas dos hospitais brasileiros. São pessoas sem rendimentos dignos abandonadas pela incompetência das autoridades brasileiras que vivem atoladas em obras faraônicas, esquecendo o verdadeiro papel de administrador público.

O raio X da miséria é dramático. Metade dos 62 milhões de brasileiros em atividade não contribuem para a Previdência Social. Isto implica não apenas em perda de direitos sociais, mas também no agravamento do déficit nos serviços assistenciais do governo.

Se os ex-Ministros Jader Barbalho, Rogério Magri e Antônio Brito fizeram alguma coisa para ajudar reverter esse triste quadro, ninguém viu, ninguém ficou sabendo. Tudo é farra, tudo é farra, tudo é demagogia.

Poucos são os doentes neste País que se dão ao luxo de poder comprar remédios. Os oligopólios embutiram em seus preços a expectativa de inflação. Com isso uma queda de no mínimo de 40% no poder de compra dos trabalhadores foi inevitável.

A falta de vergonha está generalizada. O Governo Federal não tem vontade de governar. A elite dirigente não tem capacidade de frear a ganância que tomou conta de todos. Segundo informa a Embaixada da Índia, os produtos farmacêuticos comercializados naquele país são de 10 a 15 vezes mais baratos do que os brasileiros. O país de Fidel Castro, mesmo enfrentando o mais longo bloqueio que a humanidade já conheceu, também consegue vender remédios mais baratos do que o Brasil.

O que estaria faltando ao Brasil? Esta pergunta, sem resposta há muitos anos, tem uma conclusão: só a ética e a moral, aliadas à coerência de princípios, poderão recuperar nosso País. E isso vai acontecer, por que o povo vai, corajosamente, determinar essas mudanças com o voto.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Osvaldo Melo.

O SR. OSVALDO MELO (PPR – PA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, já se tomou um truismo afirmar que a situação do ensino no Brasil é simplesmente catastrófica. Os números são alarmantes e mostram, com clareza, o colapso da estratégia educacional adotada no País.

Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, publicados recentemente, 5 milhões de brasileiros em idade escolar não conseguiram matrícula nas escolas públicas do País. O analfabetismo atinge 41,4% das crianças com idade entre 7 e 9 anos, o que torna o Brasil o campeão absoluto da baixa eficiência do ensino primário na América Latina, perdendo até para países de população miserável, como o Haiti: no Brasil apenas 15% dos estudantes matriculados no 1º grau completam a 8ª série, percentual inferior aos 32% registrados no Haiti. Em função disso, o Brasil detém o maior contingente de trabalhadores sem escolaridade entre os países em desenvolvimento. O trágico é que tudo isso ocorre em flagrante desrespeito ao mandamento constitucional que atribui ao Estado o dever de assegurar a todos os brasileiros o acesso ao ensino fundamental, obrigatório e gratuito.

Mas não venho hoje ocupar esta tribuna, Srs. Congressistas, para recapitular essas tristes estatísticas. Aqui venho para exaltar um exemplo ímpar que nos vem de Belém do Pará, onde 600 crianças vivem a rara experiência de estudar numa escola de ensino integral de excelente nível, que adota os pressupostos metodológicos do construtivismo de Jean Piaget: essa instituição vitoriosa é o Centro Educacional Fundação Ibifam (CEFI).

Fundada há apenas três anos, a instituição tinha, originalmente, o objetivo exclusivo de prestar assistência educacional aos filhos dos funcionários da Indústria Biológica e Farmacêutica da Amazônia (IBIFAM), sem qualquer ônus para os pais. O êxito al-

cançado foi de tal monta que, já no ano letivo de 1993, foram oferecidas 167 vagas para alunos da comunidade.

Numa cidade onde 99,9% das escolas, sejam públicas ou privadas, mantêm os estudantes por um período nunca superior a 4 horas por dia, no CEFI as crianças entram às 7h30min e lá permanecem até às 17h30min, todos os dias da semana. Além das atividades normais de sala de aula, a escola oferece aos alunos uma extensa gama de atividades extraclasse, tanto físicas – como natação, judô e dança – como artísticas, abrangendo artes plásticas e iniciação musical, além de orientação religiosa. Todas as refeições são feitas na escola, do café da manhã ao jantar, com a assistência de nutricionistas.

Criada nos moldes das CIEP cariocas, a escola ostenta um conjunto completo de instalações, onde figuram, além das salas de aulas, dependências específicas para as atividades físicas, artísticas e de lazer, dormitórios, gabinetes odontológico, médico e psicológico, enfermaria e refeitório. O Centro dispõe ainda de uma frota de quatro ônibus escolares, assistidos permanentemente por duas *baby-sitters*. A escola oferece desde o pré-escolar até a 6ª série do 1º grau e já projeta para o próximo ano, criar novas turmas de 7ª e 8ª séries. Ao contrário do que ocorre nas escolas tradicionais, onde um único professor ministra todas as disciplinas em cada turma, no CEPI cada professor é contratado para ministrar uma disciplina específica.

Vale ainda ressaltar que, enquanto a maioria dos professores primários do País recebem salários miseráveis – muitas vezes inferiores ao salário mínimo – os docentes do CEPI auferem algo em torno de 5,5 salários mínimos, além de vantagens como refeição gratuita e educação gratuita para os filhos.

A experiência inovadora da CEPI adquire um significado ainda maior quando posta em confronto com a realidade do ensino no País que ainda nega, a milhões de brasileiros, os frutos do conhecimento, deixando-os imersos nas trevas do analfabetismo, sem horizontes e sem perspectivas, tolhidos pelos flagelos da ignorância, da miséria e do abandono.

O projeto de educação integral desenvolvido pelo CEPI mostra, de forma inequívoca, que a eficácia do processo educativo depende do engajamento de todos os segmentos da sociedade – governo, comunidade, família, representantes da iniciativa privada – que todos somos igualmente responsáveis pela formação da juventude e pela sua preparação para o exercício pleno da cidadania.

Na região Norte, onde 93% das escolas não possuem material pedagógico e 38% sequer não dispõem de banheiros, a iniciativa da CEPI, fruto da elevada consciência social dos dirigentes do Ibifam, avulta como uma estrela de primeira grandeza, e é um exemplo que deve ser imitado por todos os empresários deste País.

Não podemos nos esquecer de que a luta pelo desenvolvimento integral do ser humano – espiritual, social, cultural e político – é a luta pela preservação do patrimônio maior da Humanidade. Não podemos permitir que parte desse legado seja desperdiçado de forma irreversível pela perpetuação do analfabetismo e da ignorância.

É missão prioritária de todos os brasileiros proteger e promover esse patrimônio, a fim de que todo o cidadão, e todas as comunidades, em qualquer parte do Brasil, possam ter acesso aos frutos do talento, da inteligência e da capacidade criativa do homem.

Parabéns, portanto, a todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para o sucesso do empreendimento educacional implantado pela Ibifem em Belém do Pará, cujo registro tenho a honra de fazer no Plenário desta Casa.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a pala-

vra ao nobre Congressista Simão Sessim.

O SR. SIMÃO SESSIM (PPR – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr.s e Srs. Congressistas, é com grata satisfação que trazemos ao conhecimento desta Casa o Relatório da Administração 1993 da TELERJ – Telecomunicações do Rio de Janeiro S.A.

Inteirado da relevante missão da empresa, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República guiou à sua alta direção o Doutor José de Castro Ferreira, ocupante de posições de relevo no Governo, como a Advocacia Geral da União, por sua competência e brilhantismo.

Há um ano sob nova direção, a TELERJ apresenta claros sinais de recuperação operacional e financeira. O princípio de que a ética deve reger a aplicação de recursos públicos em prol do interesse comum tem sido sobejamente perseguido por seu Presidente.

Franquearam-se as reuniões da Diretoria para que os assuntos da administração passassem a ser amplamente debatidos. Criou-se o Conselho de Clientes – canal direto e permanente com os usuários para ouvir expectativas, necessidades e reclamações. Surgiu também o Departamento de Ouvidoria, órgão interno a coletar críticas e sugestões, denúncias e reivindicações dos empregados.

A melhoria da qualidade dos serviços foi agraciada com a implementação do Programa TELERJ de Gerenciamento da Qualidade Total – GQT, buscando também a higidez administrativa.

Em consequência da mudança no perfil da empresa, os resultados não poderiam ser melhores.

Reduziu-se o número de carnês vendidos e não atendidos, com prazo vencido ou não, de 52.769, em dezembro de 1992, para 26.557, em dezembro de 1993. Foi instalado um total de 88.885 terminais, sendo que, destes, 40.000 correspondem ao Serviço Móvel Celular.

O usuário de telefone público assistiu à instalação de 1.400 novos aparelhos a cartão indutivo e o Serviço de Auxílio às Listas atingiu a média de 95% de chamadas completadas em até 10 segundos, contra os 48% anteriormente registrados.

A questão da lista telefônica da cidade do Rio de Janeiro, ou melhor de sua inexistência por causa de pendências judiciais, mereceu atenção especial da Diretoria. Assim é que em 15 de dezembro último foi iniciado processo licitatório para contratação da empresa que editará as listagens por assinantes, endereços e classificados.

A implantação do Serviço Discagem Local a Cobrar, das primeiras franquias de lojas em Resende e Rio Sul e a implementação do Protel – filosofia de proteção elétrica no segmento de Rede Externa apenas encabeçam a enorme lista de realizações técnicas empreendidas pela TELERJ no último exercício.

Na mesma proporção, o saneamento financeiro da empresa permitiu investimentos da ordem de 270 milhões de dólares, a par da liquidação de dívidas vencidas e encargos financeiros com fornecedores, num total de mais de 68 milhões de dólares.

Faz-se notório o progresso da TELERJ desde o início da Administração José de Castro, homem voltado não só para o presente, mas também para o futuro de suas ações. Não foi por outro motivo que deu início ao Projeto "TELERJ 2000", visando capacitar a empresa para o acompanhamento das mudanças no cenário nacional e internacional, sejam elas políticas, econômicas ou tecnológicas.

Quanto aos recursos humanos, o enfoque tem sido extremamente frutífero. Com mais de 14.000 funcionários, a TELERJ tem investido em treinamento de pessoal, através de eventos de capacitação.

Reproduzindo palavras do próprio Presidente da estatal:

"Nunca dirigi qualquer empresa que contasse com um quadro de funcionários tão aguerrido, tão coeso e tão amante da instituição como esses que encontrei aqui". Nesse sentido, continuará lutando pela conclusão do novo Plano de Classificação de Cargos e Salários, que tem por missão resgatar a dignidade laborial de todos os servidores, indistintamente.

Finalmente, após histórias recentes e desagradáveis de malversação de dinheiro público conjugada com total indiferença às necessidades da sofrida população, ouvir semelhante relato de êxito em uma empresa estatal de telecomunicações é um aceno de esperança.

Congratulamo-nos, pois, de um lado, com o Dr. José de Castro e, de outro, com todo o corpo funcional da TELERJ.

A competência integrada à dedicação resulta em benefícios para os usuários, e, sem dúvida, é modelo a ser reeditado por todo o nosso vasto País.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Nelson Marquezelli.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, desejamos saudar como dos mais auspiciosos, por sua oportunidade e justiça, o artigo assinado pelo Sr. Pedro Camargo Neto, Presidente da Sociedade Rural Brasileira e publicado, recentemente, no jornal *Folha de São Paulo*, tendo por título "O desacordo rural", no qual, com inigualável descortino, analisa a problemática do crédito rural no Brasil a partir da edição do "Plano Collor-Um".

Destaca o articulista as dificuldades arrostadas pelos agricultores brasileiros que recorreram a empréstimos para trocar suas plantações e seus negócios pecuários, cujos contratos com origem de recursos em exigibilidades bancárias registraram aumento, em relação ao ativo, de aproximadamente trinta por cento, enquanto para os de recursos com origem nas chamadas "Cadernetas Verdes" a distorção variou entre trinta por cento e cem por cento, dependendo da data de assinatura do contrato.

É importante destacar, Sr. Presidente, que essa distorção de trinta por cento ocorreu, também, com outros tipos de contratos não rurais sem que a mudança da sistemática de indexação da economia, com o desatrelamento da BTN do IPC produziu inúmeros distúrbios, sendo que, somente no setor habitacional, vinculado à caderneta de poupança, houve distorção superior a trinta por cento, mas neste exemplo o Tesouro Nacional absorveu, integralmente, o impacto dessa distorção por meio da chamada equivalência salarial.

Já os agricultores com contratos de caderneta, além de serem declarados inadimplentes, foram mutilados, sendo vítimas de verdadeira extorsão, agravados com juros mirabolantes, atirados na marginalidade pelo sistema oficial de crédito rural; quem não vendeu a terra ou recorreu ao Judiciário, foi obrigado a rolar suas dívidas em um sistema em que o agricultor fingia que pagava e o banco fingia que recebia.

Foram em vão, Sr. Presidente, todas as tentativas feitas nos anos de 1990 e de 1991 por entidades representativas dos agricultores para obter solução viável para os débitos, recorrendo até mesmo à Procuradoria Geral da República, sem êxito; mas quem recorreu ao Poder Judiciário obteve vitórias memoráveis, inclusive em decisões dos Tribunais Superiores.

Até que nos anos passado o Congresso Nacional abraçou a questão, realizando, por meio de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, verdadeira radiografia da situação de endividamento dos agricultores e da situação da política agrícola; nem essa CPI foi suficiente para sensibilizar o Poder Executivo, tudo redundando no malfadado decreto legislativo que anistiava os agricultores, o qual também não foi cumprida pelo Governo, não restando aos parla-

mentares da bancada ruralista senão a obstrução da Medida Provisória do Plano Econômico do Governo.

Finalmente, Sr. Presidente, o Ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, assume, com boa vontade, a solução do problema, tomando por base o relatório da CPI que analisou a política agrícola e o endividamento dos agricultores, tudo fazendo crer que está mais perto do que se poderia imaginar há um mês a solução para esse problema crucial para a agricultura brasileira.

O episódio nos deixa uma lição importante, que pode ser resumida no parágrafo final do brilhante artigo do Dr. Pedro de Camargo Neto, após afirmar que os episódios narrados provam que as equipes governamentais que cuidam da economia desconhecem a realidade rural do Brasil. Acentua o Presidente da Sociedade Rural Brasileira:

"Felizmente, importante parcela de agricultores caminha celeremente para o futuro, de costas para Brasília."

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) Concedo a palavra ao nobre Deputado Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PTB – AP. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, por diversas vezes ocupamos esta Tribuna e mantivemos entendimento com autoridades governamentais objetivando a estabilidade da política nacional de borracha natural visando, sobretudo, assegurar a rentabilidade do setor produtivo nacional.

Após anos de trabalho e de luta, conseguimos a estabilização dos preços dos vários tipos de borracha natural, os quais vêm sendo atualizados mensalmente, pelo mesmo índice de variação no dólar comercial.

Agora, Sr. Presidente, fomos informados de que o Governo Federal, ao transformar os preços da borracha natural em URV, planeja convertê-los tendo como base de cálculo a URV média do mês.

Ocorre, Sr. Presidente, que a partir de novembro de 1993, quando a inflação já ultrapassava a casa dos 35%, o mercado de borracha já ajustava os preços semanalmente e não mais mensalmente, como ocorria no período de inflação mais baixa.

Assim, acreditamos que os preços da borracha natural não podem ser convertidos em URV pela média mensal. Pelas razões apontadas e, inclusive, porque os insumos utilizados no processo produtivo foram convertidos pelo pico e não pela média.

Lançamos desta Tribuna o nosso alerta e solicitamos ao Ministro da Fazenda e ao Presidente do Ibama especial atenção na definição dos critérios de conversão dos preços da borracha em URV, de modo a não desestimular a sua produção e invalidar um longo esforço efetuado no sentido de equilibrar esse importante setor produtivo nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Maurílio Ferreira Lima.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PSDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, trago ao conhecimento desta Casa, denúncia de um grupo industrial de Pernambuco – o GRUPO MOURA – a respeito de práticas ilegais da General Motors do Brasil na comercialização de baterias DELCO.

O Grupo Moura é produtor de baterias automotivas, tendo se instalado em Belo Jardim, cidade do agreste pernambucano, em 1957. É um grupo de dimensão nacional, sendo, ainda, grande exportador no seu setor. Por esta razão, seus reclamos expressam, também, as angústias de todo um setor da economia nacional. As denúncias foram consubstanciadas em representação formal junto

à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça em janeiro deste ano, a quem cabe a apuração de fatos desta natureza.

A General Motors do Brasil é a maior do mundo, produzindo baterias e veículos automotores no Brasil.

Se forem, de fato, comprovados os procedimentos denunciados pelo GRUPO MOURA, teremos assistido a delitos muito sérios que poderiam, inclusive, justificar os motivos que levaram a GM a apresentar crescimento de 42,5% nas vendas de baterias no ano de 1993.

As faltas graves que estão sendo investigadas pela SDE dizem respeito à prática de *underselling* que consiste em venda de produto a preço inferior a seu custo, com o objetivo de eliminar a concorrência. Para tanto, a GM estaria utilizando sua rede de concessionárias de veículos, cujas empresas estariam comercializando as baterias com prejuízos para atender os objetivos táticos desta multinacional.

Ainda, de acordo com a representação do Grupo Moura contra a General Motors, as concessionárias estariam recebendo compensações na venda de veículos populares, o que, se constatado, comprova a efetivação de crime contra a economia popular, na esfera dos delitos de abuso de poder econômico.

Decorridos quatro meses, desde que foi formalizada a denúncia do GRUPO MOURA, até o momento, todavia, nenhuma medida prática efetiva decorreu das diligências do Ministério da Justiça. Esta é a razão de nosso desconforto. Sistemáticamente, denúncias dessa natureza, como atuação desleal de empresas, distorcendo as regras do livre mercado e da concorrência sadia, não têm sido objeto de justa e rápida intervenção por parte das autoridades constituídas.

Carece o Brasil de uma legislação que confira os poderes adequados aos órgãos encarregados da apuração de crimes contra a economia popular. Temos assistido a uma série infundável de denúncias de abusos nesta esfera, como aquelas relativas às formações de cartéis nas áreas de cimento, produtos de limpeza e outros, sem que medidas concretas sejam implementadas, na defesa do consumidor e do empresário brasileiro.

Agora é a denúncia do GRUPO MOURA que, diante do atual estado de coisas, infelizmente, prevê a destruição do parque industrial brasileiro de fabricantes de baterias automotivas, em muito pouco tempo.

Para meu Estado, o aniquilamento das fábricas de baterias Moura representaria uma grande perda. São mais de 4.000 empregos diretos e indiretos, apenas em Pernambuco. Sem dúvida, o fechamento de outras fábricas de baterias representaria perdas significativas para seus respectivos Estados e para o País.

Assuntos desta natureza, envolvendo crimes de abuso de poder econômico, que colocam em risco a sobrevivência de empresas nacionais sérias, não podem ser tratados com morosidade e superficialidade. Os fatos devem ser apurados com celeridade. As diligências efetuadas com todo o rigor. Penalidades devem ser impostas com severidade. Finalmente, os prejuízos causados devem ser reparados.

Esta Casa tem, portanto, o dever inadiável e insubstituível de elaborar e aprovar uma legislação moderna e eficaz que trate do assunto com a seriedade que o tema exige.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Lézio Sathler.

O SR. LÉZIO SATHLER (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr.s e Srs. Congressistas, é com imensa satisfação que comunicamos a V. Ex^{te} aos pares desta Casa Legislativa, a nomeação do Dr. Kasuo Sakamoto, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente Itamar Franco, para o importante cargo de Secretário de Trânsito, do Ministério da Justiça.

O porquê dessa nossa satisfação:

Tendo eu, participado ativamente do sistema nacional de trânsito quando dirigi o órgão executivo do meu Estado, o Estado do Espírito Santo, não posso negar a obrigação de conhecer as mazelas que resultam do nosso trânsito violento.

Sendo conhecedor dos problemas do trânsito no Brasil, fiquei entusiasmado com a ampla visão apresentada pelo Dr. Kasuo, sobre a situação atual do nosso trânsito. Disse-me ainda, quando da audiência que tivemos na semana próxima passada, do seu desejo de ver realizado um grande projeto de modernização de todos os órgãos envolvidos no sistema nacional de trânsito.

É motivo de tranquilidade para mim, sempre preocupado com as causas do nosso trânsito, ver assumindo a direção do órgão maior da execução e coordenação do sistema, um técnico respeitado pelo profundo conhecimento que tem na área, especializado e objetivo, com predicados indispensáveis para ocupar tão importante cargo na administração pública.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o trânsito é um assunto de tamanha importância, tão relevante para a vida do País, que não consigo entender o motivo de não ter sido, até hoje, objeto de programa de governo de nenhum candidato à Presidência da República.

Por que entendemos que o trânsito merece referida atenção?

Em primeiro lugar, não podemos continuar assistindo a esta carnificina, com legiões de mutilados e inválidos, que o trânsito violento provoca todos os anos.

Como a educação de trânsito é deficiente e a impunidade em relação as infrações é grande no País, estas más condições fazem do nosso motorista um perigo em potencial.

Em segundo lugar, conforme análise que me apresentou o Secretário de Trânsito, Dr. Kasuo, o que existe é uma estreita ligação comprovada pelos quadros estatísticos aqui presentes –, entre o poder aquisitivo da população e a violência no trânsito, o que é simples de se explicar: com dinheiro no bolso, as pessoas têm mais flexibilidade de adquirirem bens de consumo, realizando compra e venda de veículos, além do aumento da produção destes, para atender a demanda de consumismo.

Com a brusca mudança, as pessoas andam de ônibus para o trabalho, ou para viagens de lazer, superlotam os ônibus, e mais ônibus, e mais ônibus entram em circulação. Com a população sem os devidos cuidados, com a pouca ou quase nenhuma educação para o trânsito, não podemos esperar outra coisa, senão a violência, o caos e, como resultado, os inevitáveis acidentes e as mortes que enlutam todos os dias, a cada instante, a sociedade brasileira.

Em terceiro lugar, países como os Estados Unidos, a França, o Japão e outros, só conseguiram diminuir a violência do trânsito, com medidas coordenadas diretamente por seus presidentes ou primeiro-ministros.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, conclamo a todos, independente de filiação partidária, para que nesse momento de preparação, de estudos e de elaboração de planos e de programas às eleições majoritárias à Presidência da República e aos Governos Estaduais, não nos esqueçamos de fazer constar nesses documentos, o que pensam e o que pretendem fazer os candidatos e os partidos políticos, para que se possa enfrentar a violência do trânsito, combater os acidentes e proteger a vida do cidadão do flagelo da era da modernidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Ao encerrar a presente sessão, convocamos sessão do Congresso Revisor a realizar-se hoje, às 14h.

– Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 13h15min.)***Ata da 64ª Sessão, em 26 de maio de 1994****4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura***Presidência dos Srs.: Humberto Lucena, Adylson Motta, Wilson Campos***ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SENHORES:****Roraima**

Alceste Almeida – PTB; Francisco Rodrigues – PTB; João França – PP; Luciano Castro – PPR; Marcelo Luz – PP.

Amapá

Aroldo Góes – PDT; Gilvam Borges – PMDB; Henrique Almeida – PFL; Lourival Freitas – PT; Sérgio Barcellos – Bloco (PFL).

Pará

Alacid Nunes – Bloco (PFL); Gerson Peres – PPR; Giovanni Queiroz – PDT; Hermínio Calvino – PMDB; Hilário Coimbra – PTB; José Diogo – PPR; Mário Chermont – PP; Mário Martins – PMDB; Osvaldo Melo – PPR; Paulo Rocha – PT; Paulo Titan – PMDB; Socorro Gomes – PCdoB.

Amazonas

Carlos De'Carli – PPR; Ézio Ferreira – Bloco (PFL); Gilberto Miranda – PMDB.

Rondônia

Antônio Morimoto – PPR; Expedito Rafael – PPR; Odacir Soares – PFL; Pascoal Novaes – PSD; Reditário Cassol – PP.

Acre

Adelaide Neri – PMDB; Célia Mendes – PPR; João Maia – PP; João Tota – PPR; Zila Bezerra – PMDB.

Tocantins

Carlos Patrocínio – PFL; Darci Coelho – Bloco (PFL); João Rocha – PFL; Leomar Quintanilha – PPR; Merval Pimenta – PMDB; Moisés Abrão – PPR; Osvaldo Reis – PP; Paulo Mourão – PPR.

Maranhão

Alexandre Costa – PFL; Epitácio Cafeteira – PPR; Eurico Ribeiro – ; Haroldo Sabóia – PT; João Rodolfo – PPR; José Carlos Sabóia – PSB; Magno Bacelar – PDT; Pedro Novais – PSD; Ricardo Murad – PSD.

Ceará

Ariosto Holanda – PSDB; Edson Silva – PDT; Jackson Pereira – PSDB; Luiz Girão – PDT; Maria Luiza Fontenelle – PSTU; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Moroni Torgan – PSDB; Pinheiro Landim – PMDB; Reginaldo Duarte – PSDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Vicente Fialho – Bloco (PFL).

Piauí

B. Sá – PP; Chagas Rodrigues – PSDB; Ciro Nogueira – Bloco (PFL); Hugo Napoleão – PFL; Jesus Tajra – Bloco (PFL); João Henrique – PMDB; José Luiz Maia – PPR; Lucidio Portella – PPR; Murilo Rezende – PMDB; Mussa Demes – Bloco (PFL); Paulo Silva – PSDB.

Rio Grande do Norte

Dario Pereira – PFL; Garibaldi Alves Filho – PMDB; João Faustino – PSDB; Laire Rosado – PMDB; Lavoisier Maia – PDT; Marcos Formiga – PP; Ney Lopes – Bloco (PFL).

Paraíba

Adauto Pereira – Bloco (PFL); Antonio Mariz – PMDB; Efraim Moraes – Bloco (PFL); Francisco Evangelista – PPR; Humberto Lucena – PMDB; Ivan Burity – Bloco (PFL); José Luiz Clerot – PMDB; José Maranhão – PMDB; Lúcia Braga – PDT; Raimundo Lira – PFL.

Pernambuco

Álvaro Ribeiro – PSB; Gilson Machado – Bloco (PFL); Inocêncio Oliveira – Bloco (PFL); Marco Maciel – PFL; Maurílio Ferreira Lima – PSDB; Miguel Arraes – PSB; Ney Maranhão – PRN; Nilson Gibson – PMN; Roberto Franca – PSB; Roberto Freire – PPS; Wilson Campos – PSDB.

Alagoas

Roberto Torres – PTB.

Sergipe

Djenal Gonçalves – PMDB; Everaldo de Oliveira – Bloco (PFL); Francisco Rollemberg – PMN; Lourival Baptista – PFL.

Bahia

Aroldo Cedraz – Bloco (PFL); Beraldo Boaventura – PSDB; Clóvis Assis – PSDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Eraldo Tinoco – Bloco (PFL); Félix Mendonça – PTB; Haroldo Lima – PCdoB; Jabes Ribeiro – PSDB; Jairo Azi – Bloco (PFL); João Almeida – PMDB; Jorge Khoury – Bloco (PFL); Josaphat Marinho – PFL; José Carlos Aleluia – Bloco (PFL); José Falcão – Bloco (PFL); José Lourenço – PPR; Jutahy Magalhães – PSDB; Luís Eduardo – Bloco (PFL); Manoel Castro – Bloco (PFL); Marcos Medrado – PP; Prisco Viana – PPR; Ruy Bacelar – PMDB; Tourinho Dantas – Bloco (PFL); Uldurico Pinto – PSB.

Minas Gerais

Aracely de Paula – Bloco (PFL); Bonifácio de Andrada – PSDB; Camilo Machado – PTB; Elias Murad – PSDB; Fernando Diniz – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Humberto Souto – Bloco (PFL); Israel Pinheiro – PTB; João Paulo – PT; José Rezende – PTB; José Santana de Vasconcelos – Bloco (PFL); Marcos Lima – PMDB; Paulo Delgado – PT; Raul Belém – PP; Roberto Brant – PTB; Romel Anísio – PP; Ronaldo Perim – PMDB; Roman Tito – PMDB; Sérgio Miranda – PCdoB; Tarcísio Delgado – PMDB; Tilden Santiago – PT; Vittorio Mediolì – PSDB; Wagner do Nascimento – PP; Wilson Cunha – PTB.

Espírito Santo

Armando Viola – PMDB; Etevalda Grassi de Menezes – PTB; Gerson Camata – PMDB; Helvécio Castello – PT; João Calmon – PMDB; Jônice Tristão – PFL; Lézio Sathler – PSDB; Nilton Baiano – PMDB; Rita Camata – PMDB.

Rio de Janeiro

Aldir Cabral – Bloco (PFL); Artur da Távola – PSDB; Carlos Alberto Campista – PDT; Carlos Lupi – PDT; Francisco Dornelles – PPR; Francisco Silva – PP; Jair Bolsonaro – PPR; João Mendes – PTB; Laerte Bastos – PSDB; Luiz Salomão – PDT; Marino Clinger – PDT; Messias Soares – PFL; Miro Teixeira – PDT; Nelson Carneiro – PP; Paulo de Almeida – PSD; Paulo Ramos –

PDT; Roberto Campos – PPR; Rubem Medina – Bloco (PFL); Sandra Cavalcanti – PPR; Sérgio Arouca – PPS; Sidney de Miguel – PV; Simão Sessim – PPR.

São Paulo

Alberto Goldman – PMDB; Alberto Haddad – PP; Aldo Rebelo – PCdoB; Armando Pinheiro – PPR; Amaldo Faria de Sá – PPR; Cardoso Alves – PTB; Diogo Nomura – PL; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Suplicy – PT; Euclydes Mello – PRN; Fábio Feldmann – PSDB; Fábio Meireles – PPR; Fausto Rocha – PL; Fernando Henrique Cardoso – PSDB; Florestan Fernandes – PT; Gastone Righi – PTB; Geraldo Alckmin Filho – PSDB; Heitor Franco – PPR; Hélio Bicudo – PT; Hélio Rosas – PMDB; José Aníbal – PSDB; José Genoíno – PT; José Serra – PSDB; Koyu Iha – PSDB; Liberato Caboclo – PDT; Luiz Carlos Santos – PMDB; Luiz Máximo – PSDB; Maluly Netto – Bloco (PFL); Marcelino Romano Machado – PPR; Mário Covas – PSDB; Maurício Najar – Bloco (PFL); Michel Temer – PMDB; Nelson Marquizezelli – PTB; Osvaldo Stecca – PMDB; Pedro Pavão – PPR; Robson Tuma – PL; Tadashi Kuriki – PPR; Walter Nory – PMDB.

Mato Grosso

Augustinho Freitas – PP; João Teixeira – PL; Joaquim Suença – ; Jonas Pinheiro – Bloco (PFL); Júlio Campos – PFL; Louremberg N. Rocha – PPR; Oscar Travasso – PL; Rodrigues de Palma – PTB.

Distrito Federal

Augusto Carvalho – PPS; Chico Vigilante – PT; Jofran Frejat – PP; Maria Laura – PT; Maurício Corrêa – PSDB; Meira Filho – PP; Osório Adriano – Bloco (PFL); Sigmaringa Seixas – PSDB.

Goias

Délio Braz – Bloco (PFL); Haley Margon – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PP; João Natal – PMDB; Maria Valadão – PPR; Mauro Borges – PP; Onofre Quinan – PMDB; Paulo Mandarino – PPR; Pedro Abrão – PTB; Vilmar Rocha – Bloco (PFL); Virmondes Cruvinel – PMDB.

Mato Grosso do Sul

Elísio Curvo – PTB; Flávio Derzi – PP; Nelson Trad – PTB; Valter Pereira – PMDB.

Paraná

Aberlardo Lupion – Bloco (PFL); Affonso Camargo – PPR; Basílio Villani – PPR; Carlos Roberto Massa – PTB; Carlos Scarpelini – PP; Edi Siliprandi – PSD; Élio Dalla-Vecchia – PDT; Homero Oguido – PMDB; Ivãno Guerra – Bloco (PFL); José Eduardo – PTB; José Richa – PSDB; Luciano Pizzatto – Bloco (PFL); Moacir Micheletto – PMDB; Munhoz da Rocha – PSDB; Otto Cunha – PPR; Reinhold Stephanes – Bloco (PFL); Renato Johnsson – PP; Werner Wanderer – Bloco (PFL); Wilson Moreira – PSDB.

Santa Catarina

Ângela Amin – PPR; César Souza – Bloco (PFL); Dejandir Dalpasquale – PMDB; Dércio Knop – PDT; Dirceu Carneiro – PSDB; Hugo Biehl – PPR; Luci Choinacki – PT; Luiz Henrique – PMDB; Nelson Morro – Bloco (PFL); Neuto de Conto – PMDB; Orlando Pacheco – PSD; Paulo Duarte – PPR; Valdir Colatto – PMDB; Vasco Furlan – PPR.

Rio Grande do Sul

Adroaldo Streck – PSDB; Adylson Motta – PPR; Amaury Müller – PDT; Arno Magarinos – PPR; Carlos Cardinal – PDT; Carrion Júnior – PDT; Fernando Carrion – PPR; Fetter Júnior – PPR; Germano Rigotto – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; João de Deus Antunes – PPR; José Fortunati – PT; José Paulo Bisol – PSB; Luís Roberto Ponte – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB;

Nelson Jobim – PMDB; Odacir Klein – PMDB; Osvaldo Bender – PPR; Paulo Paim – PT; Pedro Simon – PMDB; Telmo Kirst – PPR; Victor Faccioni – PPR; Wilson Müller – PDT.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – As listas próprias registram o comparecimento de 310 Srs. Congressistas.

Declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período de Breves Comunicações, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o nobre Congressista Eduardo Jorge.

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, tenho acompanhado as críticas que a área econômica do Governo e o Ministério da Fazenda têm feito aos gastos na área da saúde. Gostaria de mostrar aqui algumas inconsistências dessas críticas, segundo as quais a área da saúde estaria gastando demais. É incrível estarem afirmando isso!

Na realidade, o que acontece, muitas vezes, é compararem-se médias – que os economistas são mestres em manipular – para, de forma sofista, iludir a opinião pública.

Eles acenam com uma tese de que teria havido um aumento muito grande nos gastos com a manutenção do Sistema Único de Saúde, incluindo as AIHs e UCAs, comparando 1992 com 1993.

Em 1992, o Ministério da Saúde gastava com a manutenção do SUS – AIHs e UCAs para os hospitais públicos e privados –, 390 milhões de dólares mensais; em 1993, o gasto teria alcançado 490 milhões de dólares mensais. Acontece que isso é média, e a média de 1993 está sendo contaminada pelo fato de que, em 1992, o Governo Federal deixou de pagar praticamente dois meses, referentes ao exercício de 1992, e os exportou para o ano de 1993. Esses dois meses, importados de 1992 para 1993, entram na média do ano de 1993 e dão a impressão de que o gasto teria aumentado no ano de 1993, se comparado com o ano de 1992.

Na verdade, os gastos estão sendo praticamente os mesmos nos últimos anos da década de 90; e, comparando-se com o final da década de 80, houve uma substancial diminuição dos recursos federais destinados ao Ministério da Saúde, ao Sistema Único de Saúde.

Analisando o Orçamento deste ano de 1994, juntamente com outros Colegas da Comissão de Seguridade Social, dos mais variados partidos, como PSDB, PFL, PPR, PCdoB e outros, lutamos para que aquele Orçamento que o Ministro Fernando Henrique Cardoso nos enviou no final do ano de 1993, que destinava apenas 9 bilhões de dólares para o Ministério da Saúde, fosse minimamente recomposto, para se atingir um patamar semelhante ao do final da década de 80.

Os esforços da Comissão de Seguridade Social conseguiram elevar a proposta do Senador Fernando Henrique Cardoso para a saúde, de 9 bilhões de dólares – que seria um massacre final ao Sistema Único de Saúde –, para 11,4 bilhões de dólares, proposta encaminhada agora pelo Ministro Rubens Ricupero.

Já foi uma melhoria, é inegável, fruto dessa luta de Parlamentares de vários partidos e de vários outros setores da sociedade, como o CONASS, o CONASEMS e as associações populares que estão representadas no Conselho Nacional de Saúde.

No entanto, é preciso que se saiba, especialmente o Relator, Deputado Marcelo Barbieri, que esses 11,4 bilhões de dólares – que já se constituíram num avanço em relação à proposta inicial – ainda são insuficientes.

Tive acesso a um trabalho do Ministério da Saúde, o qual mostra que, na verdade, precisaríamos de mais 1,9 bilhão de dólares para haver um início de recuperação no setor. Precisaríamos passar, portanto, dos 11,4 bilhões de dólares, da proposta do Ministro Rubens Ricupero, para cerca de 13,3 bilhões de dólares,

pois na atual proposta ainda existe defasagem.

Alerto, portanto, o Deputado Marcelo Barbieri, Relator da Comissão de Orçamento, para a defasagem de 1,9 bilhão de dólares que ainda existe para a manutenção do SUS – AIHs e UCAs para hospitais públicos e privados. Ou seja, há uma defasagem de 100 milhões de dólares na área de saneamento; há uma defasagem de 100 milhões de dólares na CEME; há uma defasagem de 100 milhões de dólares na recuperação de hospitais públicos; há uma defasagem de 50 milhões de dólares na área de formação de gestores; e há uma defasagem de 150 milhões de dólares na área de saúde da família, o que dá uma defasagem total de 1,9 bilhão de dólares.

Essa defasagem de 1,9 bilhão de dólares vai ter que ser suprida, e esse valor terá que ser corrigido agora, na votação da Comissão de Orçamento, ou através de créditos suplementares. É preciso que o Congresso Nacional tenha consciência disso.

Para concluir, mesmo aumentando para 11,4 bilhões de dólares o orçamento do Ministério da Saúde, ainda faltam 1,9 bilhão de dólares para que o mesmo se equilibre e se recupere minimamente desse tratamento discriminatório que sofreu nos últimos anos.

Faço este registro porque o mesmo poderá ser útil tanto na Comissão de Orçamento, quando da votação do parecer do Deputado Marcelo Barbieri, como também para reflexão da área econômica, para que vá preparando os créditos suplementares a fim de se equilibrar o orçamento do Ministério da Saúde no ano de 1994.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Nilson Gibson.

O SR. NILSON GIBSON (PMN – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de iniciar minha breve comunicação, gostaria de fazer uma indagação a V. Ex^a.

Ontem, aprovamos, em primeiro turno, uma emenda constitucional – inclusive conversava a respeito com o nobre e ilustre Líder do PMDB, uma das figuras mais representativas que já tivemos neste Congresso – sobre a contratação dos estrangeiros.

Hoje é dia 26. Existe um entendimento, firmado quando da aprovação do Fundo Social de Emergência, de que o prazo fatal em que se encerraria, definitivamente, a Revisão Constitucional seria o dia 31 de maio. Como se exige o prazo de 48 horas para votarmos o segundo turno dessa emenda sobre contratação dos estrangeiros, estou preocupado, pois não teremos quorum para votá-la em segundo turno.

Sr. Presidente, não sei nem se é questão de ordem que estou argüindo, dada minha dificuldade para caracterizar. V. Ex^a é um homem muito inteligente, muito correto, muito hábil e sabe conduzir a Presidência. Não seria de bom alvitre V. Ex^a determinar a verificação de toda a matéria que temos para votar no segundo turno e fazer um esforço muito grande para colocarmos aqui 293 companheiros a fim de votarmos tais matérias no segundo turno? Estou preocupado porque só temos até o dia 31 de maio e não vamos poder passar desse prazo de jeito nenhum, será um óbice. Essa é a minha preocupação. Desejo que V. Ex^a a examine com muito cuidado e cautela, para que não sejamos atropelados de última hora, fazendo uma grande balbúrdia.

Ontem mesmo, Sr. Presidente, fiquei aqui pasmo. Depois de 19 anos nesta Casa, pela primeira vez, vi que havia um requerimento no intuito de se votar em conjunto 3 emendas de assuntos distintos. Esse documento estava nas mãos do Relator e do Presidente. E quando todos os líderes levantaram argüindo a impossibilidade de assim se proceder, a Mesa alegou que aquilo não seria possível, foi apenas uma conversa de liderança. Entretanto, nós sabemos que havia realmente tal requerimento.

Sr. Presidente, esse procedimento não pode ser adotado mais. Nesta Casa deve haver respeito, dignidade e correção. Eu engatinhei, iniciei a minha vida aqui há 19 anos, assim como V. Ex^a, estamos vendo esses horrores aqui, essas indignidades, essas incorreções. Nós, que somos pobres e modestos, temos, realmente, vergonha na cara. Posso dizer que nunca me envolvi em nada ilegal dentro deste Congresso Nacional. Todos têm que me respeitar, sabem disso. Portanto, fico abismado com esse tipo de procedimento.

Sr. Presidente, esta é a minha questão de ordem.

Quero, agora, iniciar o meu pronunciamento.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, temos em Pernambuco o projeto denominado "Vida e Turismo do Capibaribe". Realmente, é um excelente plano de trabalho, efetivamente, difícil de ser executado, mas não impossível.

Sr. Presidente, o projeto é um sonho de todo recifense. O projeto pretende dragar, retificar o traçado do rio Capibaribe, urbanizar suas margens, construir parques e ciclovias paralelas, despoluir, equacionando o problema dos esgotos condominiais que se derramam em suas águas. Seria restabelecer a velha dignidade colonial do rio Capibaribe, o curso límpido, piscoso, botos se exibindo, canoas de pescadores, lembranças dos banheiros famosos de palha, onde o poeta Bandeira teve seu alumbramento, no sertãozinho de Caxangá, em Recife. Apenas um sonho.

Sr. Presidente, o projeto será orçado em 220 milhões de dólares a serem obtidos através dos órgãos federais, e, sobretudo, suas etapas de implementação demorarão vários anos. A ponte Rio/Niterói está aí embelezando o Rio de Janeiro. O Rio Capibaribe é lindo!

Que significa isso? Descontinuidade administrativa. Os governos que se sucederam em Pernambuco, só, excepcionalmente, cuidaram de obras dos antecessores. Não continuaram as obras dos governos anteriores.

Sr. Presidente, realmente, o rio Capibaribe merece um destino melhor. O Mestre Gilberto Freyre, no seu memorável "Nordeste", descreve o processo de degradação dos nossos rios, sob o impacto do economicismo triunfante. Os rios que eram beleza e vida se abastardaram, feridos, pelos detritos industriais. Muitos se transformaram em fios de lama, purulentos, onde as populações ribeirinhas perderam seus camarões, pitus, peixes ricos e múltiplos que lhes permitia um padrão de vida melhor e mais humano.

Tudo isso, hoje, é história, lembrança, talvez, dos mais velhos, restos de um tempo sepultado para sempre pelos nossos erros e ambições.

Sabemos, entretanto, que seria, científica e tecnicamente possível reverter um quadro tão doloroso. Outros países o fizeram: Portugal, França, Inglaterra, onde o Tâmesis é um exemplo como-vedor. A força de vontade do homem, o domínio de suas paixões reinsuflaram vida e poesia ao velho rio Capibaribe, espelho da memória nacional, guardando em suas águas a imagem dos séculos mortos.

Também o Capibaribe? Por que não? Vamos sonhar o primeiro sonho...

Oportunamente, voltaremos ao assunto.

Obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência apenas informa ao Congressista Nilson Gibson que todas as matérias votadas em primeiro turno também o foram em segundo turno, à exceção da Emenda Constitucional nº 7, que está com o prazo aberto até sábado, às 10h30min, para recebimento de emendas, podendo, portanto, ser votada ainda na terça-feira.

O SR. NILSON GIBSON – Foi a ela que eu me referi, Sr. Presidente. E solicitei a V. Ex^a, porque sei que V. Ex^a é muito or-

ganizado, é um homem muito tarimbado, muito hábil. Então, é preciso, realmente, resolver esse problema, porque o serviço está malfeito. Cá entre nós, muito malfeito.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência concede a palavra ao nobre Congressista Victor Faccioni.

O SR. VICTOR FACCIONI (PPR 196 RS Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, venho à tribuna, mais uma vez, para alertar o Governo sobre o grave desdobramento do problema do endividamento da agricultura brasileira. E o faço numa sessão do Congresso Revisor, porquanto o Congresso Nacional e, antes dele, o Congresso Revisor, votou o ajuste fiscal, e este substituiu a reforma tributária, impedindo-a. O ajuste fiscal veio sobrecarregar, ainda mais, a pesada carga tributária nacional, especialmente na área agrícola, a da produção de alimentos influenciando, conseqüentemente, no custo de vida.

Ora, o endividamento agrícola tem muito a ver com isso também, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas. Mas, depois disso, o Congresso Nacional votou a Medida Provisória que regula a URV em desdobramento, e esta medida vai provocar um novo descasamento da dívida dos agricultores. O Governo se negou a aceitar uma emenda de minha autoria – aprovada pela Comissão de Agricultura, recomendada pelo nobre Congressista Odacir Klein, que presidiu um grupo de trabalho da Comissão de Agricultura sobre as conseqüências da Medida Provisória da URV no endividamento agrícola –, depois de ter dito que iria aceitá-la. A emenda limitava os juros bancários do crédito agrícola, a partir do real, a níveis não superiores aos níveis dos juros do crédito agrícola praticados na safra 1993/94, o que nos dá a entender que pretende cobrar juros superiores e impossíveis de serem suportados pela agricultura brasileira.

A carga tributária que foi acrescida vem se somar aos problemas do descasamento da URV com a TR na Medida Provisória. A carga tributária que foi acrescida vem se somar aos problemas do descasamento da URV com a TR, vem onerar ainda mais o custo de vida e a elevação do preço final dos alimentos.

Enquanto na Espanha no preço final dos alimentos cerca de 5% é carga tributária, na França, cerca de 6%, na Inglaterra, 0%, no Brasil é cerca de 32%, correspondente a impostos.

Isto antes do ajuste fiscal, calculemos depois dele, que elevou a carga tributária, de 24% do Produto Interno Bruto, a 28%. São 28% do que é arrecadado, porque se fosse computada mais a sonegação chegaríamos ao absurdo de mais de 60% da renda interna nacional.

Não se vai acabar com a sonegação, e não se acabando com ela não se terá extinguido a concorrência desleal do produtor e do comerciante que sonega, contra o produtor e o comerciante que não sonega. E não se vai resolver o impasse que estamos vivendo.

O mesmo Governo que voltou atrás em um compromisso que havia assumido com a Comissão de Agricultura, de acolher a emenda ao art. 16 que eu havia apresentado à Medida Provisória da URV, agora também está voltando atrás em todas as negociações que já haviam avançado no que diz respeito à correção do impasse da dívida agrícola, do estoque da dívida agrícola.

Quando o Ministro Guazzelli assumiu a Pasta da Agricultura e passou a coordenar e a ser o interlocutor do Governo, por designação do Presidente da República, não só como Ministro, mas também como coordenador da implementação da dívida agrícola, passou S. Ex^a a anunciar um elenco de medidas dentro do cômputo geral das recomendações da CPI. Depois disso, o Ministro Fernando Henrique Cardoso veio à Comissão de Agricultura e desconversou, tangenciou, mas deixou para o Ministro, que continuava na reunião, exatamente Sinval Guazzelli, da Pasta da Agricultura, a

incumbência de prestar melhores informações a respeito das posições do Governo. E ouvimos de S. Ex^a a confirmação de um elenco de propostas e medidas, parte do elenco global que a CPI propunha.

Convocamos o Ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, que solicitou, por intermédio de seu colega Sinval Guazzelli, que a Comissão adiasse a convocação por uma semana, porque ele poderia trazer a solução para o impasse. Adida a convocação, o que aconteceu? O Ministro não compareceu mais à Comissão e sua equipe técnica, a começar pelo seu chefe de gabinete, Embaixador Sérgio Amaral, de seu secretário de política econômica e dos seus diretores do Banco Central e do Banco do Brasil, todos estão voltando atrás com relação a tudo quanto havia sido acertado, a tudo quanto havia sido confirmado como providências a serem adotadas, confirmado pelo Ministro da Agricultura perante a Comissão de Finanças do Senado e perante a Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados.

Ora, Sr. Presidente, faça aqui um alerta quanto a esse problema porque esse impasse não pode perdurar. A situação ainda agravou-se mais com outros problemas, como elevação dos juros, novo descasamento da medida provisória, aumento da carga tributária. Isso vai prejudicar o Plano de Estabilização Econômica, vai prejudicar a economia nacional, pois vai gerar mais desemprego no campo, mais impasse em um setor fundamental para a economia.

Sr. Presidente, concluindo, rogo que seja transcrito nos Anais desta Casa, como parte integrante deste pronunciamento, um artigo de autoria de João Salvador Souza Jardim, que se diz apenas agricultor, mas que, na verdade, é um dos grandes ex-Secretários da Agricultura do Rio Grande do Sul, intitulado "A Agricultura e o Congresso Nacional", do *Jornal do Commercio*, de Porto Alegre, terça-feira, 24 de maio de 1994. Exalto o descortino e a visão do articulista.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. VICTOR FACCIONI EM SEU PRONUNCIAMENTO:

Agricultura e o Congresso Nacional

João Salvador Souza Jardim, agricultor

É da excelência da democracia o fortalecimento do Parlamento como autêntico representante das verdadeiras aspirações sociais.

A agricultura brasileira, passando por dificuldades graves, e por representar social e economicamente expressivo contingente humano, por serem legítimas, devidas e insofismáveis as suas aspirações, encontra no Congresso Nacional abrigo e foro para discutir e encaminhar soluções definitivas.

Vale dizer, é o Congresso, em especial a Câmara, pela sua Comissão de Agricultura, quem vai daqui para frente delinear, debater e encaminhar ao Poder Executivo e à sociedade, o que interessa ter a classe rural, resolvido.

É interessante evidenciar, que das legislaturas pretéritas para cá, dificilmente se contaria, como tão lúcida, destemida e operante Bancada Parlamentar ligada aos feitos da agricultura, como a atual Comissão de Agricultura da Câmara Federal.

A ela agregam-se inúmeros senadores, não menos diligentes e fiéis lidadores pela causa do homem do campo.

O que não deixa de ser gratificante, em face do desgaste que o Parlamento vem sofrendo por problemas soberanamente do conhecimento geral.

O cerne das dificuldades que afligem o agricultor residem: no descumprimento por parte do Executivo, da Legislação Perti-

nente a preços mínimos, juros contratuais, formação de estoques reguladores, importação de alimentos, e o que mais avulta, a não equivalência financiamento – produto, com exceção feita ao pequeno produtor.

O Congresso pela Comissão de Agricultura, se constitui na Defensoria Pública do agrobrazileiro, na medida em que persistir buscando soluções e consolidando procedimentos, absolutamente imprescindíveis.

Como o Brasil não possui um plano agrícola duradouro, o que é inexplicável pela sua dimensão como País e como Nação populosa, vamos à luta para, prestigiando o Parlamento, conseguir o que até agora não conseguimos: reverter a inexplorável transferência da renda do campo para a urbe, mais precisamente, para o setor financeiro, numa projeção de 23 bilhões de dólares nos últimos anos, segundo consta no relatório conclusivo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI).

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Expedito Rafael.

O SR. EXPEDITO RAFAEL (PPR-RO) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, ocupo esta tribuna para destacar, nesta Casa, tudo que ocorre no cenário do pequeno universo em que vivo hoje.

Brasília, Capital da República, talvez uma das melhores cidades do Brasil, dispõe de uma das melhores estruturas físicas – asfaltamento, residências, saneamento básico, educação e saúde. Noto uma grande discrepância quando comparo Brasília com nossa Capital, Porto Velho. A diferença é grande e marcante, ainda mais quando conversamos com as pessoas.

Em Brasília, apesar de tantos benefícios, encontrei um dos povos mais revoltados do Brasil. Nas andanças nas ruas, observo que o povo fala mal do político, do Presidente, de tudo que existe e esquece de ver a sua situação, as condições favoráveis de que dispõe.

Quando chego à nossa Porto Velho, ao meu Ouro Preto do Oeste, mesmo com todas aquelas dificuldades, como calor e falta de energia, o povo sorri e se cumprimenta. Existe ânimo, esperança e satisfação.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, deveria haver uma melhor distribuição dos recursos na nossa Nação brasileira. Se aqui existe tanta revolta, que sejam diminuídos os recursos destinados a esta cidade, transferidos para a nossa Rondônia, para o Nordeste, para as regiões onde há brasileiros que ainda vivem com a esperança de um Brasil melhor.

Sr. Presidente, no Rio de Janeiro, onde nasci, à época Distrito Federal, naquele tempo todos os cariocas recebiam os Parlamentares do Brasil inteiro de braços abertos, com amizade, carinho e alegria.

Gostaria que nesta nossa Capital da República ocorresse o mesmo. Aqui, deveria existir o espírito de acolhimento a todos os Congressistas do Brasil, pois o povo daqui conta com muitas mordomias. Na verdade, não são mordomias, porque o povo brasileiro merece melhores condições de vida, assim como nós, em Rondônia.

O povo merece transporte, educação, saúde, habitação. Nós não temos, mas também merecemos. No Norte, o povo tem alegria. E, infelizmente, na nossa Brasília eu acho que essa alegria acabou.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Chico Vigilante.

O SR. CHICO VIGILANTE (PT-DF) Pronuncia o seguinte

discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, não iria, neste instante, falar de Brasília, mas depois de ouvir o nobre Deputado Expedito Rafael, que está há pouco tempo no Distrito Federal, gostaria de convidar S. Ex^a para uma visita a algumas cidades-satélites, como Santa Maria, Samambaia, Vila Roriz, Riacho Fundo, Ceilândia, Extensão do Setor O.

S. Ex^a, certamente, verificará que essas cidades são idênticas a sua Ouro Preto do Oeste e a outras lá de Rondônia. São cidades sem nenhuma infra-estrutura, onde não há hospitais, onde a violência campeia.

Santa Maria, por exemplo, nobre Deputado, tem 160 mil habitantes e não tem um hospital sequer, contando somente com uma delegacia de polícia, desaparelhada, não deixando nada a dever à Baixada Fluminense. Samambaia tem mais de 200 mil habitantes e também não tem hospital, contando também só com uma delegacia de polícia, cujos carros sequer têm rádio de comunicação. Lá há pesadas quadrilhas de traficantes de drogas, mas há também quadrilhas de assaltantes de botijão de gás, de bicicletas, de rádios de pilhas, de telhas. Chegou-se ao ponto de um dia transportarem um barraco inteiro de uma dona de casa, que saiu e quando voltou não encontrou nada, somente o chão, pois os assaltantes haviam levado tudo.

Esta é a realidade de Brasília, que precisa de mais recursos, sim. Até porque se o Governo Federal não destinar mais recursos e se o governo local não aplicá-los corretamente, daqui a alguns dias não será somente a população que vai sofrer, os próprios deputados ficarão impossibilitados de circular nesta cidade.

Há alguns dias, a Deputada Etevalda Dias foi assaltada na Torre de Televisão, por bandidos armados de metralhadora, às 4 horas da tarde. Esta é a Brasília que as autoridades não vêem, pois chegam ao aeroporto, tomam um carro e vão direto para um hotel ou mesmo para a Câmara dos Deputados. O trajeto é muito bonito. Mas se V. Ex^a, no mês de agosto, subir ao décimo andar do anexo IV da Câmara Federal, vai ver um poeirão, um vermelhão. É só poeira, por falta de infra-estrutura naquela cidade. Portanto, Brasília precisa, sim, de mais recursos.

Sr. Presidente, nós fazemos a defesa permanente desta cidade. Se a população está revoltada, tem motivos para isso, porque os servidores públicos sofreram um brutal arrocho salarial em seus vencimentos. Esta também é uma cidade de serviços, onde há milhares de servidores públicos, que estão passando dificuldades, inclusive aqui dentro da Câmara. Para quem imagina que os funcionários da Câmara são marajás, a realidade é outra, especialmente para os secretários parlamentares, que vivem na miséria, vivem passando fome. E ainda há deputado que divide a GAL, que é para o servidor, que está lá na folha de pagamento como sendo para o servidor e bota no bolso dele. Dá a idéia de que o servidor recebeu. E está me dizendo o Deputado Jair Bolsonaro que existe deputado que também toma o tíquete refeição do funcionário. A que ponto que chegamos, não é? Isto é Brasília.

Sr. Presidente, faço essas considerações para mostrar a dura realidade da nossa cidade e a necessidade que temos de continuar fazendo a defesa dos recursos para Brasília.

Para concluir, Sr. Presidente, vou tratar do assunto para o qual me inscrevi para falar, que é a Revisão Constitucional. Em primeiro lugar, quero parabenizar V. Ex^a pela coragem de ficar aqui o dia inteiro insistindo, batalhando, brigando, para que a sessão dê quorum. Creio que no final, quando nós sepultarmos definitivamente a Revisão Constitucional, todos nós – aqueles que estão aqui junto com V. Ex^a – devíamos nos reunir para prestar uma homenagem a V. Ex^a, pela sua santa teimosia, no bom sentido, pela sua pertinácia.

Quereria propor ao Presidente do Congresso Revisor, Senador

Humberto Lucena, que antes que caia um desânimo sobre V. Ex^a, inclusive de abandonar isto aqui, que convencesse os líderes, inclusive o do meu Partido, que continuam se reunindo, para ver que fim darão à Revisão Constitucional, no sentido de sepultarmos, se possível ainda esta semana, esse processo revisor e entrarmos no funcionamento normal da Casa, Câmara e Senado.

Há muito para ser feito. Esta Revisão definitivamente não dá certo, e quero poupar V. Ex^a desse desgaste físico e emocional de ficar aqui o tempo todo, enfrentando um plenário vazio e presidindo uma sessão que nunca dá quorum.

Sei do sofrimento de V. Ex^a, e pelo respeito que tenho a V. Ex^a, neste instante, apelo ao Presidente e aos líderes partidários para que, junto conosco, poupem V. Ex^a desse sacrifício, determinando imediatamente o fim da Revisão Constitucional e deixando-a para 1995, com o novo Congresso. Se há alterações e ajustes a serem feitos na Constituição, que o façamos através de emenda ordinária, com debate aqui no plenário. Vamos emendar através de emendas ordinárias.

É este o apelo que faço ao Presidente Humberto Lucena e às lideranças partidárias, no sentido de que esta semana encerremos definitivamente essa história de Revisão Constitucional e entremos na pauta normal da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Sr. Presidente, mais uma vez parabeno V. Ex^a pela garra que tem tido de tentar levar o processo revisor à frente. Reconheço que é cumprimento do dever, e passei a admirar V. Ex^a por isso, pela maneira como se porta no cumprimento de um dever que lhe foi atribuído, mas que, infelizmente, não tem tido a colaboração desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência agradece as referências generosas do Deputado Chico Vigilante, mas está apenas cumprindo a sua obrigação.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Clóvis Assis.

(Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Congressista Antônio Morimoto.

O SR. ANTÔNIO MORIMOTO (PPR-RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Congressistas, sempre considerei a missão revisora atribuída pelo art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias a esta legislatura como a missão mais importante. E sempre trabalhei neste sentido, não só me manifestando desta tribuna, mas, o que é mais importante, fazendo-me presente nas datas, nos dias em que, ao longo de vários meses, estavam pautadas as várias matérias para serem deliberadas pelo Congresso Revisor.

Os Anais desta Casa vão poder provar a minha presença efetiva, não só no discurso, mas na presença física, para que nós tivéssemos a possibilidade de cumprir a missão mais importante deste Congresso, nesta legislatura.

Infelizmente, por razões várias, a Revisão está morta, faltando apenas o atestado de óbito oficial e o sepultamento numa cova profunda. Eu não entendo as razões pelas quais não houve a Revisão. Não consigo entendê-las. Não sei se V. Ex^a consegue entendê-las, eu não consegui. Talvez seja a falta de uma liderança do porte do saudoso Ulysses Guimarães, o Sr. Diretas Já, que comandou com garra e civismo a elaboração da Constituição de 1988, que esteja fazendo com que esta Revisão seja um fracasso.

Provavelmente, Sr. Presidente, Ulysses Guimarães, de quem sentimos a presença, com seu olhar aguçado e penetrante, como a nos incentivar das profundezas do Oceano Atlântico, esteja chorando, lamentando o triste fim do Congresso Revisor.

Creio, Sr. Presidente, que aqui nesta Casa as lideranças procuram receber os louros das grandes vitórias, e nós que estamos na

plâncie assumimos os fracassos, as mazelas. O povo, certamente, não conhece o mecanismo de funcionamento desta Casa. As lideranças partidárias, com todas as forças que detêm em suas mãos, têm grande responsabilidade pelo fracasso desta Revisão. E temos que assumir isso, porque nas próximas eleições a população irá cobrar o motivo pelo qual não conseguimos fazer a Revisão. Temos que explicar, cada um a sua maneira, a seu modo o fracasso revisional e assumir sua responsabilidade perante o tribunal da opinião pública e perante a história brasileira.

Ainda, agora, no final desta Revisão, algumas lideranças estão reunidas para discutir a prorrogação da Revisão ou a atribuição ao Congresso ordinário de rever a Carta de 88, o que é imperativo para tirar o Estado brasileiro do gesso em que se contém, possibilitando o desenvolvimento do País através de reformas na Ordem Econômica, Tributária e Financeira e garantir aquilo que é o mais importante, a criação de empregos para todos aqueles brasileiros que estão à margem do processo desenvolvimentista nacional.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero deixar meu ponto de vista quanto a esses expedientes, os quais chamaria de artimanhas para atribuir ao Congresso ordinário poderes revisionais para promover uma revisão de mentira, com assuntos menores.

Sei que há requerimento no sentido de prorrogar ou de dar atribuições ao Congresso a ser eleito para fazer a Revisão da nossa Carta Magna. Tal requerimento é de constitucionalidade duvidosa porque este Congresso, que tem atribuições para fazer a Revisão, não as tem para delegar essa função ao próximo Parlamento.

Portanto, firmo meu ponto de vista contrário a se falsear a imagem desta Casa. Cada um deve assumir como pode ou quer sua responsabilidade perante a História do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre congressista Jair Bolsonaro.

O SR. JAIR BOLSONARO (PPR-RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente queria louvar a paciência de V. Ex^a, já que estamos no final da Revisão Constitucional, pela maneira como conduziu os trabalhos, com a sua perseverança, competência e, principalmente, assiduidade. Acrescento, respeitosamente, que V. Ex^a tem uma paciência de Jó, porque tem aturado muita coisa nesta Casa e assim mesmo em nenhuma oportunidade perdeu a linha na condução dos trabalhos.

Lamento também no fim da Revisão Constitucional o fato de que, com toda certeza, não iremos apreciar a emenda de V. Ex^a que visa à desvinculação dos servidores civis dos servidores militares da União, porque essas duas classes nada têm a ver uma com a outra, as peculiaridades são mais do que particularidades entre elas. E até me assusta o fato de alguns poucos parlamentares serem contrários à emenda do nobre companheiro Adylson Motta. S. Ex^{as} justificam que são contrários porque não querem prejudicar os militares.

Assim sendo, se a preocupação for essa, esclareço que os ministros militares, apesar de não ser seu porta-voz, a tropa, como um todo, e eu, como militar da reserva do nosso querido Exército Brasileiro, somos favoráveis a essa separação. Essa separação, essa desvinculação ou divórcio virá, então, para acabar com os conflitos, porque é muito difícil hoje se concederem aumentos a quem quer que seja, sem que se possa estendê-los a outros mais aquinhoados ou mais privilegiados.

Agora, o possível fim da Revisão, particularmente para os militares, não é de todo mal, porque pretendemos, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, indicar alguns colegas para disputar as vagas da Câmara Federal em alguns Estados do Brasil. Temos um companheiro que é capitão e o estamos indicando candidato pelo Rio

Grande do Sul, caso contrário teríamos o máximo prazer – se V. Ex^a concordasse, é lógico – em apoiar a sua reeleição, apesar de V. Ex^a não ser um militar, tenho certeza, seria muito útil para a nossa classe e para o Brasil.

Temos, também, um candidato no Mato Grosso do Sul e um tenente da ativa do Exército em São Paulo. Pretendemos, então, quem sabe, elegê-los, e só então, com um pouco mais de força nesta Casa e com mais companheiros com conhecimento profundo das causas militares, poderemos bem conduzir os assuntos atinentes à nossa classe por ocasião da Revisão, caso ela venha a se realizar no ano que vem.

Lamento também, Sr. Presidente, que, desde o início do ano até o presente momento, tenhamos perdido tempo nesta Casa ao tentar fazer uma Revisão, que não teve o apoio da maioria. Ou eu poderia dizer, para ser mais claro, que a maioria concordou, mas não quis participar, por motivos, talvez eleitores, de quererem permanecer em suas bases.

Também, por ocasião do plano econômico do Governo, aqui ficamos quase que paralisados durante esses cinco meses de 1994. E não pudemos, então, discutir assuntos mais importantes para o Brasil, como, por exemplo, a reserva Yanomâmi.

Temos um projeto de decreto legislativo que visa a tornar sem efeito aquela portaria, que chamo de "Portaria PC", assinada pelo então Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, e pelo Presidente Fernando Collor de Mello – "P" de Passarinho e "C" de Collor – porque entendo que, mais cedo ou mais tarde, na situação em que está o País, venhamos a perder a imensidão daquele território.

Outro assunto muito importante que deixamos de tratar – e creio que é até mais importante do que esse –, é sobre uma política de controle de natalidade, paternidade responsável ou até planejamento familiar. Este último, pelo que me consta, está incluído na campanha presidencial do nobre companheiro Esperidião Amin, que farei todo o possível para que chegue ao segundo turno, porque o vejo como um dos poucos candidatos com condições morais e de competência para esse fim.

O controle de natalidade é muito importante. O nobre Colega Chico Vigilante, agora há pouco, falou muito bem a respeito, quando se referiu à miséria que campeia nas cidades satélites, no entorno de Brasília.

Vejo o meu próprio Estado, o Rio de Janeiro, abandonado à própria sorte por um governador corrupto, imoral, conivente com tudo o que acontece naquela cidade. Principalmente, ao arrasar, ao arrebentar os polícias militares e civis com baixos salários, obriga-os a sobreviver junto à marginalidade.

Entendo que, apenas através de uma política de controle de natalidade efetiva, poderemos ter esperança para que, na virada do século, erradiquemos a fome e a miséria deste País.

Este é o meu posicionamento.

Obrigado e parabéns, Sr. Presidente, pela condução dos trabalhos!

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência agradece as palavras generosas do nobre Congressista Jair Bolsonaro.

Concedo a palavra à nobre Congressista Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ) (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em primeiro lugar, eu gostaria de discordar de algumas vozes deste Plenário que estão frustradas com o término da Revisão Constitucional.

Quero dizer a V. Ex^a que, tendo participado do grupo dos "contras", estou comemorando o fim da Revisão Constitucional, por entendê-la ilegítima, injurídica e, fundamentalmente, desenhada contra os interesses da sociedade brasileira.

Entendo que a impossibilidade de cumprir a pauta, que tirou questões como a da Previdência Social, como os direitos fundamentais dos trabalhadores e toda a Ordem Econômica, mantendo algumas questões importantes de melhoria do Texto Constitucional, não se deu em função dos "contras" que, quando fazem um acordo, cumprem-no. Isso se deu, sim, pela discordância, pela insatisfação ou pelo descumprimento de acordo daqueles que, Revisores desse texto, não aceitaram a inexistência de determinados assuntos na pauta e não só tentaram obstruir como se ausentaram do plenário, sendo, estes, sim, os verdadeiros gazeteiros, e não aqueles que obstruíram, mas que estiveram no plenário durante todo o tempo.

Sr. Presidente, eu gostaria de ocupar a tribuna do Congresso Nacional para tornar pública uma denúncia que considero da mais alta relevância, qual seja, uma cobrança ao Ministério das Comunicações.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos tem, dentro do Ministério das Comunicações, o resultado, até hoje não conhecido nem pelo Parlamento, nem pelos trabalhadores da empresa e nem pela sociedade, de uma comissão de inquérito que foi instalada para apurar denúncias de fundamentalmente um funcionário, um trabalhador desta empresa, chamado José Almir de Barros.

Este cidadão encaminhou as denúncias ao Presidente da República e ao Ministro das Comunicações, que, por sua vez, cientificaram a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, particularmente, a Direção Regional do Rio de Janeiro sobre o ocorrido.

E pasme, Sr. Presidente, que, em resposta à denúncia, ao invés de enfrentar o problema e demitir os responsáveis pelas fraudes, houve demissão dos funcionários que fizeram as denúncias!

José Almir de Barros e Marcos Antônio do Nascimento são funcionários sindicalizados e, portanto, são detentores de estabilidade. Trabalharam no sentido da preservação da empresa e do patrimônio público, fazendo uma denúncia ao Governo para que fraudes não permanecessem naquela empresa.

Citarei apenas duas linhas de fraudes dentro dessa empresa. A primeira, na área de saúde, em relação ao atendimento no Departamento Médico da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, na Direção Regional do Rio de Janeiro, onde médicos eram proprietários de clínicas conveniadas com a própria empresa. Portanto, recebiam duplamente o dinheiro público para este atendimento.

Foram arroladas inclusive clínicas, como a Clínica de Três Rios, de Leonildo Tavares da Silva, médico da empresa, e a Clínica Botafogo, de Ronaldo Martins da Costa.

Além disso, Sr. Presidente, uma outra linha de denúncia se deu no campo da própria falsidade ideológica do atual diretor regional da empresa, que não foi inclusive nomeado na gestão Itamar Franco, mas já vem da gestão Collor de Melo, que é o Sr. Alexandre Carlos Pinheiro Fernandes, e o gerente de operações postais, Sr. Ricardó da Silva Pinheiro. Este diretor regional, para ocupar o cargo, afirmou, inclusive, possuir curso superior, embora conste que não o possuía, segundo declaração da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O Poder Executivo tomou conhecimento das irregularidades, abriu uma comissão de inquérito para que as denúncias fossem apuradas e, até hoje, a única providência tomada foi a demissão de dois trabalhadores com mandato sindical por terem sido autores da denúncia. O Ministério das Comunicações, provocado por mim, ligou para o meu gabinete para perguntar dados do processo! Quer dizer, trata-se de um processo que já está no Ministério e cujas conclusões já deveriam ter sido divulgadas para os trabalhadores, para nós, que estamos reivindicando esses dados, e para a própria sociedade.

Esse fato demonstra, mais uma vez, como é o trato da coisa pública e como o problema da fraude e da corrupção está sendo enfrentado neste País: os denunciadores são demitidos, os corruptos permanecem e a administração finge que quer moralizar o trato da coisa pública!

Sr. Presidente, quero que o Ministério das Comunicações tome providências claras a respeito, não apenas pregando as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito e demitindo o Diretor Regional da ECT do Rio de Janeiro – um corrupto, um fraudador do patrimônio público –, mas também readmitindo os servidores que, numa atitude honesta e isenta, no sentido de fazer com que a empresa apurasse as fraudes, foram sumariamente demitidos.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de conduzir essa questão por este microfone, porque, via ofícios, via gabinete e via contatos diretos com o Ministério, a questão não evoluiu.

É importante que essa denúncia seja feita publicamente, da tribuna do Congresso Nacional, e que cheque ao Ministério das Comunicações, para que eles mostrem claramente de que forma tratarão a questão das fraudes na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e se vão realmente retirar daquela entidade o fraudador – o diretor regional – e se vão readmitir os servidores públicos que fizeram as denúncias, numa atitude de alto compromisso público e de defesa do patrimônio público.

Quero deixar registrada essa denúncia, a cobrança ao Ministério das Comunicações e a exigência óbvia de que esta Casa, caminho transparente das denúncias, possa merecer a consideração do Poder Executivo deste País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista José Abrão.

O SR. JOSÉ ABRÃO (PSDB-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Congressistas, quem participou da decisão estabelecida no art. 3º do Ato das Disposições Transitórias, de determinar a data para a realização da Revisão Constitucional, tem a responsabilidade para com o seu País e para com seus Pares de externar uma posição pessoal. Eu a farei, ainda que não esteja refletindo a posição da Bancada de meu Partido, pois vejo com preocupação a questão de se preestabelecer novamente uma data para a Revisão Constitucional.

Muitos foram os problemas que resultaram na não- produtividade da revisão prevista na Carta de 1988. Alguns são conhecidos objetivamente: o escândalo da CPMI do Orçamento, o início de um processo eleitoral que não vivemos no País há 50 anos – eleições para Presidência da República, Governadores, Senadores, Deputados Estaduais e Federais. Mas, deixando de lado motivos que não podem ser publicados, há certamente uma questão de natureza técnica que deveríamos reconhecer: a elaboração de uma Constituição ou uma Revisão Constitucional só pode acontecer quando há predominância de uma corrente de opinião, de uma corrente ideológica, de uma corrente administrativa, o que hoje não se constata no Parlamento brasileiro.

Não devemos procurar mais motivos, porque esses são motivos palpáveis. Ora, prever-se uma nova Revisão sem saber qual será o quadro político da época, corre-se o risco de não se chegar à conclusão nenhuma.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Congressistas, levanto outra questão preocupante: os jornais da semana passada noticiaram que os supermercados estavam, por precaução, remarcando preços – segundo eles – preventivamente. Trata-se de um escândalo, de um absurdo, de uma irresponsabilidade!

Com a mesma impressão de que há imensa irresponsabili-

dade, li nos jornais de hoje que os bancos vão estabelecer tabela de preços para os seus serviços. Segundo essas notícias, estaria havendo um consenso dentro da equipe econômica dentro do Banco Central, de apoiar a existência de uma tabela dos serviços dos bancos, porque, "coitadinhos, eles vão sofrer muito com a nova política de estabilização do Governo".

Sr. Presidente, não se admite nem sequer imaginar que eles podem perder. Apenas para efeito de raciocínio, supondo que alguém pode perder, é hora de cada um, que ganhou muito desde o processo de 1964, devolver um pouco desse ganho ao povo brasileiro. Certamente, quem encabeça essa lista são os banqueiros, que não se podem furtar desse atitude nesse momento.

Não acredito na história de que os banqueiros vão deixar de ganhar; eles sempre dão um jeitinho, arrumam uma maneira de continuar faturando alto, uma vez que este é um País que propiciou o paraíso para a atividade banqueira, para a atividade não produtiva, para a atividade financeira.

Não podemos admitir esse tipo de manobra, seja de supermercados, seja de banqueiros, que visa tirar vantagens num momento de busca à estabilidade. Todos os que ganharam devem congelar seus lucros e partir para uma nova etapa.

Mas se os que ganharam muito quiserem acautelar-se para lucros a posteriori, certamente o povo brasileiro pagará por isso. Não podemos compactuar com essa atitude.

Era o registro que eu queria fazer, Sr. Presidente, agradecendo a gentileza de V. Exª em permitir que eu me pronunciasse antes do encerramento da sessão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PPR-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Congressistas, chegamos ao final do período de Revisão Constitucional sem que tivéssemos produzido nada de prático. E, agora, trabalha-se nos bastidores no sentido haver uma nova Revisão a partir do ano de 1995.

Noventa e cinco é um número meio cabalístico, até porque um dos motivos pelos quais eu me posicionava contrário à Revisão Constitucional era a possibilidade da reforma do sistema de aposentadoria atual. A proposta era a chamada "Fórmula 95", uma verdadeira excrecência.

Segundo a proposta, deveria haver um somatório de 95 anos para a aposentadoria. Ou seja: uma pessoa de 70 anos de idade que comprovasse 20 anos de trabalho não poderia aposentar-se, porque o somatório seria 90, e não 95. O mesmo ocorreria com um cidadão de 60 anos de idade e 30 anos de anos de trabalho.

Essa situação é estranha e leva em conta apenas a ordem numérica, matemática. Não sei se o autor da idéia admitiu que, quando a pessoa tem 30 ou 35 anos de trabalho, ela pensa em somar o tempo corrido. Ou será que ele se esqueceu do tempo que a pessoa ficou desempregada, ou sem registro, o tempo que esteve em subemprego? Segundo a proposta, tudo isso não seria contado, não seria somado.

Um cidadão, teoricamente, com 35 anos de trabalho tem, na sua carteira de trabalho, ao fazer a contagem de tempo, pouco mais de 20 anos potencialmente trabalhados.

Não se pode chegar à tal "Fórmula 95". Ela, efetivamente, excluiria dos possíveis aposentáveis um grande número de pessoas.

A meu ver, os problemas da Previdência não estão aí; estão na sua gestão e na sua administração.

Há outro detalhe: hoje temos cerca de 15 milhões de pessoas atendidas pela Previdência Social. Desse total, 5 milhões são

beneficiários da Renda Mensal Vitalícia. Pouca gente sabe o que é Renda Mensal Vitalícia: são aqueles benefícios concedidos a pessoas que, ao atingir 70 anos de idade, não têm outro tipo de benefício; passam a ter direito a um salário mínimo. Só que esse benefício não é de previdência social, e sim de assistência social. Logo, o atendimento deveria ser prestado pela Assistência Social, e não pela Previdência Social. Com essa medida, seria reduzido grandemente o número de pagamentos da Previdência Social.

Mas tudo isso é orquestrado; tudo isso é preparado. Preparado para quê? Para que seja criada a tal previdência privada. Há o jogo de interesses dos "urubus", que estão esperando o momento para atacar e criar, através dos grandes conglomerados financeiros, a chamada previdência privada.

Contudo, as pessoas parecem não ter memória. Há algum tempo, havia o GBOEX, a CAPEMI, montepios das famílias de militares – e outros, nos quais as pessoas acreditaram. Hoje recebem o quê? Nada. Nada. A pessoa vai resgatar o seu Fundo de Previdência e lá tem 10 cruzeiros para receber. Não vejo por parte da SUSEPE – Superintendência de Seguros Privados, que é responsável por isso, nenhuma atitude contra essas entidades que lesaram o cidadão e ainda se vêm com o mesmo caldo para criar novamente a tal da previdência privada. Isso sem falar nas "PRE-VI" da vida de um e outro banco, que estão proliferando por aí, vendendo ilusão.

A Previdência, mediante a tal "Fórmula 95", avocou para si a responsabilidade dos benefícios até um determinado limite de salários; a partir daí, dever-se-ia recorrer à previdência privada. Por quê? Porque, na verdade, há interesses econômicos por trás de tudo isso.

Espero que efetivamente essa tal "Fórmula 95" não prospere, e que, se em 1995, caso haja uma nova Revisão Constitucional, os doutos saibam que aqui estaremos para brigar contra essa história de jogar para a área privada o que é da social.

A Previdência Social não pode jamais ser utilizada com esse interesse privado. Essa tal "Fórmula 95" só pode ter sido proposta por algum "iluminado" que nunca pegou no batente a cada dia, para saber como é difícil a pessoa comprovar 30 ou 35 anos de trabalho ou chegar aos 60 ou 65 anos de idade – dependendo do contexto – homem ou mulher, para poder pleitear o seu benefício.

Tentou-se, no final do ano passado, executar uma medida provisória, reeditada várias vezes. Finalmente, o Congresso acabou capitulando, pondo fim ao abono de permanência, chamado "pé-na-cova", e também com o pecúlio. Essas medidas são, no mínimo, burras, porque o abono de permanência era ponto que a Previdência tinha ganho. O que é abono de permanência? A pessoa já tendo o direito de se aposentar, com 80% ou com 100%, não fazia o seu pedido de aposentadoria, pedia o abono de permanência e recebia apenas 20%. Então, quem tem direito de receber 100 ou 80%, recebe 20%. Alguém está ganhando 60 ou 80%. E quem estava ganhando isso era a Previdência. Acabaram com o abono de permanência. Acabaram também com o pecúlio. O que era o pecúlio? A pessoa já aposentada, voltava ao sistema e contribuía, como também a empresa e o empregador participavam com outra parte. E, no final, ele recebia só a parte dele. A parte referente à empresa ia para a Previdência. Acabaram com o pecúlio. O que vai acontecer? Quem já é aposentado e tiver condições de voltar ao trabalho, certamente, irá trabalhar sem registro no mercado paralelo. Não estando registrado, obviamente não terá a contribuição que retornaria posteriormente e nem a contribuição da outra parte, que é da empresa.

Então, na verdade, Sr. Presidente, essa jogada toda estava engendrada, armada, porque tem muita gente interessada.

Por isso, lutamos para que a Previdência Social continue sendo como é, logicamente melhor administrada, com mais participação tripartite.

E que se acabe com essa história de previdência privada, porque era na "privada" que queriam colocar a Previdência.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista José Genoíno. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Congressista Paulo Duarte.

O SR. PAULO DUARTE (PPR-SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Congressistas, na próxima terça-feira, dia 31 de maio, devemos ter a sessão final da Revisão Constitucional.

Discutir agora de quem é a responsabilidade pelo não prosseguimento da Revisão fica um pouco difícil. Será que foi do Presidente do Congresso Nacional, que não teve autoridade para se impor e conduzir os trabalhos da Revisão? Será que foram daqueles chamados "contras", que fizeram oposição sistemática à sua realização? Ou será que essa Revisão não aconteceu por omissão daqueles que se diziam a favor, mas que, na realidade, aqui não compareciam a fim de não dar **quorum**, para que as sessões prosseguissem e os temas pudessem ser debatidos e votados? Ou será que a culpa pela não realização da Revisão coube ao Relator, que não soube conduzir os trabalhos de maneira a aglutinar as opiniões, no sentido de formular as propostas que fossem aceitas?

Discutir tudo isso, no presente momento, não tem sentido. Se não sabemos de quem foi a culpa de a Revisão não ter acontecido, sabemos quem vai sofrer as conseqüências da sua não-realização: o povo brasileiro. O País permanecerá com 32 milhões de excluídos da sociedade, com uma renda abaixo do salário mínimo; continuará com essa imensidão de analfabetos e com o caos na saúde pública. O País vai continuar sem o seu processo de desenvolvimento e, conseqüentemente, com um número enorme de desempregados. Este povo vai sofrer as conseqüências da ineficiência e da ineficácia da ação do Congresso Nacional. Isso é muito triste, porque o País tem plena condições de desenvolvimento. O País poderia retomar o seu processo de crescimento se algumas medidas fundamentais fossem efetuadas, a saber, a quebra do monopólio, a aceleração do processo de privatização, e, principalmente, um investimento maciço em educação, saúde e segurança.

Por isso, como quem participou desde a primeira sessão e aqui esteve assiduamente tentando fazer com que ela prosperasse, quero dizer da minha frustração e da minha desmotivação com esta Casa por não ter acontecido esse processo revisor.

Quero manifestar-me também aqui contra a hipocrisia de muita gente. Vimos a declaração do Sr. Fernando Henrique Cardoso, dizendo ser favorável à reeleição e que lutaria para que, através de uma emenda constitucional, isso acontecesse. Se o Governo do Presidente Itamar Franco fosse presente, atuante e estivesse querendo, realmente, propor um processo revisor, esse processo de reeleição, após quatro anos, teria continuidade.

Assinalo também a grande omissão do Governo que, num regime presidencialista, é quem dita as regras, quem, realmente com seu apoio, pode fazer andar este processo legislativo.

Quero aqui também manifestar a minha opinião. Sou contra qualquer fórmula que venha prorrogar para este ano ou para o próximo a Revisão Constitucional. Não temos autoridade para isso. O Poder Constituinte original, em 1988, nos outorgou a possibilidade de modificação da Carta naquilo que fosse preciso, mas não a possibilidade de manter a sua modificação num estágio permanente, conforme o vento e as circunstâncias do momento.

Quero dizer que qualquer modificação da Carta, para mim, daqui para diante, só através de emenda constitucional, como é

preconizada na Constituição, com voto de 3/5, dois turnos em cada uma destas Casas.

Perdemos, lamentavelmente, a grande oportunidade.

O povo brasileiro deve estar ciente daqueles que obstruíram, daqueles que se omitiram, daqueles que disseram que queriam, mas, na realidade, só o fizeram no discurso e não na prática.

O povo precisa também tomar conhecimento daqueles que lutaram, batalharam e quiseram dar melhores condições para o nosso povo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, estamos vivendo o momento final, melancólico, triste, sem *quorum*, sem empolgação, da Revisão Constitucional.

Há um mês, achei que não tinha mais ânimo nem vontade política para decidir questões de vulto, necessárias para o novo ordenamento democrático da Constituição brasileira.

No entanto, a tentativa de se estabelecer uma pauta mínima ajudaria muito a terminar, de maneira honrosa, os trabalhos da Revisão.

Ajudei e apoiei essa idéia da pauta máxima de alguns pontos mínimos. Interessante é a pauta máxima com uma agenda mínima. Nesses pontos, Sr. Presidente, considero que existem algumas questões de estrangulamento, até do que foi feito pela Revisão, que necessitava de um tratamento melhor e mais adequado, como por exemplo a questão correta dos quatro anos de mandato para Presidentes e Governadores, a idéia da eleição casada. Mas era necessário separar, no direito à reeleição, o mandato presidencial e o de governador dos mandatos de prefeitos. Não foi possível essa separação. Além do mais era necessário modificarmos a normatização das medidas provisórias, assim como fizemos ontem em relação à questão da contratação de professores e de pesquisadores estrangeiros para as universidades brasileiras.

Hoje, Sr. Presidente, quero apoiar V. Ex^a no esforço de incluir na pauta um assunto que deveria ter um tratamento melhor por parte das Lideranças e do conjunto do Congresso Revisor, que é, através de emenda revisora, separar na organização da administração pública o *status* do funcionário público em geral do funcionário público de natureza militar. Exatamente porque há características diferentes em relação à carreira, à promoção e a alguns privilégios, como também a certos sacrifícios.

Isso dificulta muito resolver o problema da organização jurídica funcional do serviço público. Dificulta muito ter uma política própria de profissionalização e de reorganização das Forças Armadas. Esta separação ajudaria muito. Sempre achei que a separação nos termos da conceituação de servidores de estados e, apenas isso, combinando com o art. 142, suprimindo a expressão "a lei e a ordem", davam um tratamento democrático e correto a essa questão. Ainda estamos lutando e eu sei do esforço de V. Ex^a, Congressista Adylson Motta, nesse sentido. Mas como há uma dificuldade em tratar essa questão entre os Partidos, quero manifestar-me publicamente a esse respeito.

Sou favoravelmente ao esforço de V. Ex^a para buscarmos uma forma de tratar esta questão nessa agenda mínima da pauta máxima.

Deixo claro também, Sr. Presidente, talvez nesta penúltima sessão da Revisão Constitucional, que simplesmente encerrar a Revisão Constitucional sem deixar uma janela para 1995, seja através de uma Assembléia Revisora exclusiva, seja através do processo que está configurado na Emenda Jobim – a maioria faz

uma pauta para a Revisão, a qual tem uma autorização plebiscitária da maioria absoluta dos votos válidos e a maioria de três quintos unicameralmente, podendo alterar a Constituição, excetuados os arts. 1º e 2º, que dizem respeito à norma democrática de funcionamento do Estado e os direitos e garantias.

Mas encerrar a Revisão sem deixar uma janela aberta para 1995 poderá representar um engessamento muito grande, porque, através da emenda constitucional, devemos manter esse caminho de Revisão Constitucional por emenda.

Já temos uma experiência concreta de que é extremamente difícil e complicado, pelo volume das emendas necessárias da Constituição, realizar uma Revisão através do processo de emenda constitucional de três quintos, com prazo definido, com votação bicameral e *quorum* qualificado em dois turnos de votação.

É importante deixar isso claro, e apelo para que a minha Bancada – e estou falando em meu nome pessoal – reconsidere esses elementos para discutirmos, porque a Constituição de 1988, que tem muitas garantias e muitos direitos, também tem muitas contradições e muitos equívocos. Ela foi fruto de uma situação dada; foi fruto de uma situação de correlação de forças, e é necessário um ajuste para que os direitos e as garantias se transformem em algo material no tratamento da ordem econômica, no tratamento do Estado e das políticas públicas do Estado brasileiro.

Penso que o caminho não é a "ideologização" que alguns setores da Casa têm feito – que a Constituição é responsável por tudo e a sua Revisão é a chave milagrosa para brotar emprego e conhecimento econômico. Também estão equivocados os que se apegam à Constituição como se fosse um dogma e não querem rever alguns pontos da Carta Magna, principalmente no que diz respeito ao funcionamento democrático da sociedade, do Estado e da economia. Posições mediadas são necessárias para que possamos ter normas permanentes, permitindo a realização do jogo político, econômico e social sem algumas amarras de uma visão ainda – necessária na época, mas desnecessária hoje – de um Estado tutelar e muito forte.

Acredito que é possível, Sr. Presidente, enfrentarmos essa questão pelo lado político e da mediação. Por isso, a eleição de 1994, que vai produzir novas maiorias ou minorias neste País, legitimará um Congresso que enfrentará o problema das mudanças constitucionais.

Por isso, insisto, é um equívoco fechar todas as portas para a possibilidade de uma revisão na Carta Magna de 1995. É um risco, porque esta eleição não só irá representar o julgamento de uma prática política, mas também a abertura de uma verdadeira avenida para novas esperanças. Se não tivermos normas para a definição de seus contornos, essa avenida poderá se tomar, para qualquer que seja o candidato eleito em 1994, em problemas de governabilidade.

Assim, Sr. Presidente, sem a carga ideológica de imaginar o projeto neoliberal, nacionalista ou democratizador, deveríamos abrir a possibilidade – entendo ser este o melhor caminho – de reunir uma Assembléia Revisora exclusiva, com o voto popular, com prazo determinado e com a metade desta Casa. Desse modo, teríamos condições e legitimidade para enfrentar alguns nós. Faço questão de dizer isso claramente: existem alguns nós nesta Constituição que, se democraticamente não os desatarmos, poderão ser desatados por outras vias, ou pelo ceticismo, ou pelo barbarismo social ou pelos atalhos autoritários.

É necessário, neste final da Revisão Constitucional, um momento de lucidez política para que se abra a possibilidade de, em 95, enfrentarmos alguns pontos de revisão da atual Constituição.

Repito, Sr. Presidente: deixar esse processo através de emenda, com o ritual que existe hoje é, na verdade, imaginar ape-

nas uma reforma pontual. Tenho uma posição pessoal sobre isso. Insisti muito para que enfrentássemos com uma postura democrática e política o problema da revisão. Não adiantou. Certamente, no futuro, avaliaremos quem perdeu e quem ganhou por essa vitória ou derrota de Pirro. É necessário que, em 95, este problema seja recolocado. Por isso que este Congresso não poderia fechar as portas para 95.

Este, Sr. Presidente, será, certamente, o último pronunciamento que faço neste momento de enterro melancólico da Revisão Constitucional.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Genoíno, o Sr. Adylson Motta, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Lucena, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Adylson Motta, 1º Vice-Presidente da Mesa do Congresso Revisor.

O SR. ADYLSÓN MOTTA (PPR – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, assomo à tribuna porque alguma coisa me diz que esta é a minha última oportunidade de falar durante o Congresso Revisor. Até porque, legalmente, o prazo estabelecido para este processo está por se esgotar no dia 31, terça-feira.

Venho, Sr. Presidente, para dizer que a Revisão Constitucional foi uma tarefa que nos foi cometida através do bom-senso, da humildade e da antevisão do Constituinte de 88, não obstante alguns segmentos da sociedade – lamento dizer que a OAB foi um deles – tenham pregado pelo Brasil inteiro que era um ato de violência começar esta Revisão no dia 6 de outubro de 93. Esses segmentos, juntamente com a CNBB e com a UNE, saíram por todo o Brasil para disseminar essa inverdade e prestar esse desserviço à Nação brasileira.

Sr. Presidente, V. Ex^a como eu fomos Constituintes em 1988, e todos sabemos o perigo que corríamos em não poder encerrar o trabalho Constituinte, pelos atropelos que houve, nos últimos momentos, pelas dificuldades que começaram a aparecer e que tornaram cada vez mais complexo o processo. Temíamos que não pudessemos chegar a uma conclusão.

E aí se recorreu aos acordos, muitos deles violentando a consciência do Constituinte, que, para ter aceita uma proposta sua, teria que transigir com outra, com a qual ele não concordava. Surgiu, inclusive, a figura da emenda aglutinativa e outros tipos de acertos que passaram a ser consagrados no processo legislativo.

No entanto, Sr. Presidente, naquela época não tínhamos os problemas que ocorreram neste período atual.

Não tivemos uma CPI do Orçamento, que tumultuou e desestruturou o Congresso Nacional, ceifando do nosso convívio diário lideranças das mais expressivas e que até então vinham conduzindo o processo legislativo, porque comandavam os seus partidos.

Não tivemos naquela ocasião as contestações que existem hoje em torno da Revisão de hoje, porque a nova Constituição passou a ser uma exigência nacional, um pacto requerido pela sociedade brasileira. O clima era outro.

Mas, naquela ânsia de liberdade – já que saíamos de um período militar, de um período de restrições, de um Governo autoritário, de um Governo de exceção –, é evidente que muitos abusos foram cometidos, até pela inexperiência. Houve muitas coisas erradas, e até revanchismo.

Quando apresento uma emenda, como fiz hoje, aqui – apenas fazendo uma referência –, separando o civil do militar, apenas quero que se faça justiça, que se tenha um gesto de inteligência,

que não se procure igualar coisas desiguais, numa atitude tipicamente revanchista. Porque ao se sair de um regime militar, legistrou-se para trás, procurou-se punir a classe dos militares igualando-os aos civis, impedindo que eles se organizassem e tivessem um tratamento digno, que ainda hoje não lhes é dado, porque estão atrelados ao funcionalismo civil, outro tipo de categoria funcional.

Tenho autoridade para dizer isso, porque fui um dos únicos Constituintes que veio a esta tribuna defender funcionário público civil em 1988, era uma voz solitária nesta Casa na defesa de seus interesses.

Em nome de um suposto tratamento isonômico e de justiça, atrelaram-se os militares aos civis, e hoje o Exército brasileiro é a caricatura do que deveria ser um Exército Nacional.

É por isso, para resgatar um pouco da dignidade de uma categoria profissional que foi espezinhada, punida, numa atitude tipicamente revanchista, que assinei duas emendas que ora estão tramitando.

O que desejo ressaltar é que, pela inexperiência, pela ânsia de liberdade, cometemos muitos erros em 1988, e o principal deles foi fazer uma Constituição minudente, excessivamente detalhista. Fala-se na Constituição dos Estados Unidos, um verdadeiro monumento jurídico, pois tem duzentos e sete anos, e haverá de ter mais trezentos. Isso porque tiveram o bom-senso de fazer uma Constituição em torno de regras gerais, básicas, genéricas, deixando para a legislação infraconstitucional o detalhismo. É sabido que uma Constituição detalhista está fadada a ser ultrapassada, em virtude da dinâmica da própria sociedade, que determina avanços diariamente, e uma Constituição engessada não pode acompanhá-los. Foi uma atitude pouco inteligente, mas foi também uma conquista das esquerdas, e eu me rendo à competência das mesmas. Isso porque era o momento de contrabandear o que julgavam importante para dentro do Texto Constitucional, era o momento em que se precisava da colaboração de todos, e então se inseriu nele aquilo que talvez fosse difícil incluir na lei ordinária.

Dessa maneira foi feita e aprovada a Constituição de 1988. Mas teve-se um gesto de humildade, um gesto de sabedoria, copiando-se – e não há nada de inusitado, nada de singular, nada de original nisso – o que existe na Constituição portuguesa, o que existe na Constituição da Índia, o que acontece com as Constituições de alguns estados americanos, ou seja, periodicamente elas são atualizadas. Já que se trata de uma Constituição detalhista, evidentemente, ela poderá ser ultrapassada; já que ela foi concluída num processo tumultuado, através de acordos, evidentemente, ao longo do tempo, seriam detectadas as suas falhas, que teriam de ser corrigidas. Foi um momento de lucidez, de humildade, de extrema cautela do Constituinte de 1988, que estabeleceu o prazo de 5 anos para que uma Revisão Constitucional se realizasse.

Acontece, Sr. Presidente, que a Constituição de 1988 foi feita quando predominavam ainda no mundo alguns governos sob a tutela da doutrina comunista-socialista. A Constituição de 1988 foi feita nesse clima. Havia a união das Repúblicas Socialistas Soviéticas, com todos os seus Estados satélites; havia uma Cuba hermeticamente fechada; havia a Albânia; havia uma China enclausurada.

Tive o prazer e a sorte de ouvir pessoalmente, no dia 7 de dezembro de 1988, na ONU, o maior Líder deste século, na minha visão, Mikhail Gorbachev, antecipar todas as reformas pelas quais passaria o mundo – e que eram necessárias –, em que as economias fechadas, herméticas, isoladas, dariam lugar a outro tipo de comportamento da sociedade, que seria a troca, o intercâmbio, a transferência de tecnologia e as parcerias econômicas.

E o que aconteceu a partir do Muro de Berlim, que simboli-

camente foi o início de todo esse processo? Desapareceram da face da terra, com exceção da Coreia do Norte, os regimes hermeticamente fechados.

Temos a experiência do Presidente de Cuba, que vem ao Brasil e vai diretamente à Bahia visitar o Governador Antônio Carlos Magalhães, conversar com seus amigos, vai a São Paulo falar aos empresários, a fim de atraí-los a investir em Cuba. Abriam-se as portas de Cuba. Se alguém não vai lá é porque não encontra atrativo em Cuba, mas há o interesse de Cuba em que os países se dirijam para lá com o objetivo de investir, através de **joint ventures**, de parceria e de outras formas de participação.

Sr. Presidente, a China Comunista mandou cinco delegações – cinco eu recebi nesta Casa –, e aqui deste microfone falou o Presidente Jiang Zemin, propondo-se também a fazer parcerias com o Brasil. Só com um detalhe: a China Comunista tem uma economia mais aberta do que a do Brasil, que se diz alinhado ao Bloco Capitalista.

Essas coisas aconteceram depois da Constituição de 88.

Sr. Presidente, vim a esta tribuna, primeiro, por obrigação de ofício, pois sou Deputado; segundo, porque tenho a tarefa adicional de participar da Mesa e, em terceiro, porque sou brasileiro e não sou burro, pois quero ver o meu País alinhado, num processo de desenvolvimento. Amanhã ou depois, não quero que essa juventude toda que está nas ruas de braços cruzados, sem uma oportunidade, venha colocar-me no banco dos réus, dizendo que eu e mais 502 Parlamentares lhes negamos a oportunidade de desenvolver este País, de gerar riqueza, de criar empregos e de desenvolver as suas aptidões profissionais.

Por isso, Sr. Presidente, apostei na Revisão Constitucional. Talvez seja porque li por duas vezes Dom Quixote e ainda tenho o hábito de sonhar, mas ainda sonho com o meu País sendo desenvolvido.

Não posso me conformar, Sr. Presidente, no final de um processo revisor, em sair quieto daqui para a minha casa. Quero dizer que tinha esperanças, não de que milagres acontecessem aqui dentro, mas de que todas as pessoas tivessem sabido que lá na Alemanha houve um ato simbólico: caiu o Muro de Berlim. O mundo é outro e temos que nos adaptar a ele sob pena de nos constituirmos numa ilha retrógrada, bolorenta, atrasada, sacrificando gerações e gerações por falta de uma sensibilidade que nos levou a não captar a importância do momento político que vivemos hoje.

Foi por isso que lutei pela Revisão Constitucional, não apenas por ser um imperativo expresso, cogente, da Constituição nas Disposições Transitórias, mas por ser a grande oportunidade que se abriu para que o Brasil fosse inserido num novo tipo de sociedade que caminha através do desenvolvimento, em que a competição, em que a parceria, em que a troca são as palavras que substituem o enclausuramento, o isolacionismo e as atitudes retrógradas que vinham acontecendo até 1988. Foi por essa razão.

Lamento profundamente que tenhamos chegado ao final deste processo da forma mais melancólica possível. Não cabe aqui culpar a esse ou àquele, apenas entendo que não houve entendimento e sensibilidade para captar a importância do momento em que estamos vivendo.

Sr. Presidente, não vamos fazer a Revisão agora, mas todo aquele, qualquer um dos que forem eleitos, seja quem for, baterá às portas do Congresso pedindo para que se faça uma Revisão, muitos deles sem a menor autoridade para isso, porque fugiram do Congresso, fugiram do plenário, onde deveriam estar liderando seus partidos por esta Revisão; amanhã estarão aqui pedindo para fazê-la e não sei se haverá clima favorável. Após a eleição, o quadro político pode mudar e as coisas podem ficar mais difíceis para se fazer a imprescindível Revisão Constitucional, que tomaria go-

vernável o nosso País.

Perdoe-me, Sr. Presidente, ter-me alongado e ter feito aquilo que tem sido o motivo da minha maior preocupação aqui: o zelo pelo Regimento. Permita-me que, nesta última sessão, eu transgrida o Regimento, ultrapassando o tempo que deveria ocupar, mas venho aqui para fazer as minhas colocações pessoais. Venho aqui para dizer que saio frustrado, derrotado, não apenas como Parlamentar, pois é do embate diário do político a derrota e a vitória. Saio daqui derrotado como brasileiro. Saio daqui triste em ver o meu País ser condenado a mais um período de obscurantismo, de atraso; mais uma recusa do meu País em ingressar num processo moderno de desenvolvimento. Eu não posso aceitar isso, Sr. Presidente, sem o meu protesto. E se fui muitas vezes...

O Sr. Josaphat Marinho – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ADYLSO MOTA – Eu não sei se o Presidente permite. Seria mais uma transgressão, mas eu me atrevo a ela.

O Sr. Josaphat Marinho – Sr. Presidente, consulto a V. Ex^a se me permite um aparte ao nobre orador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Desde que o nobre orador consinta, não há problema.

O Sr. Josaphat Marinho – Nobre Congressista Adylson Motta, não seria justo que deixássemos V. Ex^a deixar esta tribuna sem um aparte. Tenho divergências sobre o entendimento em torno da reforma, da Revisão, com o pensamento de V. Ex^a. Não me parece que a Constituição tenha tais e tamanhos defeitos. Defeitos ela tem. Uma reforma adequada pode ser feita no instante próprio. Mas eu não pedi o aparte para contrastar o meu com o pensamento de V. Ex^a. Pedi este aparte para fazer-lhe uma homenagem. Não se sinta tão contristado, basta que eu assinalo perante os Colegas aqui presentes que, entre outras circunstâncias dignas de relevo nesse período, devemos assinalar a correção, a firmeza e, ao mesmo tempo, a delicadeza parlamentar com que V. Ex^a dirigiu tantas sessões deste período da Revisão. Confie na sua própria correção para que noutro instante, no momento mais próprio e por uma forma mais adequada se introduza na Constituição as modificações que forem cabíveis.

O SR. ADYLSO MOTA – Agradeço o aparte do eminente Congressista Josaphat Marinho, que seria, não obstante a excessiva bondade que caracteriza suas palavras, o momento de eu encerrar com fecho de ouro aquilo que desejei dizer e que, de certa forma, foi sintetizado pelo nobre Senador, não obstante as nossas divergências sobre a forma de fazer ou não a Revisão.

Mas quero dizer, Sr. Presidente, que, evidentemente, haverá uma Revisão Constitucional, porque a sociedade vai exigí-la, os tempos vão determiná-la, as gerações que nos sucedem vão cobrá-la e os próprios governantes que forem eleitos terão como primeira preocupação, em sua agenda, a Revisão Constitucional. Temos que aceitar o fracasso do momento de não termos atingido o objetivo pretendido, mas que não se culpe esse e não se culpe aquele.

Na Revisão, apenas para dar um detalhe, nós tivemos uma singularidade que facilitou nosso trabalho. O Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, homem de extraordinário valor e de uma ascendência moral inegável sobre todos os Parlamentares, era também o Presidente da Câmara dos Deputados, o que lhe facilitava o entrosamento do trabalho das duas Casas e, ao mesmo tempo, também Presidente do maior Partido político aqui existente, abrangendo cerca de 305 Parlamentares. Ele comandava, e muito bem, o processo legislativo. Ele tinha condições de compatibilizar as atividades, e isso era facilitado, então, pela sua triplíce condição de Presidente.

Ele não teve uma CPI do Orçamento, como eu disse, que desestruturou o trabalho, principalmente agora no nosso processo revisor. Não teve antecedendo um processo doloroso e traumático,

como foi o impeachment do Presidente, e uma série de outros problemas.

Mas, de qualquer forma, penso que a Mesa cumpriu as suas obrigações; esteve aqui presente. O Presidente Humberto Lucena – excessivamente tolerante, de uma extrema bondade e, talvez, por ser bondoso demais, às vezes tenha até possibilitado a incompreensão e a falta de colaboração de alguns – esteve sempre presente comandando o processo. O Presidente da Câmara dos Deputados também procurou entrosar as atividades daquela Casa, às vezes com algum problema, mas sempre presente, também disposto a ajudar.

Então, Sr. Presidente, antes que se levante questões pequenas, o caso não é de acusar esse ou aquele. É que o processo foi contestado. O processo não foi compreendido por alguns, e o Brasil perdeu um momento histórico. Só desejo que o errado em tudo isso seja eu. Quero, realmente, neste momento, ser o errado, Sr. Presidente. Porque se estou certo, daqui a poucos anos, vamos ser cobrados aí na rua pela sucata que vamos entregar a essa juventude, que espera uma Brasil melhor e para o qual temos que dar a nossa participação. É a grande oportunidade para fazer isso seria através da Revisão Constitucional. Era hora de enxugar a Constituição, de torná-la mais resistente ao tempo, eliminando detalhismos e transferindo-os para a legislação infraconstitucional. Era hora de remover alguns empecilhos que nos levassem à competitividade e que os outros países passassem a ter interesse pelo Brasil, porque não queremos e não podemos, não temos poupança interna, não temos condições de autodesenvolvimento, e, portanto, precisamos da participação de outros países, de investimentos externos para fomentar o nosso desenvolvimento. Quisera eu que o Brasil tivesse condições de se desenvolver sozinho, mas isso seria uma utopia e penso que não temos mais tempo a perder.

Sr. Presidente, agradeço profundamente a tolerância de V. Ex^a e desejo apenas que o Congresso, que venha a ser eleito, tenha a sensibilidade, a compreensão que nós, lamentavelmente, não tivemos durante o processo revisor.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador, a Presidência sente-se no dever de associar-se à justa e merecida homenagem prestada pelo eminente Senador Josaphat Marinho, em seu aparte, ao nosso Primeiro Vice-Presidente Adylson Motta que com tanta competência, firmeza e determinação presidiu várias e várias das sessões unicamerais do Congresso Revisor.

A S. Ex^a o agradecimento, não apenas de todos os Srs. Congressistas que o aplaudem, o admiram e o estimam, mas também desta Presidência e dos demais membros que compõem a Mesa Diretora do Congresso Revisor.

A Presidência deseja também registrar a presença, no Congresso Nacional, nas suas dependências, inclusive no gabinete do Presidente, em visita, do Arquiteto Oscar Niemeyer, que merece os nossos aplausos. S. S^a hoje não é apenas um nome nacional, mas porque não dizer internacional, tal o prestígio que granjeou em todo mundo, pela sua admirável obra que tem por exemplo maior a cidade de Brasília, sua arquitetura moderna e funcional.

O SR. HAROLDO LIMA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – V. Ex^a pede a palavra pela ordem? Porque o nobre Congressista José Lourenço está inscrito como Líder.

O SR. HAROLDO LIMA - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. HAROLDO LIMA (PCdoB – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como Líder do Partido

Comunista do Brasil, congratulo-me com a presença nesta Casa do Arquiteto Oscar Niemeyer, um dos fundadores de Brasília, muito bem homenageado por V. Ex^a.

Particularmente, sensibiliza-nos, como comunistas que somos, ver o prezado Arquiteto Oscar Niemeyer, uma pessoa que, apesar de todas as tormentas por que passa o mundo, não abriu mão de suas convicções comunistas e socialistas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A Presidência, antes de passar a palavra ao nobre Congressista José Lourenço, como Líder do PPR, informa ao Plenário que no momento acontece uma reunião do Sr. Relator, Deputado Nelson Jobim, com lideranças partidárias, com vistas a possibilidade de se encontrar, quanto ao mérito, o modelo que possa, afinal, vir a ser apreciado pelo Congresso Revisor, pelo menos no último dia, que é o dia 31, terça-feira, da chamada Emenda Jobim que é aquela que pretende estabelecer novas modalidades no Texto Constitucional, não só de reforma, mas de revisão da Carta de 1988.

Estamos acompanhando a reunião, em contato com o Sr. Relator e, oportunamente, daremos ciência aos Srs. Congressistas do seu resultado. Fazemos votos para que tenhamos êxito nessa negociação. Se possível, teremos que fazer um esforço para que, até a meia noite do próximo dia 31, possamos votar duas matérias que ainda constam da nossa pauta, que são os precatórios judiciais e as medidas provisórias.

Se isso acontecer, então, teremos de tomar outras providências num acordo geral das lideranças.

Concedo a palavra ao nobre Congressista e Líder José Lourenço.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PPR – BA. Como líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, como democrata, aceito a derrota, como brasileiro, lamento a derrota.

Lamento, como disse aqui e muito bem o Deputado Adylson Motta, Vice-Presidente da Casa, Vice-Presidente do Congresso Revisor, porque não houve a menor contribuição para que o Brasil desse um passo no sentido de se inserir nas sociedades mais avançadas do mundo.

Uns poucos, ajudados por outros que, embora não da mesma corrente política, do mesmo partido político ou eleitos até por pessoas que os consideravam liberais e que aqui se transformaram em socialistas, temiam as eleições e temiam que o povo pudesse fazer dessa Revisão uma leitura, que pudesse prejudicá-los em suas eleições, aqueles que estão sempre preocupados com eleição e nunca com a Nação.

Para esses, a Nação é secundária, o objetivo primeiro e principal é a eleição. Eles têm que construir, permanentemente, constantemente, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, tribunas onde possam aparecer iluminados, para mostrar ao povo que sempre estão com eles, sempre estão com a demagogia, sempre estão preocupados em dar mais avanços nos mais diversos campos, sem, por vezes, avaliar se esses avanços são de 3 passos à frente e não possam ser depois de 4 passos para trás.

O que vale é a conquista momentânea, para que esse momento possa ser retribuído com votos para a eleição de determinadas figuras que conhecemos no Congresso Nacional.

Não faço política nesses termos e estou no sexto mandato de Deputado. A minha postura, Sr. Presidente, tem sido, ao longo dos tempos, de total identificação com aquilo que entendo ser o melhor para o meu País, o melhor para a Nação, que é o que está identificado com a modernidade existente nos países mais avançados do mundo.

Quando penso no Brasil, na minha visão, tento colocá-lo ^{ao}

lado do Japão, da Alemanha, dos Estados Unidos, da França, da Noruega, da Suécia, do Canadá, da Bélgica, da Holanda, de Luxemburgo, da Espanha e até de Portugal. Não penso, como muitos aqui, em colocá-lo sempre ao lado de uma Uganda qualquer; mas, infelizmente, isso vem ocorrendo.

O que se constata hoje, aqui, Sr. Presidente, é o fim da Revisão Constitucional, pois ela, para mim, já terminou. Isso de se dizer que iremos votar, terça-feira, é tentar ainda, mais uma vez, enganar a Nação com aquilo que não se vai fazer.

Não há mais condições, nem políticas, nem psicológicas, nesta Casa, para que tenhamos ou possamos votar alguma coisa. De qualquer forma, eu aqui estarei até o último dia, tentando melhorar alguma coisa do pouco que se pode melhorar ainda para este sofrido e esquecido País, pela grande maioria da classe política desta Nação.

Espero, Sr. Presidente, que nessa eleição que se avizinha o povo saiba diferenciar e identificar aqueles que estiveram permanentemente em comunhão com os seus sentimentos de avanço dos que estiveram permanentemente com as costas voltadas para os interesses maiores desta Nação. Não quero ver os jovens do meu País clamando por emprego nas ruas. Outro dia, tomei um táxi em São Paulo, comecei a conversar com o jovem motorista, que me disse que era formado em economia, mas não encontrava emprego, que o único emprego que havia encontrado foi o de motorista de um táxi, que não era dele.

Sr. Presidente, um País tão rico, um País que Deus privilegiou com potencialidades enormes em todos os campos, mineral, agrícola e industrial (temos um dos melhores parques industriais do mundo, atualizado, inclusive tecnologicamente, em muitos dos seus segmentos), um País que tem um comércio estável, forte, competente e competitivo no campo internacional não é para ter, em função das amarras existentes na Constituição, um economista dirigindo um táxi. Embora esta seja uma profissão tão honrada como qualquer outra, ele deveria estar exercitando a sua competência em outro local mais qualificado na escala dos valores humanos, em função do próprio investimento que o Estado fez para que ele chegasse a esse degrau na sua formação.

O Sr. Ronan Tito – V. Exª me permite um aparte.

O SR. JOSÉ LOURENÇO – Ouço o nobre Senador por Minas Gerais, meu caro amigo Ronan Tito.

O Sr. Ronan Tito – Nobre Deputado, V. Exª, quando reclama aqui da nossa apatia, deste Congresso...

O SR. JOSÉ LOURENÇO – Não incluo V. Exª. Não generalizo.

O Sr. Ronan Tito – Estou assumindo, como parte deste Congresso – aliás, V. Exª sabe que sou autor do art. 3º das Disposições Transitórias, que prevê a Revisão Constitucional – que fomos derrotados por uma minoria que resistiu às mudanças e por uma maioria que ficou aqui como Maria-vai-com-as-outras. Estranhei algumas alianças. Devo dizer a V. Exª, embora as siglas sejam até parecidas, que estranhei a aliança do PT com o PTB. Não é uma aliança normal. Recordava-me que certa vez o então Governador de Minas, Tancredo Neves, era homenageado, ocasião em que o orador exaltava toda a sua trajetória. A certa altura, Tancredo me segredou que merecia aquela homenagem mais pelo que havia evitado que se fizesse do que pelo que havia feito. Eu gostaria, neste instante, de quantificar o prejuízo que o País está tendo por não mexermos naquelas matérias que são de absoluto consenso. V. Exª analisa, agora, um ponto da maior importância: a questão do desemprego. Mas como, nobre Deputado, alguém vai investir neste País com juros de 45% ou 50% ao ano? Como vamos admitir, também, que as pessoas vão correr riscos? Como vamos captar, por exemplo, poupança externa? Sabemos que o capital não tem

pátria e nunca teve. Quando não se dá abertura para que o capital entre de forma legal, ele vem de maneira sub-reptícia, através dos testas-de-ferro. Quem não sabe disso? Quem não sabe, por exemplo, que as multinacionais estão presentes na China, na Rússia, na Albânia e em todos os países do mundo? Só não sabe quem não quer admitir! Mas nós, muitas vezes, evitamos discutir assuntos como, por exemplo, a questão dos monopólios. Não podemos abrir mão dos monopólios, mas ele tem que ser do Estado. O Estado tem que ser forte para ter um monopólio. Quando se dá um monopólio a uma empresa, essa empresa vira um Estado dentro do Estado e ela passa a não mais receber o comando do Estado. Assistimos, recentemente, o Presidente da República querendo descobrir as caixas-pretas de algumas estatais, para ter conhecimento, inclusive, do salário de seus administradores. Mas ele não vai descobrir nunca. Elas não têm obrigação de dizer. Elas são um casulo dentro da sociedade. Repito: é um Estado dentro de um Estado. E o pior, nobre Deputado, é que, muitas vezes, essas defesas são feitas em nome do progresso. Para mim, é difícil isso, porque os ditos progressistas, até os esquerdistas, eram a favor da Humanidade como um todo. As corporações representam um egoísmo grupal. Assim temos alguns que se dizem de esquerda. Mas não há nada mais universal do que a esquerda. O manifesto começou assim: "Operários de todo o mundo, uni-vos!". É assim que começa o manifesto. E, de repente, queremos enclausurar, fechar e passar a defender guetos dentro da própria sociedade. Quando defendemos alguma corporação dentro da sociedade, defendemos essas corporações da sociedade, ou seja, o egoísmo grupal. Quem paga? Paga a sociedade, paga o Estado. Diz muito bem V. Exª. Mas eu tenho vontade de fazer um questionamento: que cada um se perguntasse qual o prejuízo que este Congresso deu a este País. Mas eu gostaria que se mensurasse isso, e é possível mensurar qual o prejuízo que se deu a este País por não mexer em pontos fundamentais, tais como a Previdência Social.

O SR. JOSÉ LOURENÇO – Para a Previdência são 8 bilhões de dólares por ano.

O Sr. Ronan Tito – Que se mensurasse o prejuízo que estamos dando a este País na medida em que não mexemos naquelas reformas que, eu diria, são consensuais. Não posso admitir que haja esquerda, direita ou centro que não queira, neste momento, criar condições para que a Previdência continue cumprindo com as suas funções e que possa acobertar amanhã, no futuro, aqueles que se aposentaram. Esse prejuízo, nobre Deputado, é que eu gostaria de ver mensurado. Lembro-me do Uruguai, que era chamado a Suíça da América Latina. Um dia, chego lá, encontro falido o Uruguai. Pergunto para um homem: – "O que fizeram desta Suíça"? Ele responde: – "Somos todos jubilados, señor. Todos jubilados. Yo soy jubilado, mi mujer és jubilada, mi hijo és jubilado". Será que é isso que queremos? Arrebetar com este País.

O SR. JOSÉ LOURENÇO – Há quem queira, Senador.

O Sr. Ronan Tito – Nobre Deputado, concito V. Exª continuar pregando, mesmo que pareça estar pregando no deserto. Mas as palavras de V. Exª ficarão nos Anais, e vamos ver se motivamos o patriotismo, o civismo das pessoas, para que possamos cumprir com o nosso dever. Agradeço a V. Exª o aparte.

O SR. JOSÉ LOURENÇO – Obrigado nobre Deputado, digo, Senador Ronan Tito. Desculpe-me se às vezes chamo V. Exª de Deputado, mas é porque fomos colegas aqui nesta Casa.

O Sr. Ronan Tito – Mas eu tive uma honra enorme em ser Deputado, carrego isso com muito orgulho.

O SR. JOSÉ LOURENÇO – Eu destaco o aparte de V. Exª sempre inteligente, próprio e identificado com o momento em que vivemos.

Nobre Senador Ronan Tito, há dias, no avião, indo para a

Bahia, encontrei um recorte de um jornal do Paraná, que tinha um artigo com o título "Importações forçam a competição e melhoram a qualidade". Dizia a matéria que entre o ano de 1990 e 1994, os preços caíram. Para uma geladeira, em dólar, de 400 para 210 dólares; um microondas Brastemp, de 400 para 295 dólares; um freezer de 210 litros, de 650 para 350 dólares; uma camiseta Hering, de 1,70 dólar para 1,30; um automóvel Santana, de 46 mil dólares, com tecnologia mais avançada, para 33 mil dólares; um Monza caiu de 29 mil dólares para 19 mil dólares; um Temptra, de 37 para 19 mil dólares.

Essa foi a abertura da economia que, em bom momento, trouxe ao País o Presidente Collor. Mas nós poderíamos ter avanços em outras áreas, como bem disse V. Ex^a, Senador Ronan Tito. Na área da Telebrás, quando uma ligação telefônica do Brasil para os Estados Unidos custa 3 dólares, e dos Estados Unidos para cá custa um dólar, mas eles querem manter o Brasil isolado do mundo. Querem impedir as classes menos favorecidas da nossa sociedade falem ao telefone; querem manter o País com um déficit de 12 milhões de telefones; querem manter a Petrobrás como uma caixa preta intocável. Nós não queremos quebrar o monopólio, Sr. Senador Ronan Tito. Nós queremos saber o que existe lá dentro. Nós queremos fazer como a China – país idolatrado por um ilustre colega da Bahia – a China marxista– socialista e que hoje tem 27 empresas multinacionais. A China não se satisfaz com quatro ou cinco empresas multinacionais, pois tem 27 multinacionais em seu território. Essas empresas geraram mais de 2 milhões de empregos!

Aqui não, eles têm que manter os monopólios das empresas para que não se gerem empregos, para que a mocidade do nosso País não tenha esperanças, para que o futuro do nosso País não seja algo palpável e visível, mas seja um mero sonho na cabeça de V. Ex^a, na minha cabeça e na cabeça de mais alguns que pensam como nós. Ainda sonhamos com um futuro promissor para o nosso País, aquele em que os jovens, ao saírem das faculdades, das escolas e de casa, já terão um emprego de acordo com as suas qualificações profissionais. Todavia, o que conseguiram aqueles que foram contra os trabalhos da Revisão Constitucional? Tirar o emprego de milhões de jovens e de desempregados deste País ao não permitirem os investimentos estrangeiros; ao não permitirem que sinalizássemos para o exterior que o capital estrangeiro é bem-vindo.

Vejo o nobre Deputado Chico Vigilante sorrir, porque ele conseguiu, com a sua vitória, que a miséria vencesse a riqueza, que a miséria perdurasse, continuasse para que em função dela S. Ex^a continue a ser eleito pelos miseráveis, pelos desprotegidos, por aqueles a quem ele negou um prato de lentilhas na Revisão Constitucional.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quanta tristeza vai no meu velho coração ao ver que possibilidades enormes tem o meu País, que não possui deserto, vulcão, tufão, terremoto, onde existe apenas uma classe política minoritária, mas tremendamente ativa e desestabilizadora que conseguiu inviabilizar, por enquanto, o futuro desta Nação.

Mas em um país, Sr. Presidente, em que um candidato à presidência da República diz que a vontade do povo está acima da lei não podemos esperar muito; este País está fadado a que algo de grave venha a acontecer. Um candidato que já anuncia hoje que a vontade do povo está acima da lei, certamente se algum dia chegar à presidência da República, vai usar a caneta contra a lei em função dos aplausos da rua.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero terminar, lendo o que no dia 5 de outubro de 1988 eu dizia desta tribuna, quando se encerravam os trabalhos da Constituinte de 88:

O Líder do PFL, Constituinte José Lourenço, reconheceu que o novo texto da Constituição brasileira avançou no sentido de assegurar um Estado democrático, com equilíbrio de forças entre os Três Poderes e de garantir direitos e liberdades individuais. Sustentou, no entanto, que muitos dos dispositivos escritos no Capítulo da Ordem Social e Econômica, são de difícil aplicação e até mesmo prejudiciais ao desenvolvimento do País.

Na área social – sublinhou o Líder –, o texto revela-se sem direitos, sem nenhuma correspondência de deveres, influenciado por uma lógica corporativista que pretendeu transformar em preceito constitucional interesses específicos e particularizados em detrimento dos interesses maiores desta Nação.

Na sua crítica, José Lourenço indagou: em que medida o País terá condições de arcar com esses direitos em face da realidade social atualmente existente?

Eu dizia isso em outubro de 88. A realidade está aí. Déficit na Previdência: 8 bilhões de dólares; rede pública de hospitais, destruída; os brasileiros morrem pelas ruas antes de chegarem aos hospitais ou morrem lá dentro, pois nem esparadrapo existe. As escolas, as universidades decaíram em seu ensino; o padrão de vida dos brasileiros nesses cinco anos decresceu, ao invés de ter se acrescentado a ele algum crescimento em função do crescimento da economia.

A economia do País está inviabilizada, o País está no caos econômico, político e social.

V. Ex^s venceram com esse caos. O caos está com V. Ex^s que têm como patrimônio permanente e definitivo o caos do País. Sejam felizes com ele, porque nós ainda ficaremos com o velho sonho, o sonho que jamais apagaremos das nossas consciências: tentar construir neste País uma nação digna de seus filhos, à altura de seus sonhos e à altura da nossa grandeza.

V. Ex^s não têm de compreender um dia; há de chegar à cabeça de V. Ex^s que não serão abertas com os punhos, mas abertas com a voz, no sentido de lhes dizer definitivamente: "Vão para casa; chega de políticos que, em função dos seus interesses pessoais, particulares, sempre apostam na miséria, em detrimento dos interesses maiores da Nação."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR JOSÉ LOURENÇO EM SEU PRONUNCIAMENTO:

JORNAL DA CONSTITUINTE

Órgão Oficial de Divulgação da Assembléia Nacional Constituinte

Brasília, 5 de outubro de 1988 – Nº 63

O líder do PFL, constituinte José Lourenço (BA), reconheceu que o novo texto da Constituição brasileira avançou no sentido de assegurar um Estado democrático, com o equilíbrio de forças entre os três Poderes, e de garantir direitos e liberdades individuais. Sustentou, no entanto, que muitos dos dispositivos inscritos nos capítulos da ordem social e econômica são de difícil aplicação e até mesmo prejudiciais ao desenvolvimento do país.

Na área social, sublinhou o líder do PFL, o texto revela-se cheio de direitos, sem nenhuma correspondência de deveres, influenciado por uma lógica corporativista, que pretendeu transformar em preceito constitucional interesses específicos e particularizados em detrimento de interesses maiores da nação. Na sua crítica, José Lourenço indagou em que medida o País terá condições de arcar com esses direitos, em face da realidade social atualmente existente.

Não obstante, José Lourenço afirmou aceitar a decisão da

maioria, destacando que, se as divergências perdem os homens, a fé inabalável no processo democrático, como única maneira de administrar conflitos, reconcilia todos. Manifestou-se otimista quanto ao futuro do País, ao afirmar que a democracia restaurada será capaz, "por obra do tempo, de corrigir excessos e sanar omissões na busca permanente da aproximação da lei à vida cotidiana dos homens".

Durante o discurso do Sr. José Lourenço, o Sr. Humberto Lucena, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Campos, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra, como líder, ao nobre Deputado Haroldo Lima, do PCdoB.

O SR. HAROLDO LIMA (PCdoB – BA. Como líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, acabamos de ouvir um discurso de lamúrias, o discurso auto-intitulado "discurso dos derrotados".

Faço, agora, um discurso diferente, não propriamente dos vitoriosos, mas de quem está num momento de vitória.

Não fomos derrotados, mas não digo nós os contras, não digo nós os da minoria nesta Casa, dos partidos progressistas; eu digo nós o povo brasileiro e digo nós o povo brasileiro e desafio, aqui e agora, o Deputado José Lourenço, ou quem quer que seja, que aponte onde o povo brasileiro, do Oiapoque ao Chuí, de Leste a Oeste, alguma vez sequeu, tenha feito, o que S. Ex^a disse aqui, ou seja, clamou pela Revisão Constitucional. Não soube, não vi, nem o diário oficial da Revisão, que é o Bom-dia Brasil, da TV Globo, mostrou onde foi que o povo se juntou para clamar pela Revisão Constitucional.

A Sr^a Sandra Cavalcanti – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HAROLDO LIMA – Concedo o aparte a V. Ex^a.

A Sr^a Sandra Cavalcanti – Há um abaixo-assinado com mais de 70 mil assinaturas que chegou à Comissão de Transportes desta Casa no começo do ano e chegou ao Ministério dos Transportes pedindo pelo amor de Deus que a Revisão Constitucional se fizesse para que pudesse ser recriado um Fundo Nacional de Transportes para recuperar as estradas brasileiras, que estão matando um brasileiro a cada três horas. Se V. Ex^a estava esperando um apelo popular, está à sua disposição na hora que quiser. V. Ex^s estarão responsáveis pela continuação da morte em estradas federais de um brasileiro a cada três horas; esta é a vitória de Píro de V. Ex^s.

O SR. HAROLDO LIMA – Agradeço muito a informação dada por V. Ex^a, mas devo dizer que ela é absolutamente deficiente e falsa. Setenta mil pessoas, que ninguém sabe quem são, fizeram um apelo não pela Revisão Constitucional, nobre Congressista. Desafiei V. Ex^a...

A Sr^a Sandra Cavalcanti – V. Ex^a fica entusiasmado com 500 sindicalistas batendo tambor aqui!

O SR. HAROLDO LIMA – Elas pediram que fosse criado um fundo para que se pudesse salvar as estradas brasileiras. Não só 70 mil pessoas fazem esse apelo, mas toda a população brasileira.

A Sr^a Sandra Cavalcanti – Revisão Constitucional para solucionar o problema!

O SR. HAROLDO LIMA – Nada disso tem a ver com a Revisão constitucional, nobre Congressista! Temos de acabar com essa história de estar aqui fantasiando para as galerias, que estão isoladas.

Pedi para a senhora me explicar – e nem a senhora, nem ninguém me respondeu – quem foi que clamou pela Revisão Constitucional. Não me refiro a salários, a empregos, a estradas, à

educação ou à saúde, porque esse é um pleito nosso, da esquerda brasileira.

Srs. Congressistas, queremos estradas, saúde, educação, emprego, desenvolvimento e soberania nacional. O que eu disse é que estamos hoje vitoriosos. Por quê? Porque o povo brasileiro jamais clamou por esta Revisão.

Devo dar a V. Ex^s outra informação: vieram aqui, nobres Congressistas, o Presidente da CUT, o Presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores, o Presidente do Comando Geral dos Trabalhadores, a CUT e a CGT, o Presidente da OAB, o Presidente da CNBB, o Presidente da SBPC, o Presidente da UNE, o Presidente da UBES, o Presidente da CONAN, membros diversos da Academia Brasileira de Letras, membros das reitorias brasileiras e inclusive o Presidente da Associação de Reitores do Brasil.

Todas as entidades, sem exceção, consideradas neste País como vozes vinculadas a movimentos populares, estiveram nesta Casa para entregar, por escrito, um apelo específico:

Solicitamos que não seja realizada esta Revisão Constitucional.

Depois, entregaram-na ao Senador Humberto Lucena e ao Deputado Inocêncio Oliveira.

Por conseguinte, nós é que dizemos: "O povo foi vitorioso, impediu que se realizasse uma Revisão que só foi clamada por um setor". Sabem qual foi?

Bem, a Associação das Empresas Brasileiras de Capital Estrangeiro alugou, durante um bom tempo, um andar inteiro num determinado hotel para "assessorar" os Parlamentares a respeito da necessária, urgente e patriótica Revisão Constitucional.

Há uma outra pessoa, que se chama Omar Carneiro, Presidente da Shell do Brasil – 27 anos de Shell –, que recebeu a incumbência, revelada depois pela Revista *Exame*, que está nas bancas, de coordenar, no Brasil, as iniciativas para que fosse feita a Revisão Constitucional. E que ela acabasse com o monopólio estatal do petróleo.

Entretanto, a Revisão não foi feita; o monopólio estatal do petróleo não foi extinto. E sabem o que aconteceu com o Sr. Omar Carneiro, Presidente da Shell, membro do Conselho Internacional da Shell, 27 anos de empresa? Foi demitido no dia seguinte, porque não cumpriu com a sua função.

Assim, fica claro quem queria e quem não queria a Revisão. Quem queria era a Shell, eram as empresas brasileiras chamadas de capital estrangeiro, eram as multinacionais, eram os "capachos" de fora e de dentro desta Casa. E quem não a queria? Esse povo que, por uma questão efetivamente difícil até de ser compreendida, terminou não se envolvendo nessa catilinária maçante.

Durante todo esse tempo, a mídia brasileira massificou a população para dizer que a Revisão era necessária; que o emprego viria com a Revisão, etc.

Portanto, estamos satisfeitos e de cabeça erguida para dizer ao povo brasileiro que nos elegeram para fazer a nossa parte.

Não somos arrogantes para dizer que nós, dos contras, ou nós, do PCdoB e de outros partidos contrários, impedimos a Revisão. Não fomos nós ou não sozinhos. Fizemos a nossa parte; contribuimos de uma certa maneira, mas contribuímos com destemor.

Hoje, não estamos aqui entristecidos e lamuriantes; estamos satisfeitos.

O Sr. Elísio Curvo – V. Ex^a me permite um aparte.

O SR. HAROLDO LIMA – Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Elísio Curvo – Quero dizer a V. Ex^a que nada tenho contra as suas convicções; estão perfeitas. Mas, no que concerne à Constituição de 1988, quero dar uma explicação: antes de 1988, tínhamos a Taxa Rodoviária Única, pela qual a União arrecadava os recursos e fazia todos os melhoramentos das nossas rodovias. Na

Constituição de 88, que deveríamos modificar agora, foi inserido o IPVA – Imposto de Propriedade de Veículos Automotores –, ficando 50% para o Estado e 50% para o Município. Com isso, São Paulo, que tem 61% dos automotores, ficou com o equivalente a 60% do antigo TRU. E no Estado da nobre Congressista Sandra Cavalcanti morre um brasileiro em acidente a cada três horas, em função do erro que inseriram na Constituição de 88. Então, Sr. Congressista, faz-se necessário a Revisão. Tanto o seu Estado, a Bahia, como o meu, o Mato Grosso do Sul, são os mais prejudicados, em função do erro que não foi retificado nesta Revisão Constitucional. A Revisão, portanto, em muitos pontos, era necessária, nobre Congressista.

O SR. HAROLDO LIMA – Nobre Congressista Elísio Curvo, esses aspectos precisavam ser revistos. Contudo...

O Sr. Elísio Curvo – Mas é isso que quero dizer a V. Ex^a, o porquê dos acidentes. Foi o que motivou o Sr. Quércia a fazer a melhor administração no interior de São Paulo. Arrecadou S. Ex^a 60% do antigo TRU. Então, tínhamos de fazer a Revisão. Infelizmente, saio triste, Sr. Presidente, por não ter dado ao País a oportunidade de se desenvolver. Agradeço a V. Ex^a!

O SR. HAROLDO LIMA – Em seguida, retomarei à observação do Congressista Elísio Curvo.

O que deveria ser alterado na Constituição? Foram feitas 17 mil emendas. De repente, foram catalogadas, arrumadas, intituladas e adaptadas. Resultou no seguinte, Sr. Presidente: primeiro, um espectro muito grande de mudanças que, com o passar do tempo, os setores que estavam comandando o processo da Revisão começaram a arrumá-los por títulos. E foram arrumados os seguintes títulos básicos, as seguintes posições concretas do que deveria ser mudado na Constituição.

Peço a atenção do Congressista Elísio Curvo que atente para o seguinte fato: o que S. Ex^a achava que deveria ser mudado não foi incluído na seleção de itens daqueles que comandaram o processo da Revisão. Disseram, com amplo apoio massificante da mídia nacional que, nesse particular, prestou um desserviço gigantesco, impatriótico à Pátria brasileira, mentindo o tempo todo.

Mas, algum dia, teremos de examinar melhor essa história da libertinagem da grande imprensa e da mídia brasileira.

O pessoal da TV Globo, do Bom dia, Brasil converteu-se numa sucursal para enganar o povo, e não para informar. Estão fazendo isso impunemente.

Nenhum país pode ser construído se o povo é enganado o tempo todo, sem nenhuma punição.

Em seguida, os homens que comandavam a Revisão disseram que é necessário mudar. Primeiro, o monopólio estatal do petróleo; segundo, o monopólio das telecomunicações; terceiro, permitir acesso aos estrangeiros à exploração do subsolo brasileiro; quarto, mudar o conceito de empresa brasileira; quinto, alterar a Previdência Social; sexto, introduzir o voto distrital misto.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no frigidar dos ovos, a Revisão Constitucional estava sendo feita para isso. Ninguém pensava em escolas, rodovias. Isso tudo é conversa de quem está perdendo a briga e, agora, depois do leite derramado, diz: "Ah, nós queríamos..." Queriam, mas, na hora H, não era para isso que estava sendo feita a Revisão.

Resistimos, tenazmente, e, no final, já na tábua derradeira, o que aconteceu? Vieram, aqui, os homens que comandam a mídia, os homens do capital estrangeiro e seus representantes e disseram que, pelo menos, quatro coisas teriam que ser mudadas, sistematizando-as: acabar com o monopólio das telecomunicações e com o monopólio do petróleo, abrir o subsolo brasileiro aos estrangeiros e alterar o conceito de empresa brasileira.

Sr. Presidente, as coisas vão ficando claras, sem possibilida-

de de, repentinamente, lançar-se uma nuvem de fumaça e encobrir toda verdade. A Revisão Constitucional, que acabamos de impedir que fosse feita, visava fundamentalmente atingir os referidos objetivos: monopólio do petróleo e das telecomunicações, subsolo e novo conceito de empresa.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tais objetivos não são verdadeiramente brasileiros. Não eram brasileiros que estavam interessados em acabar com o monopólio estatal brasileiro da PETROBRÁS. Tais objetivos estão relacionados aos interesses do capital estrangeiro em nosso País, razão por que declaro aqui que acabamos de frustrar uma Revisão que era a serviço do capital estrangeiro e do capital empresarial brasileiro em nossa terra.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quem queria fazer esta Revisão? Já teci comentários a respeito disso. Entretanto, precisamos ver do que escapamos; quem faria a Revisão? Este Congresso.

Sr. Presidente, foi uma aventura irresponsável por parte daqueles que tentaram lançar este Congresso a fazer mudanças, em fim de mandato, um Congresso totalmente enxovalhado por diversos escândalos, denúncias de corrupção aqui ocorridas, com as galerias fechadas pelo medo das vaia do povo aos Congressistas que ali estavam fazendo a Revisão.

Sr. Presidente, a responsabilidade era gigantesca, uma atroz aventura que, felizmente, impedimos que fosse feita. Devo dizer que não somos a favor da imutabilidade do texto da Constituição. Não é esse o nosso pensamento. Sabemos que a Constituição tem muitas debilidades, muitos pontos atrasados que precisam ser modificados, mas com um detalhe, modificados para melhor e não para pior.

Este Congresso, sujeito a essas pressões, não se dispôs a fazer nada para frente, mas para trás. O que pretendiam, já o disse, era pôr o Brasil, a economia brasileira, mais do que nunca, a serviço dos estrangeiros.

O Senador Ronan Tito chegou aqui e, entre diversas coisas desconexas, disse que estamos enrijecendo o País, que as multinacionais estão na China. S. Ex^a disse isso como se as multinacionais não estivessem no Brasil.

Sr. Presidente, as multinacionais estão chegando na China, sob o controle do Estado Nacional Chinês, cuja soberania ninguém põe em dúvida, enquanto aqui eles queriam fazer a Revisão Constitucional; lá, eles não ousam pensar em alterar a Constituição chinesa. No Brasil, há pessoas aqui dentro, que se reúnem no Hotel Carlton, para estabelecer os pontos que querem mudar na Constituição brasileira.

Devo dizer que essa história de tentar esconder-se agora que estamos num Estado, reino das multinacionais, parece-me um tanto ridículo. Seria muito difícil a qualquer um de nós apontar, nesta sala, algo que não tenha sido fabricado pelas multinacionais. Este microfone é fabricado por multinacional; a luz é da General Electric; tudo aqui é deles; esse painel, eles instalaram quando Ulysses Guimarães era Presidente da Câmara; esta Bandeira brasileira é feita com o tecido da Rhodia; aquele cigarro que está sendo aceso agora, no fundo do plenário, a despeito do Regimento da Casa, que proíbe que se fume neste recinto, é da Souza Cruz, que não é brasileira, não é do Seu Souza, nem do Seu Cruz, é da British Tobacco.

Sr. Presidente, estamos vivendo no reinado das multinacionais.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que estávamos dispostos, como estamos, a aprovar nesse processo de acordo final um dispositivo que o Relator Nelson Jobim propôs, que permitisse a retomada de uma reforma constitucional num outro momento, no próximo Congresso eleito pelo povo, revigorado pelas eleições;

uma reforma baseada num Congresso unicameral, baseada no quorum de três quintos e que suscitasse um referendo popular posterior.

Estávamos trabalhando essas idéias, e eis que aparece, Sr. Presidente, uma proposta do Sr. Michel Temer, Deputado do PMDB por São Paulo, e mais do que isso, Professor de Direito Constitucional. Tal documento precisava ser registrado; eu queria que fosse transcrito nos Anais para mostrar a que ponto chega a determinação desses setores quando querem alterar a ordem constitucional brasileira.

Se eu, que sou do Partido Comunista do Brasil, escrevesse há algum tempo isso que está aqui, provavelmente eu estaria sujeito à prisão; eles não respeitariam. Passo a ler agora, para consideração de V. Ex^a, Sr. Presidente, e dos nobres Congressistas que aqui se encontram, a proposta cuja fundamentação diz o seguinte, em sua página 9:

Nesta linha de raciocínio é possível o Congresso Nacional praticar um ato de convocação da Assembléia Revisora Executiva Exclusiva.

Não há, porém, de chamá-lo emenda, há de ser o que é, um ato político, que, por ser declaradamente tal, é insusceptível de apreciação judicial.

Diz a seguir:

Será um ato revolucionário transformador, na medida que rompe declaradamente (insisto) com a normatividade constitucional em vigor.

Sr. Presidente, isso é pregação aberta de um ato de força contra a Constituição e que não se insere na discussão existente, nem de revisão, nem de reforma, nem de coisa alguma. Aqui está dito: é um ato que não pode ser analisado judicialmente, porque ele, o Professor Michel Temer, como professor de Direito Constitucional, considera a proposta dele absolutamente ilegal e revolucionária, como mencionou.

Sr. Presidente, se falar em revolução comigo, fico satisfeito, porque sou revolucionário há muito tempo; mas um ato revolucionário precisa ser consequência de uma revolução. Não pode haver ato revolucionário sem revolução; não pode haver revolução verdadeira sem que mude a correlação de forças na sociedade, como um conjunto.

O que se pretende fazer aqui, Sr. Presidente, não é o chamado ato revolucionário, é um ato golpista, um ato ditatorial de sentido fascista; e isso é o que se propôs aqui dentro, e mais do que isso, com muito respaldo.

Hoje de manhã, ontem, em diversas oportunidades, juntaram-se diversos Líderes para dizer que esta proposta era correta.

O povo brasileiro precisa tomar conhecimento de que, entre os que defendem a Revisão, há os que fazem propostas dessa natureza. E por um deslize – penso eu – resolveram escrevê-las. Propõem uma ruptura aberta, ilegal, golpista, não susceptível de apreciação judicial.

Sr. Presidente, a nossa vitória é grande. Impedimos que uma proposta dessa natureza fosse levada adiante. E faremos mais: durante a campanha eleitoral levaremos alguns desses trechos para a praça pública, para informar um povo que jamais foi esclarecido por essas multinacionais da televisão brasileira – TV Globo ou coisa que o valha – que mentem descaradamente o tempo todo. Vamos esclarecer o povo para mostrar-lhe do que o salvamos. Queriam era um golpe, abertamente antinacional e fascista. Pretendiam fazer o que chamavam um ato revolucionário insusceptível de apreciação judicial. Mas ato revolucionário não existe sem povo; sem povo há, sim, é ato golpista, ato arbitrário, discricionário.

Sr. Presidente, concluo o meu discurso saudando todos os

companheiros que estiveram conosco nessa luta. Estão aqui os companheiros do PCdoB, que é o meu Partido, os do PT, os do PDT, os do PSB, os do PSTU, os do PV e, em alguns momentos, os companheiros do PS e de diversos outros partidos.

A Sr^a Sandra Cavalcanti – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. HAROLDO LIMA – Com todo o prazer, nobre Congressista Sandra Cavalcanti.

A Sr^a Sandra Cavalcanti – Não se esqueça dos gazeteiros, que foram os grandes aliados de V. Ex^s. Os gazeteiros, aqueles que não vêm, que não trabalham, os picaretas, a que se referiu o Lula, foram esses os que ajudaram V. Ex^s a "picaretar" a Revisão Constitucional.

O SR. HAROLDO LIMA – Deputada Sandra Cavalcanti, nós não "picaretamos". Tivemos 100% de presença nesta Casa; não sei se V. Ex^a teve essa mesma presença.

Devo dizer que somos objetivos e não pedimos ajuda de nenhum "picareta", porque os "picaretas" são os que queriam a Revisão; os "picaretas" – V. Ex^a o disse muito bem – são os do lado de V. Ex^a, que não tiveram coragem de vir aqui apresentar-se perante o povo.

Nós, que estamos contrários à Revisão, nos aproveitamos da fraqueza política de V. Ex^s, porque V. Ex^s tinham receio de ser apresentados ao povo brasileiro como os defensores das idéias que acabei de expor, idéias essas que, felizmente, estão escritas em papel de fácil acesso ao nosso povo.

Queria terminar de saudar esses companheiros que batalharam. Gostaria também de dizer que o Presidente Humberto Lucena, embora em diversos momentos, na nossa opinião, tenha nos prejudicado, em outros momentos, procurou manter a sua posição de equilíbrio. S. Ex^a deve ser saudado.

O próprio Relator Nelson Jobim, em determinado instante, na nossa opinião...

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Nobre Congressista Haroldo Lima, por condescendência desta Mesa, V. Ex^a já ocupa o microfone há 25 minutos.

O SR. HAROLDO LIMA – Sr. Presidente, ultrapassei em cinco minutos o tempo regulamentar. Peço desculpas a V. Ex^a.

Vou concluir, mas, antes, quero chamar a atenção para o nome do Congressista Nelson Jobim, que, na minha opinião, para ser rigoroso, na primeira etapa dos trabalhos, nos prejudicou; contudo, a partir de determinado instante, S. Ex^a manteve uma posição de dignidade e de firmeza na Relatoria, não permitindo que diversas outras manobras pudessem ser perpetradas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao Congressista Paulo Paim. (Pausa)

Concedo a palavra ao Congressista Vasco Furlan. (Pausa)

Concedo a palavra ao Congressista João Paulo.

O SR. JOÃO PAULO (PT – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, no encerramento da votação do projeto de lei de conversão apresentado em substituição à Medida Provisória nº 482, pude manifestar o meu inconformismo e até mesmo a minha revolta pela forma como se conduziu e se decidiu essa matéria.

A aprovação de um projeto de lei de conversão de profundas implicações na vida nacional ocorreu de forma absolutamente imprópria, para não usar adjetivos ofensivos.

A implantação do Real será feita com base no lastro mais perverso que já conheceu a Nação brasileira. São muitos bilhões de dólares expropriados dos pobres e miseráveis deste País pelo Governo. A ação do Governo Itamar Franco para acumular esta reserva cambial ficará escrita na História do nosso País, já tão degra-

dado por este mesmo Governo.

Não temos nenhuma política social; saúde, caos absoluto, nenhum recurso. Os pobres e os miseráveis batem às portas do SUS sem receber a assistência que merecem e de que necessitam. Infelizmente, o nosso povo, de cabeça baixa, não dá uma resposta à violência e à agressão do Governo atual. Em nenhum momento a assistência à saúde em nosso País foi tão precária, de tão baixo nível, tão ineficiente como a que se constata hoje. A educação, no mesmo caminho.

O Governo Itamar Franco acumulou reserva cambial expropriando os assalariados e, enquanto os expropria, concentra riquezas nas mãos dos especuladores, essencialmente os banqueiros, como nunca se fez neste País.

É preciso que o povo brasileiro tome conhecimento deste fato. Os jornais não noticiam isto; as televisões silenciam e são coniventes com essa ação de governo que acumulou 38 bilhões de dólares para fazer lastro à nova moeda. E ninguém denuncia o Governo.

E não é só isso, Sr. Presidente. O Governo Itamar Franco veicula uma mentira, ao dizer que a URV reajusta salário todos os dias. Na verdade, os preços sobem astronômica, vertiginosamente, como nunca subiram, em pouco tempo, enquanto o Governo reduziu o salário, atropelando a Constituição que deveria respeitar e obedecer.

Mais uma vez, são os assalariados atingidos duramente. Nunca na História do nosso País, nem nos vinte e muitos anos da ditadura militar, se conseguiu fazer um congelamento salarial como o consolidado no projeto de lei de conversão da Medida Provisória nº 482 por esta Casa. O Congresso Nacional endossou o congelamento salarial. O Governo reduziu os salários, usando dois pesos e duas medidas: para a correção dos salários, a média. Portanto, redução. Para os preços, porta aberta para ascensão e aumentos criminosos. Então, é um Governo antipovo; um Governo que diz uma coisa e faz outra. E não ficou só aí.

Tomaremos medidas judiciais contra o empobrecimento dos beneficiários da Previdência Social. Igualmente, no que toca aos aposentados e pensionistas da Previdência Social, o Governo agiu perversamente; atropelou a Constituição, não assegurando o que ela determina: a manutenção do valor real dos benefícios em caráter permanente e a irredutibilidade dos benefícios. Também os beneficiários da Previdência Social são dura e perversamente atingidos.

Por conseguinte, Sr. Presidente, esse plano, infelizmente para o nosso País, vai esbarrar no mesmo caminho dos demais. Diz-se que esse plano veio para estabilizar a economia brasileira; entretanto, elevou a inflação de 25% para 50%, reduziu os salários, provocou recessão, aumento de juros e de preços. Além disso, o Governo não vai no principal; mente deslavadamente.

Só poderemos acreditar em um plano estabilizador da nossa economia quando a produção sair do estágio de profunda ociosidade em que se encontra e que será recrudescido pelo plano governamental; no dia em que o Governo utilizar o poder que tem para, de fato, fazer estoques reguladores de preço, atuar na produção e na oferta de bens, de tal forma que os preços não possam ser elevados, como vêm sendo. Mas isso o Governo não propõe fazer. Incentivar a produção e privilegiar quem trabalha não é linha deste Governo. Pelo contrário, o Governo favorece a superconcentração de renda.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria de ver e ouvir o discurso do Senhor Presidente da República no princípio do ano que vem ou no final do ano, depois das eleições.

Nós que esperávamos que o Governo Itamar Franco fosse capaz de reverter os rumos da nossa economia, de fazer da nossa

economia um modelo produtivo e não especulativo, vimos que, infelizmente, ele beneficia mais os especuladores. Este Governo é incapaz de qualquer proposta que mude os rumos da nossa economia e que nos traga o início de uma política que contenha desenvolvimento e justiça social.

Obrigado, Sr. Presidente. Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao Sr. Congressista Elias Murad.

O SR. ELIAS MURAD (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Congressistas, acabo de receber a notícia de que o Governador Hélio Garcia, do meu Estado, Minas Gerais, decidiu apoiar o nome do ex-Prefeito de Belo Horizonte, Eduardo Azeredo, como candidato da coligação PSDB/PTB ao Governo de Minas Gerais nas próximas eleições.

Não quero aqui, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Congressistas, discutir a posição de S. Ex.^a o Sr. Governador do Estado. Quero apenas afirmar que o candidato escolhido, que provavelmente será homologado no próximo sábado, na Convenção do meu Partido, o PSDB, o ex-Prefeito de Belo Horizonte, Eduardo Azeredo, é um homem que apresenta duas grandes qualidades no momento crucial que atravessamos: credibilidade e confiança. O homem é honesto, trabalhador, sobre cujo passado não pesa nada em absoluto que possa desmerecê-lo. Mesmo geneticamente, podemos afirmar com segurança que Eduardo Azeredo tem as tradições políticas de Minas Gerais: filho de um conhecido Deputado que honrou esta Casa e que colaborou intensamente com o Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira e outros governos do passado, o saudoso Deputado Renato Azeredo.

Eduardo Azeredo, na administração de Belo Horizonte, mostrou dinamismo, honestidade e um trabalho profícuo, particularmente em benefício das comunidades mais pobres da periferia da capital mineira.

Portanto, é com satisfação que vemos esta escolha do nobre Governador de Minas Gerais, apoiando a candidatura de Eduardo Azeredo, que representa o nosso Partido, o PSDB, como candidato na convenção que vai ser realizada sábado que vem, em Belo Horizonte.

Todavia, Sr. Presidente, gostaria também de fazer um registro para que constasse dos Anais desta Casa.

Recebi, há poucos instantes, um fax da Coordenação de Doenças Crônicas-Degenerativas, do Ministério da Saúde, assinado pelo Dr. Romero Bezerra Barbosa, Chefe do Setor, informando que, no dia 31 de maio, o Ministério vai homenagear, como dia nacional da luta contra o reumatismo, os milhares de pacientes afetados por essa moléstia crônica, genericamente conhecida por esse nome.

Diz o referido documento:

Doenças Reumáticas como Problema de Saúde

Atualmente, as doenças reumáticas representam um grande problema de saúde, acometendo todas as classes sócio-econômicas, a qualquer idade.

Os reumatismos não são apanágio dos idosos, mas também de crianças, jovens e adultos na fase produtiva da vida.

Em todo o mundo, as referidas doenças acometem cerca de 10% da população. Constituem, nos países industrializados, a segunda causa de aposentadoria por invalidez. Lombalgia, uma delas, é a segunda causa de queixa médica, mundialmente. A artrite reumatóide, a nível mundial, acomete 1% da população, sendo uma

doença altamente incapacitante.

Nos Estados Unidos, por exemplo, a artrite reumatóide juvenil é a maior causa de cegueira na infância; por outro lado, a osteoporose pós-menopausa acomete uma em cada quatro mulheres no mundo inteiro.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Congressistas, estão catalogados 108 tipos de reumatismos, para os quais existem critérios de classificação.

No Brasil, a Sociedade Brasileira de Reumatologia cataloga cerca de 14 milhões de brasileiros que sofrem de diferentes tipos de reumatismos, sendo os mais frequentes a artrose, conhecida como bico-de-papagaio, e os reumatismos das partes moles, como as bursites, as tendinites e as fibrosites.

De acordo com dados do INSS, as doenças reumáticas constituem a segunda causa de afastamento temporário do trabalho e a terceira de aposentadoria.

Das lesões cardíacas orovalvulares tratadas cirurgicamente, 90% são devidas à febre reumática. Os custos são elevadíssimos nos hospitais, sendo que as chamadas doenças reumáticas, de acordo com o SUS, em 1992, levaram a um gasto de 46 milhões e 250 mil dólares no nosso País, quase 50 milhões de dólares.

Por aí se vê, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Congressistas, a importância de o Ministério da Saúde ter escolhido o dia 31 de maio como Dia Nacional de Combate às Doenças Reumáticas: são doenças altamente incapacitantes e que prejudicam a produtividade do trabalhador, do empresário, do homem de negócios em geral, enfim, de todas as classes sociais.

Portanto, estamos aqui, como médico que também temos o galardão de ser, trazendo o nosso apoio a essa iniciativa importante do Ministério da Saúde na comemoração de um dia para as doenças reumáticas no nosso País. Vamos apoiar a iniciativa para uma conscientização do público brasileiro na prevenção das doenças reumáticas no nosso meio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao Congressoista Renildo Calheiros.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Congressistas, a Revisão Constitucional chega ao seu final. Encontra-se na mesa a convocação de uma sessão para terça-feira próxima, às 10 horas, onde será feito o funeral da Revisão.

Esta Casa viveu momentos de debates intensos, acirrados, de muita disputa política. Não era para menos, esta é uma Casa plural, onde estão representados diversos partidos políticos, diversas correntes de opinião.

No nosso entender, Sr. Presidente, a Revisão Constitucional não tinha nenhum sentido de ser. A Constituição brasileira tem mais de cem dispositivos que necessitam ainda de regulamentação, e é um contra-senso jurídico e político a alteração profunda de uma Carta que sequer entrou em vigor plenamente.

Tivemos, nesta Casa, um esforço enorme de alguns partidos políticos para que esta Revisão fosse realizada. Diziam esses partidos políticos que ela se constituía em uma grande aspiração nacional. Andando pelo País afora não vi em nenhuma face esse anseio do povo brasileiro pela realização da revisão da Constituição. Pelo contrário, recolhi sempre manifestações de preocupação dos mais diversos segmentos da sociedade brasileira, temerosos que estavam com a realização desta Revisão, pois é sabido que ela era comandada pela elite brasileira, por setores conservadores da nossa sociedade, e que visavam, isso sim, negar direitos estabelecidos em nossa Lei Maior; e, segundo eles, abrir a economia brasileira, o que outra coisa não é senão entregar setores estratégica e economi-

camente importantes da nossa economia para o capital estrangeiro.

Não sou, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Congressistas, daqueles que consideram a Constituição brasileira perfeita; muito pelo contrário. Penso que a Constituição brasileira tem muitas falhas e defendendo que elas sejam corrigidas. E foi sábio o Constituinte quando a elaborou e nela inseriu o art. 60, que permite, em qualquer momento, em qualquer tempo, a sua modificação. Basta para isso que qualquer um dos senhores Parlamentares e até as Assembléias Legislativas do País apresentem emendas de modificação da Constituição. É necessário, portanto, três quintos e em dois turnos, nas duas Casas.

Esse, Sr. Presidente, não é um mecanismo exclusivo da Constituição brasileira. Em todas as constituições do mundo, a modificação da própria constituição exige quorum superqualificado, que, no Brasil, já foi de dois terços e hoje é de três quintos. É necessário que esta Casa tenha maturidade para enfrentar o debate em torno das questões que verdadeiramente necessitam de modificação na Constituição brasileira, dentro do que ela própria estabelece.

Mas, Sr. Presidente, não há como concordar com essa proposta que está em articulação, para que a revisão da Constituição brasileira se estenda para o ano de 1995. Isso é um absurdo político e é um estupro jurídico. Isso torna a revisão permanente e a Constituição provisória. É uma inversão completa do princípio. O que é permanente é a Constituição; provisória é a revisão, que deveria, a meu ver, inclusive ser restrita, ater-se exclusivamente ao resultado do plebiscito realizado no ano passado, que manteve o presidencialismo, que manteve a República, fazendo desaparecer, portanto, o objeto da Revisão Constitucional.

Sr. Presidente, a Revisão Constitucional como se pretendeu fazer, a meu ver, não passava de um golpe, de uma manobra para se elaborar uma outra Constituição brasileira, com o discurso de que uma revisão era necessária, de que algumas partes da Constituição estariam superadas. É necessário o debate na sociedade, no Congresso Nacional, de pontos da Constituição que realmente necessitam ser modificados, e o que pode ser feito, Sr. Presidente, é o entendimento político para que as emendas apresentadas normalmente, com base no art. 60 da Constituição, tenham tratamento preferencial, sejam agilizadas nas comissões por onde tiverem que passar, e cheguem rapidamente ao Plenário. Este entendimento político é possível de ser feito, mas prorrogar a Revisão, isso não podemos aceitar.

Muito obrigado.

COMPARECEM MAIS OS SRS:

Roraima

Avenir Rosa – PP.

Amapá

Fátima Pelaes – Bloco (PFL); Jonas Pinheiro – PTB.

Pará

Manoel Ribeiro – PMDB.

Amazonas

Áureo Mello – PRN; Pauderney Avelino – PPR.

Rondônia

Ronaldo Aragão – PMDB.

Maranhão

Jayme Santana – PSDB.

Ceará

Antônio dos Santos – Bloco (PFL); Marco Penaforte – PSDB.

Piauí

Paes Landim – Bloco (PFL).

Rio Grande do Norte

Fernando Freire – PPR.

Paraíba

Vital do Rêgo – PDT.

Pernambuco

Luiz Piauhyllino – PSB; Pedro Corrêa – Bloco (PFL); Renildo Calheiros – PCdoB; Ricardo Fiúza – Bloco (PFL).

Alagoas

Cleto Falcão – PSD; José Thomaz Nonô – PMDB; Luiz Dantas – PSD; Olavo Calheiros – PMDB.

Bahia

Ângelo Magalhães – Bloco (PFL); Geddel Vieira Lima – PMDB; Jairo Carneiro – Bloco (PFL) João Carlos Bacelar – Bloco (PSC); Pedro Irujo – PMDB.

Minas Gerais

Aécio Neves – PSDB; Odélmo Leão – PP; Pedro Tassis – PMDB.

Espírito Santo

Roberto Valadão – PMDB.

Rio de Janeiro

Alvaro Valle – PL; Hydekel Freitas – PPR; Jandira Feghali – PCdoB; José Carlos Coutinho – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wanda Reis – PMDB.

São Paulo

José Abrão – PSDB.

Distrito Federal

Benedito Domingos – PP; Paulo Octávio – PRN.

Goiás

Roberto Balestra – PPR; Ronaldo Caiado – Bloco (PFL).

Mato Grosso do Sul

Levy Dias – PPR.

Santa Catarina

Esperidião Amin – PPR; Paulo Bauer – PPR.

Rio Grande do Sul

Hilário Braun – PMDB; José Fogaça – PMDB; Nelson Proença – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Luiz Piauhyllino.**O SR. LUIZ PIAUHYLLINO (PSB – PE.** Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, o Dia do Trabalhador Rural, transcorrido ontem, deve ser considerado como mais uma data a reforçar a necessidade de reflexão sobre as dificuldades e distorções com as quais o País convive.

Estima-se que existam no Brasil mais de 20 milhões de trabalhadores no campo, um contingente expressivo, que têm uma contribuição importante não apenas como força de produção mas como voz ativa no contexto social.

Desse total, cerca de 8 milhões são proprietários de terras de pequena extensão, 7 milhões são assalariados e bóias frias, e outros 6 milhões constituem os meeiros e arrendatários.

Recentemente, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura em Pernambuco, uma entidade das mais combativas e respeitadas em meu Estado, enviou carta ao Governador Joaquim Francisco, onde faz uma análise da situação da agricultura.

A Fetape ressalta que os trabalhadores rurais representam o

segmento social de maior importância no contexto da problemática do nordeste e, seguramente, dentre os principais do país. "São eles – diz a Fetape – que, se dadas as condições mínimas necessárias, podem dar a resposta mais eficiente e rápida, além de mais econômica, à realidade gritante de fome, miséria e marginalidade, imposta injustamente a cerca de 32 milhões de brasileiros".

A entidade analisa a questão em termos nacionais, apontando, entre as causas principais, a concentração fundiária, e também se detém a abordar os problemas em Pernambuco, apresentando reivindicações diversas.

A prioridade na produção de alimentos, com apoio à sua comercialização, é uma das recomendações da Fetape, além de abertura de linhas especiais de crédito para os pequenos produtores e suas associações cooperativas.

Outros pleitos são no sentido de aquisição de terras e cessão de terras públicas para os trabalhadores, e especificamente para a Zona da Mata – onde se concentra a principal produção agrícola de Pernambuco, que é a cana-de-açúcar – a implantação de uma programa emergencial.

Este é apenas um exemplo da colaboração que os trabalhadores rurais podem dar ao país vivendo mais do que ninguém, a realidade do campo, sua voz deve ser ouvida pelos governantes, para solucionar uma das muitas de nossas injustiças sociais, e também no sentido de fazer com que a agricultura brasileira tenha condições de assumir plenamente o seu papel no desenvolvimento econômico do Brasil.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Virmondes Cruvinel.**O SR. VIRMONDES CRUVINEL (PMDB – GO.** Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, queremos agradecer, penhoradamente, o convite que recebemos do Senhor Presidente em exercício da Associação Comercial e Industrial de Anápolis, no Estado de Goiás, Luiz Medeiros Pinto, para a solenidade de inauguração do Terminal de Embarque Ferroviário daquele progressista município, a qual foi realizada na última terça-feira, dia 17 de maio, junto às dependências da Granol – Indústria, Comércio e Exportação, no Distrito Agroindustrial de Anápolis, com a presença do Ilustre Sr. Governador do Estado, Dr. Agenor Rezende; do Presidente da Rede Ferroviária Federal e de várias autoridades federais, estaduais e municipais.

Essa solenidade, que se reveste da maior importância para a economia agroindustrial de Anápolis, em particular, e da Região Centro-Oeste no geral, foi marcada pelo embarque de mil e oitocentas toneladas de soja pelas empresas produtoras de soja e de farelo da região, devendo ser assinalado, Sr. Presidente, que o Terminal Ferroviário de Anápolis, juntamente com os de Araguari, Patrocínio e Brasília, integram o Corredor de Exportação Centro-Leste, ligando o Estado de Goiás e aquelas regiões ao Porto de Vitória, no Espírito Santo, possibilitando o reembarque daqueles produtos para o exterior.

Em que pese a elevada distinção do convite que recebemos, ficamos impedidos de comparecer à inauguração daquele terminal, tendo em vista inúmeros compromissos aqui em Brasília, anteriormente assumidos, além de nossas atividades no Congresso Nacional, razão por que desejamos enviar aos empresários e ao povo de Anápolis nossas congratulações efusivas pelo evento, que dá uma demonstração, de forma cabal, da pujança da economia anapolina.

Como se sabe, Sr. Presidente, a região Centro-Oeste desse nosso imenso País e, em particular, do meu querido Estado de Goiás, é grande produtora de grãos, contribuindo, todos os anos, com expressivas safras de arroz, milho, feijão e soja para a economia do Brasil, e a obra recém-inaugurada virá em socorro do es-

coamento dessa produção em melhores condições, não apenas representado por economia de tempo para o seu deslocamento até os centros consumidores ou aos portos exportadores, mas também por representar efetiva economia de custo, o que irá beneficiar o consumidor final.

Desejamos, portanto, enviar nossos votos de congratulações também ao Sr. Presidente da Rede Ferroviária Federal, empresa que se furtou, em nenhum momento, em assumir, com preocupação efetiva e com atenção e grande interesse, a realização das obras que possibilitaram ao Estado de Goiás e toda a região beneficiada pelo terminal sua concretização em tempo recorde.

Hoje, Sr. Presidente, nós sabemos que os homens que trabalham a terra e que dela tiram seu sustento e de sua família, mesmo que sejam empresários agroindustriais e não apenas simples homens que, com o suor do seu rosto, salgam essa mesma terra, não podem ser encarados como alguém cujo trabalho tem um fim em si mesmo, eis que de nada valerá o seu esforço diuturno para produzir os alimentos necessários à população se esse seu esforço não for complementado por outras ações, destacando-se, entre elas, a do transporte.

Por isso, estamos conscientes de que a solenidade de inauguração daquele terminal no importante Município de Anápolis transcende ao ato simbólico de sua entrada em funcionamento, para constituir-se em um gesto da mais alta relevância social e econômica para o Estado de Goiás e para o Brasil.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Concedo a palavra a nobre Congressista Maria Valadão.

A SRA. MARIA VALADÃO (PPR – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, venho a esta tribuna defender a emenda aglutinativa da pauta mínima apresentada pelo PPR apresentada pelo Deputado Victor Faccioni e eu relativa ao Parecer nº 47 (art. 207) incluindo no §1º do art. 13 a expressão "e superior complementando o que já diz o inciso V do artigo 208, para que à juventude brasileira possa ter acesso à escola superior, já que não funcionam satisfatoriamente os créditos educativos e que conste dos anais desta síntese...

São antigas as minhas vinculações com a educação. Remontam, talvez, à natureza da minha própria formação como pescadora.

As circunstâncias da vida conduziram-me a posições capazes de permitir uma visão mais ampla dos problemas da educação. Como parlamentar e membro efetivo da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, entendo ser interessante publicar síntese sobre a tramitação da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nesta Casa.

O Projeto de Lei nº 1.258/88, que fixa diretrizes e bases da educação nacional", de autoria do Deputado Octávio Elisio, tramita nesta Casa desde 1988.

Foi ela objeto de discussão de várias entidades da educação nacional, individuais e coletivas, como o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e outros. Após vários debates, o então relator Deputado Jorge Hage, analisou todas as propostas e sugestões e apresentou seu parecer favorável, com substitutivo, aprovado no âmbito desta Comissão e na Comissão de Finanças e Tributação.

Em 1991, após novos debates e novas idéias trazidas com a renovação do Congresso da atual legislatura, a LDB foi a Plenário, lá recebendo 1.263 emendas.

Retornando à Comissão de Educação, Cultura e Desporto, foi designada a Deputada Ângela Amin para relatar as emendas de Plenário. Com todo conhecimento na área da Educação, que lhe é peculiar, e com toda abertura, ficou à disposição para ouvir, deba-

ter e negociar todas as idéias que vissem acrescentar e complementar, com maior perfeição a tão esperada por todos nós, Lei de Diretrizes e Bases Nacional, aprovada nesta Casa em 13 de maio de 1993.

Acrescenta-se, ademais, no texto da LDB, uma abordagem geral de como enfrentar e resolver a questão educacional, conforme a síntese abaixo:

Capítulo I – Da Educação.

O Capítulo II – trata dos fins da Educação Nacional, instrumento da sociedade para a promoção do exercício da cidadania, fundamentada nos ideais de igualdade, liberdade, solidariedade, democracia, justiça social e felicidade humana, no trabalho como fonte de riqueza, dignidade e bem-estar universais.

O Capítulo III – Do Direito à Educação e do Dever de Educar, deixa bem claro que a educação, direito fundamental de todos, é dever do Estado e da família, com a colaboração da sociedade, cabendo ao Poder Público fazer executar.

Capítulo IV – Dos Princípios da Educação Escolar, onde diz que será ela ministrada com observância de vários princípios, com a igualdade de condições, liberdade de aprender, pluralismo de idéias, etc.

Capítulo V – Da Organização da Educação Nacional, onde diz, que será ela organizada sob forma sistêmica, contendo vários princípios, como a garantia do padrão de qualidade, universalização da educação etc.

Capítulo VI do Projeto da LDB, constituído por um único artigo, dispõe sobre a organização da educação escolar em níveis.

Capítulo VII que dispõe sobre a Educação Básica em geral.

Capítulo VIII, Da Educação Infantil. A educação infantil, primeira etapa da Educação Básica, objetiva proporcionar condições para o desenvolvimento físico, psicológico e intelectual da criança e promover a ampliação de suas experiências e conhecimentos, estimulando seu interesse pelo processo de transformação da natureza e pela convivência em sociedade, etc.

Capítulo IX, Do Ensino Fundamental, tendo vários objetivos específicos, dentre eles tratar do ensino religioso, sendo a sua matrícula facultativa.

Os Capítulos X e XI, sobre o Ensino Médio e a Formação Técnico-Profissional.

Capítulo XI, Da formação Técnico-Profissional, acessível a todos e não substitui a educação regular.

No Capítulo XII, sobre a Educação Básica de Jovens e Adultos Trabalhadores. A educação básica oferecerá alternativas adequadas às necessidades da população trabalhadora, jovem e adulta, e será regulada pelo respectivo sistema de ensino.

Capítulo XIII – A educação superior realiza-se através do ensino, da pesquisa e da extensão.

Capítulo XIV – Da Educação Especial. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Capítulo XV – Da Educação para Comunidades Indígenas. O sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas.

Capítulo XVI – Da Educação a Distância. Considera-se educação a distância a forma de ensino que se baseia no estudo ativo, independente e possibilita ao estudante a escolha dos horários, da duração e do local de estudo, combinando a veiculação de cursos com material didático de auto-instrução e dispensando ou reduzindo a exigência da presença.

Capítulo XVII – Dos Profissionais da Educação. Engloba

duas seções: Da formação do profissional e do plano de carreira.

Capítulo XVIII – Dos Estágios. As empresas e entidades privadas, dos setores primário, secundário e terciário, os órgãos e agências públicas, as organizações civis e comunitárias e as instituições de ensino em geral podem aceitar, como estagiários, alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior, e nas diversas modalidades de formação técnico-profissional.

Capítulo XIX – Dos Recursos Financeiros.

Capítulo XX – Das Disposições Gerais e Transitórias.

Neste momento, a LDB encontra-se na Comissão de Educação do Senado Federal, sob a relatoria do Senador Cid Sabóia.

O SR. LUCIANO CASTRO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. LUCIANO CASTRO (PPR – RR. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, é nítida a falta de quorum, não só na Casa mas no plenário. Por esse motivo e com base no art. 29, § 2º, peço o encerramento dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Em esclarecimento ao Plenário, a Presidência informa que é evidente a falta de quorum. Cinquenta e nove Srs. Congressistas deveriam estar em plenário.

S. Ex^a invoca o art. 29, § 2º, e a Presidência não tem outra a coisa a fazer a não ser encerrar a sessão, convocando sessão unicameral extraordinária do Congresso Nacional a realizar-se na próxima terça-feira, dia 31 de maio, às 10 horas.

A Presidência reitera a importância do comparecimento dos Srs. Congressistas e apela às Lideranças que promovam a presença de todos, de modo que as votações possam se iniciar já pela manhã de terça-feira.

Fica cancelada a sessão do Congresso Revisor prevista para amanhã, sexta-feira, dia 26 de maio.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Campos) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 10 minutos.)

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

<i>PRESIDENTE</i>	<i>Senador</i> HUMBERTO LUCENA
<i>1.º VICE-PRESIDENTE</i>	<i>Deputado</i> ADYLSO MOTA
<i>2.º VICE-PRESIDENTE</i>	<i>Senador</i> LEVY DIAS
<i>1.º SECRETÁRIO</i>	<i>Deputado</i> WILSON CAMPOS
<i>2.º SECRETÁRIO</i>	<i>Senador</i> NABOR JÚNIOR
<i>3.º SECRETÁRIO</i>	<i>Deputado</i> AÉCIO NEVES
<i>4.º SECRETÁRIO</i>	<i>Senador</i> NELSON WEDEKIN

Subsecretaria de Edições Técnicas
do Senado Federal

Novas publicações

ELABORANDO A CONSTITUIÇÃO NACIONAL

Edição fac-similar da obra *Elaborando a Constituição Nacional*, de José Affonso Mendonça de Azevedo: atas da Subcomissão elaboradora do Anteprojeto Constitucional de 1932/1933.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

FONTES DE INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Descrição dos acervos da Assembléia Nacional Constituinte de 1987.

GUIA DAS ELEIÇÕES DE 94

Edição comentada da legislação eleitoral.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

Edição de textos legais, atualizados.

Outros títulos

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 119 — 120

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL QUADRO COMPARATIVO

Texto de 1988 comparado às Constituições de 1946 e 1967 e à Emenda Constitucional n.º 1, de 1969.

CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS — 1989
5 volumes.

Textos das Constituições estaduais promulgadas em 1989, índice comparativo.

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 — Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex:

(061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio I (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

FONTES DE INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Descrição dos acervos da Assembléia Nacional Constituinte de 1987.

GUIA DAS ELEIÇÕES DE 94

Edição comentada da legislação eleitoral.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

Edição de textos legais, atualizados.

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22º andar – 70165-900 – Brasília – DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 – Fax: (061) 311-4258 e

321-7333 – Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
DO SENADO FEDERAL**

Outros títulos

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 119 – 120

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
QUADRO COMPARATIVO**

Texto de 1988 comparado às Constituições de 1946 e 1967 e à Emenda
Constitucional nº 1, de 1969.

CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS – 1989

5 VOLUMES.

Textos das Constituições estaduais promulgadas em 1989, índice
comparativo.

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22º andar – 70165-900 – Brasília – DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 – Fax: (061) 311-4258 e

321-7333 – Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à
esquerda)

**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
DO SENADO FEDERAL**

Novas Publicações

ELABORANDO A CONSTITUIÇÃO NACIONAL

Edição fac-similar da obra *Elaborando a Constituição Nacional*, de José Affonso Mendonça de Azevedo: atas da Subcomissão elaboradora do Anteprojeto Constitucional de 1932/1933.

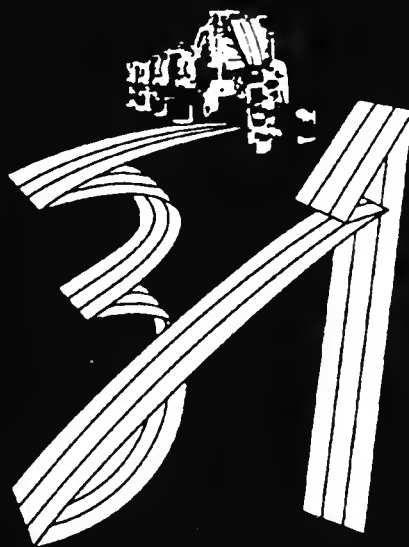
LEGISLAÇÃO INDIGENISTA

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

Os pedidos à
Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22º andar – 70165-900 – Brasília – DF
Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 – Fax: (061) 311-4258 e
321-7333 – Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:
Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

**CENTRO GRÁFICO
DO SENADO FEDERAL**



A N O S
1963 1994

**IMPRIMINDO A HISTÓRIA
DO CONGRESSO NACIONAL**

EDIÇÃO DE HOJE: 72 PÁGINAS